



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Eduardo Filipe Pinto Monteiro

**2º Ciclo de Estudos em
Mestrado em Estudos Medievais**

O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder

2014

Orientadora: Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| 1- A produção historiográfica sobre a Ordem de Cristo: uma reflexão | 5 |
| 1.1 As fontes | 8 |
| 1.2 A formação, a filiação e a organização interna | 9 |
| 1.3 A administração do património | 11 |
| 1.4 O relacionamento com os outros poderes: a monarquia e o papado | 13 |
| 2- A Ordem de Cristo: contextualização histórica | 17 |
| 2.1 A Ordem de Cristo durante o governo de D. Manuel (1484-1521) | 18 |
| 3- As visitas e os tombos de propriedade (1505-1510) | 26 |
| 3.1 A leitura do território na perspetiva da Ordem de Cristo | 26 |
| 3.2 Os mecanismos de controlo territorial | 28 |
| 4- A comenda de Mendo Marques | 33 |
| 4.1 Localização | 33 |
| 4.2 A leitura do território | 34 |
| 4.2.1 A visita | 35 |
| 4.2.2 O tombo de propriedade | 38 |
| 4.3 O património da comenda | 40 |
| 4.3.1 O espaço urbano e as funções do edificado | 45 |
| 4.3.2 O espaço rural | 52 |
| 4.3.2.1 A propriedade rural | 52 |
| 4.3.2.2 Os principais cultivos | 60 |
| 4.4 A administração da comenda | 67 |
| 4.4.1 Os prazos | 69 |
| 4.4.1.1 A duração dos prazos | 70 |
| 4.4.1.2 As datas de pagamento | 72 |
| 4.4.1.3 O modo de pagamento | 73 |

| | |
|--|-----|
| 4.4.2 Os outros direitos | 75 |
| 5- A comenda de Mendo Marques como expressão de poder: comendadores e foreiros | 76 |
| 5.1 A nobreza e a Ordem de Cristo | 76 |
| 5.2 O caso da comenda de Mendo Marques | 80 |
| 5.2.1 O comendador Frei D. Fernando de Meneses | 80 |
| 5.2.2 Mendo Marques <i>uma comenda de família</i> | 81 |
| 5.2.3 A componente humana da comenda de Mendo Marques | 83 |
| 5.2.3.1 Identificação dos foreiros | 83 |
| 5.2.3.2 Grupos sociais | 86 |
| 5.2.3.3 Género dos Foreiros | 92 |
| 5.2.3.4 Elite(s) na comenda de Mendo Marques: as redes clientelares | 95 |
| Conclusão | 99 |
| Fontes documentais | 102 |
| Bibliografia citada | 103 |
| Índices de mapas, gráficos e quadros | 117 |

Introdução

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em termos de objeto analisa a comenda de Mendo Marques a nível patrimonial e humano, com base no tombo de propriedade¹ realizado na sequência da visitação² de 1509.

A escolha deste tema deveu-se ao nosso interesse pelo estudo das Ordens Militares, e em especial pela Ordem de Cristo, que já tínhamos tido a oportunidade de desenvolver numa investigação anterior, isto é, no âmbito da Bolsa de Iniciação à Investigação da FCT (01.01.2009 a 31.12.2009), sobre o património urbano da Ordem de Cristo a Sul do Rio Tejo, onde destacamos a comenda de Mendo Marques.

O nosso objetivo principal consiste em contextualizar o património da comenda de Mendo Marques para tentar compreender o modo de leitura do território na perspetiva da Ordem de Cristo, bem como identificar e estudar o património como um elemento de afirmação social.

Em relação à fonte documental, que serve de base à nossa dissertação, deve salientar-se que na sua versão publicada agrupa as várias comendas a sul do Tejo: Nisa, Alpalhão, Montalvão, Mendo Marques, Castro Marim, Elvas e Portalegre³, apresentadas de acordo com a sequência cronológica do processo de visitação. Os tombos ao serem editados em conjunto com os restantes bens da Ordem a Sul do Tejo fornecem uma determinada visão da Ordem sobre este território. Todavia, é de sublinhar que este agrupamento de comendas poderá induzir o leitor da fonte numa interpretação incorreta, pois no seu formato manuscrito, estas fontes documentais não se encontravam juntas⁴. Ao apresentar territórios que se encontram em realidades geográficas distintas confere uma imagem errada de unidade.

¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*. Coordenação de Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

² DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1979, pp. 163-165.

³ Trata-se de uma fonte documental extensa com 115 fólios, que se encontra arquivada no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*: liv. 305 = liv. 24; liv. 306 = liv. 280; liv. 310 = liv. 155, de acordo com as indicações fornecidas por Iria Gonçalves. De destacar, ainda, que todos os tombos das comendas a sul do Tejo surgem truncados.

⁴ O tombo de Mendo Marques (fls. 1-55), de Elvas (fls. 61-79), de Castro Marim (fls. 80-103) e de Portalegre (fls. 106-115) fazem parte do livro 310 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em relação à comenda de Alpalhão encontra-se no livro 305 (fls. 62-72v.º) e a comenda Nisa (fls. 52-68) e Montalvão (fls. 36-50v.) encontram-se no livro 306.

O nosso trabalho desenvolve-se em 5 capítulos. Inicia-se com a apresentação do estado de conhecimento sobre o tema abordado, através da produção historiográfica das últimas décadas. Num segundo momento analisamos as mudanças ocorridas durante o mestrado de D. Manuel (1484-1521), a nível da Ordem de Cristo e do Reino, de modo, a enquadrar a fonte que serviu de base à nossa dissertação. No terceiro capítulo, pretendemos conhecer a imagem que a Ordem de Cristo detinha sobre o seu património, onde as comendas surgem como o elemento modelador do espaço. Perante a organização do território em comendas é de assinalar os mecanismos de controlo territorial que a Ordem dispunha, ou seja, as visitas e os tombos de propriedade. O quarto capítulo incide sobre o estudo do património urbano e rural e dos rendimentos proporcionados pela comenda. Por fim, procederemos ao estudo dos foreiros da comenda e dos comendadores respetivos, destacando-se a família dos Meneses.

Para terminar queremos agradecer à Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, orientadora desta dissertação, pela sua constante e permanente disponibilidade e pelo modo como nos ajudou e acompanhou. Não posso deixar de agradecer aos docentes do Mestrado em Estudos Medievais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em particular, ao Professor Doutor Armando Luís Gomes Carvalho Homem, ao Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, ao Professor Doutor José Augusto Pereira de Sottomayor Pizarro, à Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre e ao Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral, que nos ensinaram e transmitiram o gosto pela História Medieval.

Gostaríamos, ainda, de agradecer os conselhos dados pelo Miguel Nogueira, no que se refere ao uso de cartografia e pelas suas propostas. E as funcionárias da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pelo apoio prestado.

Um especial agradecimento aos meus pais pelo encorajamento na realização deste trabalho. E, por fim, queremos agradecer a todos os amigos que nos incentivaram e ajudaram a prosseguir.

A todos o meu Muito Obrigado.

1- A produção historiográfica da Ordem de Cristo: uma reflexão

Ao procurarmos estabelecer um ponto de situação sobre os estudos da Ordem de Cristo, decidimos desenvolver a nossa análise em duas partes: a primeira de síntese de enquadramento sobre o estudo das Ordens Militares em Portugal e a segunda de análise da produção historiográfica específica da Ordem de Cristo, de forma a compreendermos o seu contributo para o tema desta dissertação.

Na primeira parte será, ainda, nosso objetivo compreender os fatores que permitiram o crescimento do estudo das Ordens Militares, bem como os elementos que têm impulsionado o seu desenvolvimento. Na segunda parte pretendemos analisar a produção historiográfica sobre a Ordem de Cristo segundo as principais linhas de estudo apontadas por alguns trabalhos, para que seja possível proceder a uma apreciação sobre o atual estado de conhecimento em relação a esta Ordem.

Ao partir da análise elaborada por Derek Lomax⁵, sobre a produção historiográfica referente às Ordens Militares, podemos concluir que a investigação sobre estas instituições, até 1976, estava, geralmente, associada a outros temas, o que demonstra a pouca importância atribuída às Ordens Militares, na medida que a sua análise não consistia o principal objetivo de estudo⁶. Ao analisarmos a entrada no Dicionário de História de Portugal referente à Ordem de Cristo⁷ é de assinalar o atraso apontado no seu estudo, na medida que o autor só menciona bibliografia do início do séc. XX. Relativamente à produção científica produzida nas Universidades portuguesas sobre este assunto, é de assinalar duas teses de licenciatura relacionadas com a Ordem de Cristo na Universidade de Coimbra⁸, o que demonstra a falta de sistematização no estudo desta instituição até meados do séc. XX. De realçar, ainda, a valorização das visitas nos estudos sobre história da arte⁹. Apesar do atraso nos estudos sobre as Ordens Militares existem algumas iniciativas, para inverter este cenário como é

⁵ LOMAX, Derek W. – Las Ordenes Militares en la Peninsula Iberica durante la Edad Media. *Repertorio de Historia de las Ciencias Ecclesiasticas en Espana*. Nº6. Salamanca: Instituto de Historia de la Teologia Espanola, 1976, pp. 9-110.

⁶ Esta realidade já foi constatada por OLIVEIRA, Luís Filipe – The Military Orders in the twelfth-fourteenth centuries. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*, ed. MATTOSO, José; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 425.

⁷ MATTOS, Gastão de Mello de – Ordem de Cristo. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p. 236.

⁸ SILVA, Alcino Manuel – *Oito mestres da Ordem de Cristo: sua acção em lutas, conquistas e descobrimentos*. Coimbra: FLUC, 1946. MATTOSO, António Mancelos – *Subsídios para o Estudo das Comendas da Ordem de Cristo de Soure e de Ega*. Coimbra: FLUC, 1970.

⁹ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1979.

exemplo o Congresso Hispano-Português sobre Ordens Militares, organizado em 1971, onde se apresentaram alguns trabalhos de grande relevância sobre esta temática¹⁰.

Para compreender o grande avanço no estudo das Ordens Militares é necessário inseri-lo no âmbito da renovação da própria Universidade, que ocorreu entre a década de 1980 e 1990, momento a partir do qual foi possível assegurar uma continuidade no estudo desta temática¹¹. É de realçar, nesta questão, o contributo dado pelo seminário sobre as Ordens Militares no Mestrado em História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que, desde 1986, sob a orientação de Luís Adão da Fonseca, possibilitou o desenvolvimento do estudo deste tema. De facto o incremento dado a este tipo de estudos enquadrados no referido mestrado permitiu a elaboração de um conjunto de teses bastante vasto, sendo de sublinhar que alguns destes projetos evoluíram para dissertações de doutoramento. Dado que recentemente foi publicado um extenso estado da arte sobre a Historiografia Portuguesa, organizado em diversos temas, onde se inclui o que interessa à presente dissertação, podemos remeter o leitor para a consulta destes elementos a partir dessa obra¹².

Nas primeiras teses de mestrado procurou-se, assim, fazer uma abordagem sobre as origens, respetiva implantação em Portugal e desempenho, bem como a distribuição e organização do património, até ao séc. XIV, numa perspectiva global das Ordens de Avis, Santiago, Cristo e Hospital. Em concreto, sobre a Ordem de Cristo foi feita a dissertação de Isabel Morgado¹³.

¹⁰ Sobre a Ordem de Cristo destacam-se os trabalhos de FERRO, Maria José Pimenta – As doações de D. Manuel duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo. *Do Tempo e da História*. Vol. IV. Lisboa: Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 153-172. [Consultado 18.02.2013]. [Disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/VIII%20As%20doacoes%20de%20D.%20Manuel%20Duque%20de%20Beja.pdf]. FERRO, Maria José Pimenta – A vigairaria de Tomar, nos finais do século XV. *Do Tempo e da História*...pp. 859-868. [Consultado 18.02.2013]. [Disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/VII%20A%20Vigairaria%20de%20Tomar%20nos%20finais%20do%20s%C3%A9culo%20XV.pdf].

¹¹ HOMEM, Armando Luís Carvalho – O medievismo em liberdade: Portugal, anos 70/90. *Signum: Revista da ABREM*. Vol. 3. São Paulo, 2001, pp. 173-207. Ver, ainda, OLIVEIRA, Luís Filipe – The Military Orders in the twelfth-fourteenth centuries...p. 426.

¹² OLIVEIRA, Luís Filipe – The Military Orders in the twelfth-fourteenth centuries. In *The Historiography of Medieval Portugal*...p.430, nota 33. Ver, ainda, FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – The Military Orders in the fifteenth century. In *The Historiography of Medieval Portugal*...p.442, nota 94, onde se apresentam as referências das dissertações em causa.

¹³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417). In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20%20vol.%201_final.pdf].

A partir do fim da década de 1990 e no início do séc. XXI, realizaram-se 11 teses de doutoramento sobre as Ordens Militares nas vertentes político-institucionais e normativa. Em concreto estas dissertações abordam a comunidade feminina de Santos, a organização do património e as relações com a nobreza e as instâncias políticas. Por sua vez, em relação às dissertações de mestrado, durante a primeira década do séc. XXI, procurou-se estudar sobretudo a implantação territorial e religiosa das Ordens fruto das fontes disponíveis, ou seja, em boa medida as visitasões tardo-medievais¹⁴.

Paralelamente, os Encontros de Palmela foram, também, importantes para o avanço do estudo das Ordens Militares. O primeiro congresso realizou-se em 1989. Com o passar do tempo, esta iniciativa tem atraído cada vez mais participantes. O estudo das Ordens, ao convocar um número crescente de investigadores estrangeiros, contribuiu para que, a partir de 1996, surgisse o Seminário Internacional de Ordens Militares. Na sequência deste Seminário Internacional iniciou-se, desde 1997, a publicação da *Militarium Ordinum Analecta*, onde são editadas dissertações de mestrado e de doutoramento, bem como a publicação de fontes documentais referentes a estas instituições e artigos apresentados em seminários científicos. Em paralelo, destaque-se o Dicionário de História Religiosa¹⁵ e o guia histórico sobre as Ordens Religiosas¹⁶, que contêm informações relevantes para este tema. De relevância determinante é, ainda, o dicionário sobre Ordens Militares¹⁷, editado em França, mas que reúne inúmeros artigos relativos a Portugal e a inserção dos ramos portugueses das Ordens nas suas estruturas de governo transnacionais. A par do desenvolvimento de toda esta investigação registaram-se progressos determinantes em outras áreas do medievismo que em muito contribuíram para incrementar conhecimento sobre estas instituições alvo desta dissertação.

¹⁴ FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – The Military Orders in the fifteenth century...p. 442, nota 96. Igualmente importante COSTA, Paula Pinto – As visitasões: as Ordens Militares portuguesas entre poderes? In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol.1. Palmela: Câmara Municipal/ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2012, pp. 415-437.

¹⁵ FONSECA, Luís Adão da – Ordens Militares. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.). Vol. 3. [J-P]. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 334-345.

¹⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe – Ordens Militares. In *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa...[et al.].Lisboa: Livros Horizonte, 2005. 2.ª ed., 2006, pp. 455-557.

¹⁷ BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dir.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Éditions Fayard, 2009.

Nesta sequência, nos últimos anos, tem-se registado um aumento muito significativo no estudo das Ordens Militares, visível nas várias análises sobre a produção historiográfica¹⁸, o que demonstra o crescente interesse por estas instituições.

Apresentado este ponto de situação de carácter introdutório, segue-se o caso específico da Ordem de Cristo, objetivo central da dissertação.

Para analisar a produção historiográfica sobre a Ordem de Cristo procederemos a uma abordagem segundo os principais temas de estudo, para que seja possível efetuar uma apreciação mais aprofundada sobre o atual estado de conhecimento desta instituição.

1.1 As fontes

Para o estudo da Ordem de Cristo é de assinalar o considerável número de fontes publicadas, quando comparado com o panorama de edição de fontes em Portugal, uma vez que a publicação de documentos constitui ainda uma das maiores lacunas da nossa historiografia¹⁹. As fontes disponíveis para o estudo da Ordem encontram-se, essencialmente, ligadas à sua ação nos descobrimentos²⁰ e ao forte compromisso que teve com a monarquia. Desta forma, trata-se sobretudo de fontes que, embora não sendo específicas da Ordem de Cristo, contêm muita informação sobre alguns aspetos da sua história. Entre as várias coletâneas documentais destacamos as que incidem sobre o espaço cronológico e que detêm informações relevantes para o tema em estudo, como o Quadro Elementar²¹, o Corpo Diplomático Português²², os Descobrimentos Portugueses²³, a *Monumenta Henricina*²⁴ e As Gavetas da Torre do Tombo²⁵.

¹⁸ AYALA MARTÍNEZ, Carlos[et al.] – Las Órdenes Militares en la Edad Media Peninsular. Historiografía. II. Corona de Aragon, Navarra y Portugal. In *Medievalismo, Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Nº 3. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1993, pp. 87-144. [Consultado 23.02.2013]. [Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revistabusqueda=933&clave_busqueda=16394]. COSTA, Paula Pinto – The Military Orders established in Portugal in the Middle Ages: historiographical overview. In *e-Journal of Portuguese History*, vol. 2, nº1, Summer, 2004. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20133>]. OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – The Military Orders. In *The Historiography of Medieval Portugal*...pp. 425-457.

¹⁹ GOMES, Saul António – The Editions of Archival Sources and Documents. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*... pp. 25-36.

²⁰ Como se pode verificar em: COSTA, João Paulo Oliveira e – The Beginnings of the Portuguese Overseas Expansion. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*... pp. 591-596.

²¹ SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas*[...]. 18 vol. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1869.

²² SANTARÉM, Visconde de – *Corpo Diplomático Português* [...]. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1846.

²³ MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua História*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Para analisar o aspeto humano da Ordem, em geral, e da comenda em questão, em particular, são de grande relevância, as *Provas da História Genealógica*²⁶ e os *Brasões da sala de Sintra*²⁷, que inserem determinados textos linhagísticos essenciais para o caso do Portugal medieval.

De realçar, ainda, as obras que contêm documentação específica sobre a Ordem de Cristo como é o caso da História das Ínclitas Cavalaria de Cristo, Santiago e Avis²⁸, e As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo – comendas da Ordem de Cristo²⁹, as visitas da Ordem de Cristo³⁰, a normativa³¹ e, ainda, os tombos de propriedade³² da Ordem de Cristo publicados por Iria Gonçalves. É precisamente com base neste acervo que elaboramos a nossa dissertação. Esta informação, associada às visitas, permite compreender os problemas com a administração do património, bem como a jurisdição que lhes estava associada, tendo em vista uma interpretação mais abrangente do objeto de estudo da dissertação.

Neste sentido, cremos que é pertinente destacar as potencialidades dos tombos de propriedade, uma vez que permitem reconstituir os bens da Ordem, bem como a paisagem do local onde estavam inseridos. A isto acresce a análise do estatuto dos foreiros como uma expressão da organização que implementou.

1.2 A formação, a filiação e a organização interna

O processo de criação da Ordem de Cristo insere-se na consequência da extinção da Ordem do Templo e, por esta razão, constitui um dos temas mais focados pela

²⁴ *Monumenta Henricina* – Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.

²⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1960-1977.

²⁶ SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1946-54.

²⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*, 3 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

²⁸ ROMAN, Fr. Jerónimo – História das Ínclitas Cavalaria de Cristo, Santiago e Avis. In *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*. Nº10. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 2008, pp. 21-190.

²⁹ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo – comendas da Ordem de Cristo (documentos para a sua história). In *O Archeólogo Português*. Vol. XXVI. Lisboa, 1924, pp. 186-248.

³⁰ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1979. SARAIVA, José Mendes da Cunha – *Uma visita da Ordem de Cristo no ano de 1505*. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944.

³¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna. In *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 2. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp. 23-92. [Consultado 28.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-2>].

³² Destacamos os *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*. Coordenação de Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

historiografia académica e por textos de divulgação. Em função do processo Templário, o Papa ordenará que os bens pertencentes aos Templários fossem entregues à Ordem do Hospital³³. D. Dinis, perante esta situação com a qual discordava e já com a reconquista terminada, conseguiu que os bens dos Templários fossem transferidos para a Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo, que foi instituída com esse propósito em 14 de Março de 1319³⁴. Como sede da nova Ordem foi escolhido o local de Castro Marim, perto de Gibraltar, onde a cruzada era um assunto relevante. De realçar, ainda, que para mestre da Ordem foi indicado D. Gil Martins, que havia sido mestre da Ordem de Avis, o que de algum modo, denunciava a tarefa que lhe estava a ser confiada³⁵.

Todavia, os estudos sobre a filiação da Ordem de Cristo, que ficou na dependência do Mosteiro de Alcobaça, adotando a Regra de S. Bento (Cister) evitando, deste modo, o controlo da abadia de Morimond, que era responsável pela Ordem de Calatrava, não prestam a devida atenção à estratégia de eliminação das intromissões estrangeiras na Ordem³⁶. Este tema é de primeira importância para percebermos a Ordem de Cristo, mas também a de Avis com ligação a Calatrava³⁷ e a de Santiago com um forte vínculo a Uclés. Como é sabido, a historiografia tem associado a esta questão a dimensão política e a própria dependência e salvaguarda das fronteiras portuguesas, sem, contudo, o estudar com todo o detalhe³⁸.

³³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521). In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº6. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p.43-60. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em:

http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20%20vol.6_final.pdf].

³⁴ Bula *Ad ea ex quibus*, 14 de Março de 1319 - ver os documentos nº 61 e 62, respetivamente, versão latina e portuguesa da bula da criação da Ordem. In *Monumenta Henricina*. Vol. I. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 97-110 e pp. 110-119. Ver, ainda, a Bula *Desiderantes ab intimis*, de 15 de Março de 1319, - documentos nº 63 e 64, respetivamente, versão latina e portuguesa da bula onde se designa como mestre da Ordem D. Gil Martins. *Monumenta Henricina*. Vol. I... p. 119-120 e pp. 121-122.

³⁵ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa... p. 25.

³⁶ A Ordem de Cristo ficaria na dependência de Cister, que em Portugal era representado por Alcobaça. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado... p. 25, nota 26 e pp. 41-43.

³⁷ CUNHA, Maria Cristina Almeida e – A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. In *Estudos sobre a Ordem de Avis: séc. XII-XV*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2009, pp. 97-103. [Consultado 19.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>]. PIMENTA, Maria Cristina – Calatrava em Portugal: notas para uma revisão. In MADRID MEDINA, A. e VILLEGAS DIAZ, L. (coords.), *El nacimiento de la Orden de Calatrava. Primeros tempos de expansión (siglos XII-XIII)*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 2009, pp. 189-204.

³⁸ COSTA, Paula Pinto – Ordens militares e fronteira: um desempenho militar, jurídico e político em tempos medievais. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Nº7. Porto: da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 79-92. [Consultado 19.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3405.pdf>].

Em relação à organização interna, os estudos sobre a Ordem de Cristo procuraram, numa primeira fase, identificar a hierarquia da Ordem, as condições para a admissão dos freires, o seu cerimonial de aceitação, as dignidades, os cargos, os órgãos de governo e controlo, como é o caso dos capítulos gerais e dos capítulos particulares³⁹; para que, num segundo momento fosse possível estudar a jurisdição senhorial⁴⁰ e eclesiástica⁴¹ da Ordem, bem como a normativa, ou seja, os estatutos e a regra⁴². Em sentido complementar, os recentes estudos sobre a organização interna da Ordem de Cristo revelaram-se de grande relevância para o conhecimento do funcionamento da instituição. Dado que se trata de uma Ordem e como tal, de uma instituição pertencente à Igreja, é de realçar o reduzido número de trabalhos que analisam a vertente religiosa destas instituições, embora existam alguns trabalhos que incidem sobre a questão religiosa na Ordem de Cristo. São, porém, estudos parcelares e não permitem avaliar a atuação religiosa da Ordem no seu todo⁴³. Esta área surge como uma das que mais é necessário desenvolver. O aprofundamento do estudo da vida religiosa nas Ordens Militares possibilitará a compreensão da evolução das Ordens Militares e a importância da sua reforma a partir do final do século XIV⁴⁴.

1.3 A administração do património

As primeiras dissertações de mestrado tiveram como principal objetivo localizar a sede das comendas das Ordens Militares, em geral, e, também, estudar o modo de aquisição do património⁴⁵. Contudo, os estudos sobre as propriedades da Ordem de

³⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa...pp. 43-67. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 120-156. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – As Ordens Militares – semelhanças e diferenças. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI)*. Vol. 1. Porto: [Edição de Autor], 2008, pp. 132-141. [Consultado 25.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9376>].

⁴⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 157-230.

⁴¹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 231-308.

⁴² VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna. In *Militarum Ordinum Analecta*...pp. 23-92.

⁴³ JANA, Ernesto José Nazaré Alves – A actuação dos priores da Ordem de Cristo durante o século XVI. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo Ocidental*, Actas do IV Encontro...pp. 343-381. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – Fazer a cura das almas. A intervenção manuelina na Ordem de Cristo. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do V Encontro...pp. 809-826. PIMENTA, Maria Cristina e BARREIRO, Poliana – As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Militarum Ordinum Analecta*. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp. 89-104.

⁴⁴ FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – The Military Orders in the fifteenth century...pp. 455-456.

⁴⁵ COSTA, Paula Pinto – As comendas: enquadramento e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*...pp. 9-24.

Cristo não incidiram sobre o modo de aquisição do património, uma vez que esta herdou a estrutura da Ordem do Templo. Esta circunstância levantou problemas de complexa resolução e ainda sem resposta, na medida em que se desconhece o processo de passagem patrimonial que deve ter dado origem a múltiplos conflitos⁴⁶.

Por esse motivo os estudos sobre os bens da Ordem debruçaram-se, preferencialmente, sobre os rendimentos provenientes dos bens urbanos⁴⁷ e rurais⁴⁸, na delimitação da jurisdição senhorial⁴⁹ e eclesiástica⁵⁰ da Ordem, bem como na análise dos conflitos com poder o episcopal⁵¹ e o poder concelhio⁵². Em relação à análise dos bens urbanos é de realçar o estudo sobre o património urbano da Ordem em Évora⁵³, onde se procurou traçar a imagem do património edificado e uma breve abordagem sobre o estatuto social dos foreiros. Ao fazer incidir a nossa dissertação sobre a mesma comenda, procuramos analisar o património como uma manifestação da estratégia mais global da Ordem e da sua atividade sócio-económica e não a caracterização do ponto de vista da sua dimensão e estrutura construtiva e arquitetónica.

De destacar, ainda, os estudos sobre a constituição das comendas novas a partir do início do séc. XVI⁵⁴. A criação deste tipo de comendas provocou uma grande alteração, uma vez que estas comendas não têm base patrimonial, razão pela qual são diferentes das comendas clássicas de bens patrimoniais e representam apenas uma verba e um título atribuído a um comendador.

⁴⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa... pp. 26-28.

⁴⁷ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI. In *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp. 61-79.

⁴⁸ Destacamos os trabalhos de GONÇALVES, Iria – Uma aldeia de finais da Idade Média nas suas explorações agrícolas (Puços–comenda da Ordem de Cristo). *Revista Portuguesa de História*. Vol. 1º. Tomo XXXVI. Coimbra, 2002-2003, pp. 201-227. GONÇALVES, Iria – Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo: Marmeleiro, uma aldeia da Beira Interior e a sua periferia. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo Ocidental*, Actas do IV Encontro...pp. 537-553.

⁴⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A jurisdição senhorial da Ordem de Cristo. Mesa Mestral e Comendas. In *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 157-222.

⁵⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A jurisdição eclesiástica e espiritual da Ordem de Cristo. In *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 231-308.

⁵¹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 222-230.

⁵² SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – Concórdia entre o “Mestre” de Cristo e o concelho de Tomar. In PACHECO, Paulo e ANTUNES, Luís Pequito (coords.), *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do I Encontro sobre Ordens...pp. 273-314. SILVA, Isabel Morgado – Concelhos de Soure versus a Ordem de Cristo: um processo de conflito em finais do século XIV. *Revistas de Ciências históricas*. Nº 12, 1997, pp. 109-117.

⁵³ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... pp. 61-79.

⁵⁴ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. In *Comendas das Ordens Militares*...pp. 105-118.

Associado à organização territorial surge o universo humano da Ordem de Cristo. Porém este assunto complexo tem-se focalizado na atuação dos mestres⁵⁵ e no alinhamento de dados mais pontuais sobre os comendadores⁵⁶. O aprofundamento dos estudos sobre esta temática, para além de permitir identificar as famílias dos freires, possibilitará aprofundar a compreensão das estratégias familiares e as relações que mantinham com o exercício de funções relevantes⁵⁷ e, ainda, a importância das Ordens no âmbito da nobreza⁵⁸.

Relativamente ao património cultural podemos dizer que constitui um dos temas que se encontra em crescimento no estudo das Ordens⁵⁹. De realçar, que a maioria dos estudos sobre esta questão baseia-se nas visitas, porque apresentam uma descrição pormenorizada do património⁶⁰. Em relação ao estudo sobre o património cultural da Ordem de Cristo é de realçar que o interesse da investigação centra-se, essencialmente, no Convento de Tomar⁶¹, havendo ainda muito por conhecer no que toca ao restante património móvel e imóvel.

1.4 O relacionamento com os outros poderes: a monarquia e o papado

O relacionamento da Ordem de Cristo com a monarquia surge como um dos temas mais desenvolvidos pela historiografia. Este aspeto deve-se ao facto das Ordens terem sido governadas por elementos da família real a partir do início do séc. XV, ou seja, pelos próprios infantes, ou já no final da centúria, pelo próprio rei, como demonstra o exemplo da Ordem de Cristo⁶². E, também, pelo facto da maioria da documentação conhecida incidir sobre as relações com a coroa referente a doações, à

⁵⁵ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo...* pp. 69-104. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*... pp. 43-110.

⁵⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*... pp. 460-488.

⁵⁷ MENDONÇA, Manuel – Furtado de Mendonça portugueses. Um caso de ascensão social alavancada nas Ordens Militares. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*... pp. 181-215.

⁵⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI)*. Porto: Edição de Autor, 2008. [Consultado 25.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9376>].

⁵⁹ FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – *The Military Orders in the fifteenth century*... p. 448.

⁶⁰ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1979.

⁶¹ PEREIRA, Paulo – As grandes edificações (1450-1530). In *História da arte portuguesa. Do «Modo» Gótico ao maneirismo*, dir. Paulo Pereira. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1995, pp. 42-44.

⁶² Destacam-se os artigos de SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Jesus Cristo. Do Mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique*. *Oceanos*. Nº 17. 1994, pp. 20-24. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *O Infante D. Henrique Mestre da Ordem Militar de Jesus Cristo*. *Mare Liberum*. Nº 7. 1994, pp. 9-22. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *D. Manuel, duque de Beja, governador da Ordem de Cristo, senhor dos arquipélagos atlânticos: uma estratégia de actuação (1484-1495)*. *Africana*. Nº 6. 2001, pp. 211-227.

concessão de privilégios, bem como a problemas de jurisdição. Ligada ao relacionamento com a monarquia, surge a questão militar, que, porém constitui um tema pouco estudado. Todavia, seria interessante compreender qual o papel das Ordens nas hostes régias, as armas e os conhecimentos teóricos que dispunham, de forma a compreendermos algumas opções tomadas no campo da batalha e no domínio construtivo⁶³. Outro tema que se encontra insuficientemente estudado é a intervenção diplomática desempenhada pelas Ordens, pois estas foram protagonistas em momentos relevantes da vida de Portugal⁶⁴. A esta limitação acresce a necessidade de se investigar mais também sobre a sua participação na máquina burocrática e administrativa do reino.

Em relação à política desenvolvida pela monarquia para controlar as Ordens Militares, deve-se dizer que a mesma se insere num objetivo que tinha sido iniciado no séc. XIII, para potencializar a intervenção régia na administração das Ordens Militares. De resto, esta estratégia é visível com a criação da Ordem de Cristo. Contudo, este objetivo só foi plenamente concretizado no reinado de D. João I, que colocou os Infantes nas três principais instituições: D. João na Ordem de Santiago em 1418, D. Henrique na Ordem de Cristo em 1420 e D. Fernando na Ordem de Avis em 1434. Convém salientar, que a ligação da Ordem de Cristo à coroa foi visível desde a sua formação, porque a sua criação deveu-se à vontade régia⁶⁵. Contudo, nem sempre esta ligação se pautou por relações pacíficas. No mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372) o relacionamento entre a Ordem de Cristo e a coroa foi muito delicado⁶⁶. Todavia, no reinado de D. Manuel, tempo fulcral da nossa dissertação, ocorreu a união definitiva da Ordem com a coroa. A união da Ordem com a coroa tinha já sido ponderada por D. Afonso V, aquando da morte do Infante D. Henrique, quando pensou em solicitar o mestrado para si. Todavia, seria o seu irmão D. Fernando que ficaria como mestre da Ordem⁶⁷. A partir do reinado de D. Manuel a Ordem passa a

⁶³ MONTEIRO, João Gouveia – Arcaísmo ou modernidade do Exército Português nos finais da Idade Média? O contributo das Ordens Militares. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, (coord.), *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura*. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Vol.2. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 275.

⁶⁴ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As relações luso-castelhanas na segunda metade do séc. XIV e os seus reflexos na Ordem de Cristo: análise de um caso sintomático. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed), ROMERO-CAMACHO, Isabel Montes, e GARCÍA MARTÍNEZ, Antonio Claret (coords.), *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos 1391-1492*. Sevilla: Junta de Andalucía/Universidade de Sevilha, 1991, pp. 1759-1769.

⁶⁵ PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012, pp. 213-214.

⁶⁶ SILVA, João Pedro Morgado da – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010, pp.62-68. [Consultado 28.02.2013]. [Disponível em:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4184>].

⁶⁷ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 81-85.

colaborar de uma forma inequívoca nos projetos régios, já que o mestrado seria gerido pelo próprio rei de Portugal⁶⁸. Os compromissos mútuos são, de facto, indissociáveis.

Nas relações da Ordem de Cristo com o papado é de sublinhar a sua proximidade, dado o estatuto da própria Ordem na orgânica da Igreja. A questão do domínio da espiritualidade nos novos territórios provenientes da expansão portuguesa proporcionou-lhe uma divulgação e visibilidade ímpares⁶⁹.

O papel da Ordem de Cristo na expansão é de grande relevância, como se pode comprovar pela participação de algumas individualidades ligadas à instituição nas lides expansionistas⁷⁰. Porém, seria importante desenvolver este tema, uma vez que possibilitaria uma visão global da atuação da Ordem nestes domínios, campo ainda hoje pouco conhecido pela historiografia, embora se refira recorrentemente esta associação.

Apresentadas as principais linhas da produção historiográfica sobre a Ordem de Cristo podemos concluir que o seu estudo se encontra preso a determinados temas como a atuação dos mestres e o relacionamento com a monarquia. Cronologicamente os estudos sobre esta instituição incidem, preferencialmente, nos séculos XV e XVI, para além de se preocuparem mais com a gestão do património e das estratégias políticas em seu torno do que com a vivência religiosa dos freires. Seria, ainda, importante dirigir a investigação para as ligações com as outras Ordens⁷¹, bem como, para a análise da proveniência dos freires e as estratégias das suas famílias.

Em relação às fontes para o estudo da Ordem é de assinalar que a sua maioria está relacionada com a sua atuação nos descobrimentos. Outro núcleo documental importante reside nas fontes ligadas à gestão do património – os tombos de propriedade e as visitas –, o que permite apenas conhecer uma parcela da atuação real da Ordem. Esta dissertação será mais um contributo neste domínio, procurando, a partir de uma

⁶⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 91-110.

⁶⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do século XVI: a criação das comendas novas. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006, pp. 249-261. [Consultado 16.03.2012]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4858.pdf>].

⁷⁰ FONSECA, Luís Adão da – As Ordens Militares e a Expansão. In COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.), *A Alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: Centro de Estudo de Além-Mar/ Instituto de Investigação Tropical, 2004, pp. 321-347. SILVA, Isabel Morgado e PIMENTA, Maria Cristina - As Ordens de Santiago e de Cristo e a Fundação do Estado da Índia: uma perspectiva de estudo. In COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.) *A Alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia*...pp. 349-361.

⁷¹ SILVA, Isabel Morgado e PIMENTA, Maria Cristina – As Ordens de Avis e de Cristo na Baixa Idade Média e a Monarquia Portuguesa: percursos de complementaridade. In *Estudos de Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*. Porto: Fundação Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, pp. 805-824.

análise mais micro, lograr a inserção numa escala mais abrangente. Como já foi alertado seria importante analisar a evolução de procedimentos nas visitas⁷², bem como compará-las com as visitas do poder episcopal. Aliás, a Ordem era responsável, em algumas comendas, pelo enquadramento religioso dos foreiros, onde se destaca a atuação de D. Manuel, preocupado em definir a atuação religiosa da Ordem como se verifica na ordenação de 1517⁷³. Seria, ainda, importante avaliar o impacto do concílio de Trento nas Ordens, embora constitua matéria para os modernistas.

Outro elemento a reter dos diversos trabalhos consiste no estudo das comendas, onde se presta atenção à administração e à gestão do património. Porém, estes trabalhos não têm a preocupação de enquadrar estes elementos num quadro de análise de carácter regional, nem numa perspetiva global dos bens das Ordens. Como referiu Fernanda Olival os trabalhos sobre as comendas têm como principal preocupação conhecer os rendimentos e delegando para um patamar secundário a apresentação do património e a sua gestão⁷⁴. Seria importante a valorização dos tombos e das visitas para conhecer a administração das comendas e a atuação do comendador. A estrutura comendatária assumiu um papel importante na organização do território, uma vez que as comendas são mecanismos de planeamento e de administração do espaço. Todavia, a partir do séc. XVI, as alterações que afetaram as Ordens levaram a que esta dimensão ficasse relegada para um patamar secundário. Um dos maiores problemas dos estudos das Ordens Militares consiste no facto de não fornecerem uma perspetiva global, uma vez que desenvolvem uma análise excessivamente centrada no património, o que prejudica a sua compreensão, na medida em que é necessário enquadrá-las no seu meio e ter em conta o restante património. Por esse motivo considerámos, que seria importante proceder a uma interpretação em que fosse valorizada uma leitura de cariz mais comparativo e não apenas descritivo.

⁷² OLIVAL, Fernanda – As Comendas das Ordens Militares Portuguesas na Época Moderna: um ponto de situação historiográfico. In *Comendas das Ordens Militares*...p. 121.

⁷³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*...pp. 117-118.

⁷⁴ OLIVAL, Fernanda – As Comendas das Ordens Militares Portuguesas na Época Moderna: um ponto de situação historiográfico. In *Comendas das Ordens Militares*...p. 127.

2- A Ordem de Cristo: contextualização histórica

Com a morte de D. João II, a 25 de outubro de 1495⁷⁵, D. Manuel foi aclamado rei em Alcácer do Sal, a 27 de outubro de 1495⁷⁶. Este facto permitiu à Ordem de Cristo ganhar maior visibilidade. O rei reservou para si o mestrado da Ordem, não cumprindo o desejo de D. João II em atribuir o mestrado a D. Jorge. Desta forma, com D. Manuel ocorreu a união definitiva com a coroa. D. João II pressupunha que D. Manuel abdicaria do mestrado da Ordem de Cristo, contudo, estas pretensões invertiam a política de centralização dos mestrados das Ordens Militares iniciada com D. Afonso V, transferindo-os para D. Jorge, que ficaria com governo da Ordem de Avis, de Santiago e de Cristo⁷⁷.

Neste capítulo pretendemos analisar as mudanças ocorridas na Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Manuel (1484-1521)⁷⁸, bem como apresentar o cenário político, económico e social em que se enquadra a sua atuação, atendendo ao facto de que foi neste ambiente que foi produzido o tombo que analisamos⁷⁹. Apesar de permanecer a imagem de um rei de destino invulgar é inquestionável a obra que empreendeu a nível económico, artístico, cultural⁸⁰ e da reforma do aparelho governativo⁸¹. De realçar, ainda, que a produção historiográfica sobre a Ordem de Cristo veio aclarar o sentido de algumas opções de D. Manuel⁸².

De acordo com a mais recente biografia, o governo de D. Manuel ficou marcado por dois vetores: a continuidade e a mudança, ou seja, o fim de um modelo e o início de

⁷⁵ FONSECA, Luís Adão da – *D. João II...*p.173-178. Ver, ainda, o olhar jurídico sobre a escolha de D. Manuel em ALBUQUERQUE, Martim de – *O poder político no renascimento português*. 2ª ed. Lisboa: Verbo, 2012, pp. 289-292.

⁷⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...*pp. 73-74.

⁷⁷ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 97-98.

⁷⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 91-110.

⁷⁹ De realçar a reflexão historiográfica do reinado de D. Manuel em COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I: 1469-1521*...pp. 15-21. Ver, ainda, a bibliografia sobre D. Manuel apresentada pelo mesmo autor. E, também, AUBIN, Jean – *Le latin et l'astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel (1485-1521)*. Vol.3. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

⁸⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal na época dos descobrimentos. In *Revista da História das Ideias*, Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional. Vol. 14. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 7-21.

⁸¹ DUARTE, Luís Miguel – O Estado manuelino: A onça e o elefante. In CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 189-203. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Este Reino a que o Gama voltou...: em torno da “modernidade” do Portugal manuelino. In MAGALHÃES, Joaquim Romero; FLORES, Jorge Manuel (Coord.) – *Vasco da Gama: Homens, Viagens e Culturas*. Actas do Congresso Internacional. Vol. 1. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 495-512. SUBTIL, José – Modernidade e Arcaísmos no Estado de Quinhentos. In COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords), *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval. Ciclo de Conferências*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 317-370.

⁸² SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...pp. 91-110.

outro. Verifica-se a manutenção de algumas medidas como a procura de alcançar a unidade da Hispânia, o desejo de intervir no Mediterrâneo, a ideia de cruzada contra o Islão e a conquista de Jerusalém⁸³. Contudo, registaram-se grandes transformações fruto dos lucros da expansão, que permitiram renovar a paisagem edificada no reino e, ainda, contribuíram para o aparecimento de uma nova estrutura governativa. A atuação de D. Manuel deixa antever que este tinha um programa político de centralização, de reforma e de adaptação do aparelho político à nova conjuntura. As reformas das estruturas administrativas visavam organizar e conhecer o espaço que governava, onde se destacam as visitas da Ordem de Cristo, entre 1504/1505-1510, e o levantamento informativo sobre as fortificações de fronteira, missão levada a cabo por Duarte de Armas⁸⁴. É de realçar, que as medidas de transformação que a Ordem sofreu estão em consonância com as reformas que estavam a ser empreendidas nas estruturas de administração geral do reino⁸⁵. O caso dos forais novos é um bom exemplo, devendo ser realçada a existência de várias reformas em simultâneo, em que se inserem as visitas na Ordem de Cristo⁸⁶. De assinalar, que os forais manuelinos de 1 de Julho de 1510, incidem geograficamente, sobre alguns locais que foram visitados pela Ordem de Cristo (vd. mapa 1, p. 31).

2.1 A Ordem de Cristo durante o governo de D. Manuel (1484-1521)

A Ordem de Cristo durante o governo de D. Manuel sofreu profundas alterações. Com D. Manuel ocorreu a união definitiva da Ordem à coroa, o que permitiu uma visibilidade ímpar desta instituição⁸⁷. De destacar a opinião de Isabel Morgado, que refere o aumento da complementaridade, a partir do reinado de D. Manuel, entre as duas

⁸³ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...* p. 21.

⁸⁴ GONÇALVES, Iria – Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas. *Media Aetas*. IIª Série, Vol. 2, 2005/2006, pp. 67-100. Neste contexto é importante referir a importância das Ordens como mecanismos de controlo territorial ver COSTA, Paula Pinto – Ordens militares e fronteira: um desempenho militar, jurisdicional e político em tempos medievais... pp. 79-92.

⁸⁵ A síntese fundamental sobre este reinado e as reformas que se registaram pode ser consultada em COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521. Um príncipe do renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

⁸⁶ Sobre a reforma dos forais, veja-se DUARTE, Luís Miguel – Os “Forais novos”: uma reforma falhada? *Revista Portuguesa de História*. t.36, vol. II, 2002/2003. Coimbra, pp. 391-404. Vejam-se, ainda, os mapas disponibilizados por Joaquim Veríssimo Serrão sobre os forais novos emitidos até ao dia 1 de Junho de 1510 em SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. O século de Ouro (1495-1580.) 2º ed. Lisboa: Verbo, 1980, p. 216.

⁸⁷ Ver, também, AYALA MARTÍNEZ, Carlos – La corona de Castilla y la incorporación de los maestrazgos. In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 259-290.

instituições, uma vez que na prática é um só poder com duas vertentes de atuação: a temporal e a espiritual⁸⁸.

D. Manuel foi nomeado mestre, em 1484, em substituição do seu irmão D. Diogo⁸⁹. Todavia só foi reconhecido como mestre no capítulo de Tomar em Janeiro de 1493⁹⁰. Apesar de não se conhecer o documento pontifício da entrega do governo da Ordem a D. Manuel, encontram-se várias cartas emitidas no início de 1485 em que este se intitula como regedor e governador⁹¹.

Os primeiros anos do mestrado do duque de Beja ficam igualmente marcados pela Bula de cruzada *Orthodoxe fidei*⁹², de 1485, onde se legitimava a guerra em África, bem como pela assinatura do Tratado de Tordesilhas a 7 de Junho de 1494⁹³. Estes acontecimentos tiveram grandes consequências na política ultramarina e demonstram a primazia da coroa na direção dos descobrimentos, invertendo o que tinha ocorrido durante o mestrado do Infante D. Henrique, embora continue por esclarecer a repartição de investimentos e de lucros em que a Ordem terá estado envolvida. No governo da Ordem de Cristo os primeiros anos revelaram uma postura de submissão ao poder régio⁹⁴. Contudo, a política de obediência à coroa não deve ser entendida como uma atuação prejudicial para a Ordem, uma vez que procurou sempre defender os direitos da instituição⁹⁵. Registe-se, por exemplo, o prestígio da Ordem em deter a jurisdição espiritual dos territórios ultramarinos⁹⁶. De sublinhar, ainda, o direito que a Ordem possuía de conservatória e de instituição de dois juízes conservadores – oficiais de justiça de primeira instância –, outorgado, em 1490, pelo Papa Inocêncio VIII⁹⁷. Estas medidas viriam a ser também estendidas às outras Ordens⁹⁸.

⁸⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 98-99.

⁸⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 90-92. Ver, também, MORENO, Humberto Baquero – As conspirações contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança. In *Arquivos de Centro Cultural Português*. Vol. II. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 47-103.

⁹⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 95.

⁹¹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 91.

⁹² Bula de cruzada *Orthodoxe fidei*, 18 de Fevereiro 1486. Documento 204 publicado em MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*. vol. III, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 303-316.

⁹³ FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*...pp. 120-163.

⁹⁴ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp.94-95.

⁹⁵ Ver as concessões de D. João II a D. Manuel em SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 95.

⁹⁶ Bula *Aeterni regis clementia*, de 21 de Abril de 1481. Em 1488, o Papa Sisto IV iria confirmar a bula de 1481, em que reconhecia a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo nos novos territórios. Ver a nota 369 em SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 96.

⁹⁷ *Bula Militanti Ecclesie*, de 1 de Fevereiro de 1490 publicada em SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas [...]*. tomo. X...p. 109.

⁹⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 96.

A Ordem de Cristo assumiu um papel crucial para o duque de Beja, na medida em que lhe permitiu ter influência política e militar. Já antes da criação das comendas novas, D. Manuel recorria ao ouro da Mina para atribuir tenças à nobreza, resolvendo, deste modo, a limitação da terra e conseguindo aumentar o número de dependentes⁹⁹. Por exemplo, agraciou Lourenço Brito, fidalgo da sua casa e seu copeiro-mor, a 8 de Maio de 1493, com uma comenda de 100.000 reais por ano¹⁰⁰. Contudo, Lourenço Brito teve de prescindir da comenda de Castelo Novo e de Alpedrinha, que ficaram sob gestão de Álvaro Pereira. O período de governação da Ordem de Cristo antes de atingir o trono permitiu a D. Manuel adquirir experiência governativa, pelo que deve ser estudado com atenção.

Na primeira fase de governo, D. Manuel aumentou o número de comendadores e a estrutura comendatária, o que permitiu dinamizar e potencializar o património da Ordem¹⁰¹. Iniciou o programa de enriquecimento e engrandecimento do património, geralmente, das igrejas da Ordem de Cristo – caso das obras no Convento de Cristo em Tomar em 1491¹⁰² –, que mais tarde viria a estender a todo reino. D. Manuel fomentou, também, a construção de igrejas, o que permitiu deixar uma outra marca da sua governação¹⁰³. A Ordem de Cristo passa a estar ao serviço, de uma forma mais evidente, dos interesses da coroa, o que ajudou a viabilizar o fortalecimento do poder monárquico¹⁰⁴.

Em relação ao governo da Ordem é de destacar a bula *Romani pontificis sacri apostolatus*¹⁰⁵ emitida pelo Papa Alexandre VI, a 20 de Junho de 1496¹⁰⁶, a pedido de D. Manuel, em que possibilitava que os comendadores de Avis e de Cristo pudessem

⁹⁹ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...*p. 65.

¹⁰⁰ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...*p. 64.

¹⁰¹ COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...*p. 138. Sobre a evolução das comendas ver SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)...*pp. 190-193.

¹⁰² PEREIRA, Paulo – *As grandes edificações (1450-1530)*. In *História da arte portuguesa. Do «Modo» Gótico ao maneirismo*, dir. Paulo Pereira. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1995, pp. 42-44.

¹⁰³ COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...*pp. 65-66. Ver as doações de D. Manuel às igrejas de Tomar FERRO, Maria José Pimenta – *As doações de D. Manuel duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo. Do Tempo e da História...*pp. 153-172.

¹⁰⁴ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Ordens Militares e a Monarquia*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...*pp. 121-122.

¹⁰⁵ SOUSA, D. António Caetano – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora Lda., 1947, Tomo II, 1ªpt., pp. 326-328.

¹⁰⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Ser freire, ser comendador: as consequências sociais da ascensão institucional*. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol.2. Palmela: Câmara Municipal/ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2012, p. 614.

casar e, ainda, permitir que o rei concedesse a qualquer fidalgo uma comenda, privilégio que se limitava apenas à Ordem de Santiago¹⁰⁷.

Um dos acontecimentos de maior relevância nesta segunda fase reside no capítulo geral de 1503 reunido no Convento de Tomar com a presença de D. Manuel I. Neste capítulo decidiu-se elaborar uma nova constituição/normativa¹⁰⁸, que versava sobre a regulação do provimento dos benefícios, a eleição do mestre, a nomeação de visitantes, o regimento de visitação, a atuação e a aplicação da justiça, a regulamentação da prática religiosa, entre outras medidas¹⁰⁹. Decidiu-se, ainda, registar em livro tudo o que respeitava à Ordem¹¹⁰. Este trabalho ficou a cargo de Pedro Álvares Seco. Em relação à sua nova constituição, deve salientar-se, que é composta por 65 capítulos, que versam sobre o património e a sua administração, a vivência interna dos freires e a vivência religiosa e espiritual¹¹¹. As disposições deste capítulo foram aprovadas, em 1505, pelo Papa Júlio II¹¹². O grande objetivo do capítulo geral consistia em remodelar a estrutura da Ordem, dotá-la de maior independência económica, bem como definir os direitos da Ordem de Cristo nas áreas concelhias. Deliberou-se, ainda a criação de 30 tenças de 10 mil reais cada uma, nos lugares de África, com verba a retirar dos rendimentos da Mesa Mestral, para os cavaleiros da Ordem prestassem serviço, 4 anos contínuos, no Norte de África¹¹³.

Neste período é de assinalar a maior complexidade a nível patrimonial da Ordem, devido ao aumento de bens e, por esse motivo, foi ordenada a elaboração de um novo cadastro dos bens da Ordem, onde se registassem as rendas, os direitos e as propriedades da comenda. Para cumprir este objetivo iniciaram-se as visitas em

¹⁰⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento*...p. 75.

¹⁰⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, normativa e prática. In *A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna*...pp. 9-92.

¹⁰⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 99-100. No capítulo de 1503 ficou, ainda, decidido que o comendador deveria residir na comenda que administrava. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – As Ordens Militares – semelhanças e diferenças. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 140-141.

¹¹⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 100.

¹¹¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, normativa e prática. In *A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna*...pp. 19-21.

¹¹² *Bula Militans Ecclesia* - 12 de julho de 1505 do Papa Júlio II. Confirma-se os estatutos e definições de 1499, confirma a isenção da observância de qualquer constituição da Ordem de Calatrava entre outros privilégios. Documento 94 – *Monumenta Henricina*. Vol. XV...pp. 137-149.

¹¹³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*...pp. 108-109.

1504/1505¹¹⁴ que se estenderam até 1510 e que permitiram a realização de diversos tombos. Com o aumento dos recursos por parte da Ordem, como a vintena do ouro da Guiné, que a monarquia utilizou como um meio de agraciar os seus, potenciaram-se outras transformações significativas na Ordem¹¹⁵. Aliás, estas alterações inserem-se num processo que levou a que as Ordens militares a serem vistas como uma forma de pagamento pelos serviços prestados à coroa. É neste contexto de mudança e de maior influência do poder régio na Ordem que surgem as comendas novas¹¹⁶.

As comendas novas estão, também, associadas ao ressurgimento do ideal da Cruzada no Mediterrâneo, devido ao avanço Turco e do desejo de libertar a Terra Santa, para além do bom relacionamento da monarquia com papado¹¹⁷. A complementaridade entre a coroa e a Santa Sé levou à concessão em 1499, pelo Papa Alexandre VI, da Bula *Cum sicut nobis* da terça da dízima eclesiástica dos novos territórios provenientes da expansão¹¹⁸ e do direito de padroado em todas as igrejas fundadas nas terras conquistadas no Norte de África. Em 12 de julho de 1505, pela bula *Eximiae devotionis affectus*¹¹⁹, o Papa Júlio II, autorizava a construção de um convento da Ordem para mulheres que depois viriam a casar com os cavaleiros da Ordem. Igualmente importante foi a autorização, do Papa, no início do reinado do Venturoso, em dispensar dos votos da castidade, da pobreza, uso do hábito, e da recitação das horas canónicas entre outros aspetos da regra¹²⁰, ou seja, a Ordem começou a perder a sua dimensão religiosa e ganhou, paulatinamente, uma dimensão honorífica e de mérito. Contudo, a vertente mais comprometida com a religião, ou seja, os freires clérigos, serão submetidos aos ditames de Trento, no sentido da promoção de um comportamento mais devocional.

¹¹⁴ Em 1504 ocorreram visitas em algumas igrejas dentro da vigairaria de Tomar. Este assunto será retomado no capítulo 3.2 – Os mecanismos de controlo territorial, pp.28-32, onde apresentamos as visitas e os tombos elaborados no seguimento do capítulo de 1503.

¹¹⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...* pp.136-137.

¹¹⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre Douro e Minho: alguns aspectos de vivência religiosa. In *Congresso sobre a Diocese do Porto, Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos Pinho Brandão*. Vol. 2. Porto/ Arouca: FLUP, 2002, pp. 43-71. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do século XVI: a criação das comendas novas. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques...* pp.249-261. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* pp.105-118.

¹¹⁷ THOMAZ, Luís Filipe R. – L' idéie imperiale Manueline. In *Arquivos do Centro Cultural Português. (Actas do colóquio La Découverte, le Portugal et L' Europe)*. vol. XXVII. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103.

¹¹⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...* p.136.

¹¹⁹ TT, Gaveta VIII, m. 3, n.º 33 *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol II, n.º 991, p. 437.

¹²⁰ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – A Igreja em reforma. In MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (coords) – *Nova História de Portugal, do renascimento à crise Dinástica*. Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Vol. V. Lisboa: Editorial presença, 1998, p. 423.

A monarquia procurou compensar a Ordem como é o caso da carta de 14 de maio de 1504, onde cede a vintena do pão que passasse no Guadiana e a terça da barca que passasse entre Castro Marim e a Aiamonte¹²¹.

A ligação de interesses da coroa e ao papado é, ainda, mais visível aquando da descoberta do caminho marítimo para Índia, onde o Cardeal Protecto é informado das procissões em acção de graças¹²² e a Santa Sé expressa o seu agrado ao conceder o direito de nomear um comissário apostólico desde o Cabo da Boa Esperança até à Índia¹²³. A dimensão religiosa da Ordem foi, também, alvo da preocupação de D. Manuel, como é visível na ordenação de 30 de julho de 1517, onde se apresentava as obrigações e o modo dos clérigos administrarem os sacramentos, a renda a que tinham direito, ou seja, adaptar as funções espirituais da Ordem às mudanças que se prefiguravam¹²⁴.

Com o avançar da expansão em África, a ocupação de Safim em 1508, a conquista de Azamor de 1513, o aumentar dos custos com várias praças africanas, bem como o interesse em conquistar Jerusalém contribuíram para o aparecimento das comendas novas¹²⁵.

Outro momento relevante no reinado de D. Manuel foi a embaixada ao Papa Leão X, em 12 março de 1514, chefiada por Tristão da Cunha¹²⁶. Na sequência da

¹²¹ COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento...* p. 136.

¹²² SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *A Ordem de Cristo (1417-1521)...* p. 102.

¹²³ Pela Breve, *Cum sicut nobis*, de 23 de agosto de 1499. O Papa de Alexandre VI concede perpetuamente o direito de padroado ao rei de Portugal das igrejas em África. Documento 340 - publicado em MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*. vol. III...p. 548. E em SANTARÉM, Visconde de - *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas...* tomo X. Paris: J. P. Aillaud, 1866, p. 119. Na carta de 28 de agosto de 1499 o rei dá conhecimento do descobrimento da Índia enumerando as riquezas que trouxeram e que tinham feito procissões de acção de graças e esperava a aprovação para poder continuar. Breve *Cum sicut*, de 26 de março de 1500. Documento nº 363 Publicado em MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*. vol. III...p. 591. O Papa concede o direito de nomear um comissário apostólico para os lugares desde o Cabo da Boa Esperança até à Índia. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *A Ordem de Cristo (1417-1521)...* p. 102.

¹²⁴ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina*. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* pp. 117-118. Ver, ainda, SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e - *Fazer a cura das almas. A intervenção manuelina na Ordem de Cristo*, FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o ocidente e o oriente*, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares. Palmela: Câmara Municipal: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2009, pp. 809-826.

¹²⁵ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina*. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* pp. 105-118. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre Douro e Minho*. In *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto Tempos e Lugares de Memória*, vol. II. Braga: Centros de Estudos D. Domingos Pinhão Brandão Universidade Católica - Centro Regional do Porto. FLUP - Departamento de Ciências e Técnicas de Património, 2002, pp. 55-60.

¹²⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - *As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina*. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* p. 110.

embaixada o Papa outorga a Bula *Redemptor noster*¹²⁷, onde concedia a cruzada e permitia retirar 20 mil cruzados, cerca de 8 milhões de reais, das rendas dos mosteiros do reino para criar as comendas novas, para a guerra contra o infiel. Esta medida permitiu um enriquecimento muito significativo da Ordem à custa da coroa, da igreja e dos principais senhores. Procurava-se com este incentivo captar cavaleiros para participar nos descobrimentos, uma vez que arrecadariam essa tença os que durante 2 anos servissem, de forma continua e a sua custa, em África, e receberiam o hábito da Ordem de Cristo¹²⁸.

O processo da formação das comendas novas centra-se entre os anos 1514-1517 sob a direção do legado papal António Pucio¹²⁹. Em 1515 ocorreu o primeiro processo de execução desta medida, contudo não atingiu o montante necessário. Com a bula *Honestis votis tuis*¹³⁰, de 19 de janeiro de 1516, permitia retirar de 50 igrejas de padroado régio para atingir os 20 mil cruzados. Propuseram, ainda, a 16 de abril de 1517, ao duque de Bragança, D. Jaime, a indicação de 15 igrejas, onde tinha direito de padroado para formarem comendas da Ordem¹³¹.

Ainda, na sequência da embaixada a Roma, o Papa Leão X, em junho de 1514, outorga a Bula *Dum fidei constantiam eximiae que devotionis*¹³², em resposta à súplica de D. Manuel. Concedia, assim, os direitos de jurisdição eclesiástica e espiritual sobre as igrejas criadas em África, que no espaço de 2 anos ficariam na dependência do Vigário de Tomar¹³³. A Ordem de Cristo passa a ser responsável do enquadramento dos novos espaços, mas com D. Manuel ganhou uma expressão jurídica inovadora, porque as igrejas do ultramar passam a ter a proteção do monarca¹³⁴.

¹²⁷ Bula de Leão X, *Redemptor Noster Dominus Jhesus Christus*, de 29 abril 1514. Publicada por SOUSA, D. António Caetano – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora Lda., 1947, Tomo II, 1ª pt., pp. 328-336. Nas páginas 337-382 é apresentado o processo executório.

¹²⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Ordens Militares e a Monarquia*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p.123.

¹²⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina*, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*...p. 112.

¹³⁰ SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica* ..., Tomo IV, 1ª pt., pp. 63-68.

¹³¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Ordens Militares e a Monarquia*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 123.

¹³² SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações*...tomo X. Paris: J. P. Aillaud, 1866, pp. 193-194.

¹³³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre Douro e Minho*. In *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto Tempos e Lugares de Memória*...pp. 53-54.

¹³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. O século de Ouro (1495-1580.)...pp. 147-148. Bula *Dum fidei constantiam*, 7 de junho de 1514, onde o Papa Leão X confirma o direito de jurisdição eclesiástica e espiritual sobre as igrejas de África a D. Manuel e aos seus sucessores. SANTARÉM, Visconde de - *Quadro elementar das relações*...tomo X. Paris: J. P. Aillaud, 1866, pp. 193-194.

Em termos de balanço, podemos afirmar que o mestrado de 37 anos de D. Manuel (1484-1521) fica marcado por dois acontecimentos estruturantes: o capítulo de 1503 e a criação das comendas novas em 1515, que demonstram o objetivo de inovar e, também, de reformar a Ordem.

Estas reformas permitiram adaptar a Ordem a uma nova realidade, imposta pela expansão. Demonstram, ainda, uma maior cooperação e complementaridade entre a Ordem e a monarquia. Este objetivo já é visível quando D. Manuel era duque de Beja, ou seja, o governo da Ordem de Cristo permitiu acumular conhecimentos que lhe permitiram cumprir o seu plano político. A partir da incorporação do mestrado de Cristo na monarquia esta ganha uma nova dimensão assente em dois esteios: a mercê e a graça, ou seja, as Ordens militares transformam-se em Ordens de mérito¹³⁵. Deste modo, a Ordem de Cristo fundada em 1319, por grande intervenção de D. Dinis, constituirá no reinado de D. Manuel um importante instrumento da ação política régia. Ao administrar uma Ordem religiosa, o rei utiliza rendimentos eclesiásticos – caso do padroado das igrejas nos territórios provenientes da expansão e das comendas novas – em função dos interesses da monarquia. O que demonstra, ainda, a importância destas instituições no cenário político, económico e social de Portugal. Como explica Isabel Morgado, há uma identificação entre estas instituições e a monarquia, tanto mais que D. Manuel acumulou o título de mestre com o de rei¹³⁶. O facto de ter exercido a dignidade mestral num tempo em que era, apenas, duque de Beja e de ter permanecido no exercício da dignidade mesmo quando subiu ao trono revela que tinha uma estratégia política.

¹³⁵ OLIVAL, Fernanda – Structural changes within the 16th - century Portuguese Military Orders. In *e-Journal of Portuguese History*. Vol.2, nº 2, Winter 2004. [Consultado 11.03.2012]. [Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/].

¹³⁶ Em 7 de março de 1517, quando morreu D. Maria, D. Manuel pensou em abdicar do reino para o seu filho, mas reservar para si o mestrado da Ordem de Cristo, o que demonstra que sempre viu o mestrado da Ordem a nível individual. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 109-110.

3- As visitasões e os tombos de propriedade (1504/1505 -1510)

As visitasões levadas a cabo pela Ordem de Cristo, entre 1504/1505 e 1510, bem como os tombos de propriedade realizados nesse mesmo contexto oferecem indicadores muito interessantes sobre a forma como a Ordem fazia a leitura do território sob a sua administração e sobre os mecanismos de controlo que implementaram.

3.1 A leitura do território na perspetiva da Ordem de Cristo

Ao procuramos conhecer a leitura que a Ordem de Cristo fazia do território que administrava é de realçar a sua organização em comendas, na medida em que este modo de organização e de administração traduz a sua conceção do espaço¹³⁷. Como se compreende, a Ordem para gerir as suas propriedades tinha que, obrigatoriamente, possuir uma imagem do território que administrava. A imagem que a Ordem de Cristo foi construindo do território alicerçou-se na articulação de várias instâncias desde a mesa mestral até à estrutura base, as comendas. As comendas eram essenciais na organização económico-administrativa, para além de constituírem um elemento modelador da paisagem. A organização em comendas vem desde a sua formação, uma vez que herdou boa parte do património da Ordem do Templo e esta já estava organizada em comendas¹³⁸. Este aspeto constitui um dos elementos mais importantes na administração do território, porque implicava já um conhecimento do espaço. O número de comendas na Ordem de Cristo foi evoluindo com o tempo, apresentando 59 comendas entre 1507-1510¹³⁹. Este valor irá crescer como se verifica, em 1560, no Livro das Comendas da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, que anota 82 comendas antigas¹⁴⁰. Apesar de ser claro que esta mancha comendatária encerra em si mesma a consciência do território, não é explícita a complexa explicação da localização da sede de cada comenda.

¹³⁷ COSTA, Paula Pinto – As comendas: enquadramento e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* pp. 9-24. Relacionado, ainda, com a perspetiva territorial das Ordens Militares é de realçar a intervenção de COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – *A leitura do espaço na perspetiva das Ordens Militares: memória documental*. Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (FLUP, 13 e 14 de Novembro de 2009). [Consultado 25.02.2013]. [Disponível em: http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/PaulaPintoCosta_Texto.pdf].

¹³⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p.188. Ver, ainda, o quadro das comendas antigas da Ordem de Cristo em SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 192.

¹³⁹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 191-192.

¹⁴⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 192.

Na perspetiva das Ordens Militares, a comenda constituía a célula base do património. A comenda era constituída por um conjunto de bens que garantia um determinado rendimento a um comendador. Em termos gerais, a comenda consistia num benefício eclesiástico, dado a indivíduos regulares ou seculares, que já tinham benefício próprio, pelo que servia para subsidiar e sustentar freires a quem os monarcas desejavam recompensar pelos serviços prestados¹⁴¹. De sublinhar, que a formação de uma comenda e a sua organização exigia desta a capacidade de produção, para que fosse possível extrair rendimentos para a Ordem. A organização em comendas permitia à Ordem exercer influência sobre o território onde estavam instalados os bens¹⁴².

A origem das comendas está relacionada, sobretudo, com a componente administrativa e com exigências de gestão de um património vasto e disperso. As Ordens Militares foram chamadas inicialmente para combater e organizar o território, ou seja, para enquadrar civil e religiosamente a população que aí habitava¹⁴³. Na descrição do espaço, as Ordens Militares utilizavam a mesma linguagem descritiva e jurídica de outras instituições eclesiásticas, porém tinham a especificidade de estar organizadas em comendas¹⁴⁴. Por esse motivo, Isabel Morgado afirma que a organização do território na Ordem de Cristo era semelhante à de um senhorio, podendo, também, ser definida como um órgão de gestão agrária a que se devem juntar os direitos territoriais e jurisdicionais¹⁴⁵. A gestão da comenda pertencia ao comendador, que era nomeado pelo mestre da Ordem. Após a sua nomeação, os comendadores eram obrigados a fazer um inventário dos bens da comenda, para que a partir desse relatório fosse possível avaliar a sua administração¹⁴⁶.

A Ordem demonstrou sempre grande atenção à gestão do património como se pode verificar pelas deliberações aprovadas no capítulo geral de 1503, onde se apresentavam os procedimentos das visitas¹⁴⁷. Uma das decisões do capítulo consistia em que os comendadores deveriam fixar-se nas comendas para, deste modo, rentabilizar a comenda¹⁴⁸. Perante a degradação do património, a Ordem decidiu, que:

¹⁴¹ TORRES, Ruy d' Abreu – Comendas. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p. 106.

¹⁴² COSTA, Paula Pinto – As comendas: enquadramento e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média...* p.10

¹⁴³ COSTA, Paula Pinto – *A leitura do espaço na perspetiva...* p. 13.

¹⁴⁴ COSTA, Paula Pinto – *A leitura do espaço na perspetiva...* p. 5.

¹⁴⁵ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 188.

¹⁴⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p. 190.

¹⁴⁷ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510...* p. 10-11.

¹⁴⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – As Ordens Militares - semelhanças e diferenças. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* pp. 140-141.

“todos os comendadores e vigairos da dita ordem daqui em diante morem e façam residyncia em casas onde suas comendas e vigairias tiverem pella mayor parte do anno o qual se nam fezerem per nos ou pellos visitadores sejam constringidos e amoestados primeira, segunda, e terceira vez, e se pella ventura com coraçam indurecido nom viverem nem o quiserem fazer pello mesmo feyto encorram em pena de vinte cruzados pera as obras do convento pella primeira vez e pella segunda os paguem em dobro. E pella terceira seja punido segundo nossa providencia. E damos cargo a dom prior de executar e arrecadar as ditas penas pera as obras do convento. E daqueste estatuto som exceptuados e tirados aquelles soamente que o mestre ou govvernador que pellos tempos for ou pella ordem forem chamados e aquelles que com eles andarem ou quisierem andar ou pera nom fazerem a ditta resydencia sua licença tiverem”¹⁴⁹.

Concluída a visitação as propriedades ficavam registadas num tombo, onde são mencionadas as delimitações das propriedades, os foreiros e as verbas a pagar. Os tombos revelam uma grande preocupação em relação à descrição dos bens, bem como do cadastro patrimonial.

Durante a administração de D. Manuel ocorreram duas visitas: a primeira na sequência do regimento, elaborado em 4 de Novembro de 1488, e cumprida por Frei Henrique de Almeida, comendador de Casével, alcaide-mor de Nisa e de Frei Nuno Gonçalves, capelão régio. A segunda visitação resultou do capítulo de 1503, e foi levada a cabo por Frei D. João Pereira e por Frei D. Diogo do Rego, entre 1504-1505 e nos anos de 1507-1510¹⁵⁰. Contudo, apenas serão analisadas as visitas ocorridas na sequência do capítulo de 1503, uma vez que o tombo da comenda de Mendo Marques, objeto central de análise, insere-se nesta fase de visitas.

3.2 Os mecanismos de controlo territorial

No capítulo geral de 1503 decidiu-se proceder a visitas nas comendas. As Ordens procuravam fazer visitas periódicas para controlar a gestão dos seus bens¹⁵¹. Os responsáveis por cumprir esta decisão foram os visitadores, que eram eleitos em capítulo geral podendo também ser nomeados pelo mestre. Segundo o regimento da visitação de 1503, recomenda-se que a visitação fosse elaborada por duas pessoas, a

¹⁴⁹ Ver as definições de 1503 – Capítulo XLVIII em VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna...p. 82-83.

¹⁵⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 158-159.

¹⁵¹ MATA, Joel Silva Ferreira – *Os livros de visitas quinhentistas das comendas da Ordem de Santiago*. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*...pp. 131-143.

saber, um cavaleiro e um vigário ou freire¹⁵², dada a incidência temática da própria inspeção. Para proceder à visitação os visitantes tinham que fazer um juramento em como iriam cumprir a sua tarefa com dedicação.

As visitas tinham como função identificar os bens patrimoniais e posteriormente procuravam controlar os comportamentos religiosos. As visitas demonstram a preocupação por parte da Ordem em avaliar o cumprimento da regra por parte dos comendadores, a atuação dos foreiros, o estado de conservação dos bens, bem como o controlo do prior, uma vez que este era o responsável pela vida religiosa¹⁵³. Através destes instrumentos, a Ordem desenvolvia um mecanismo de controlo e, também, de exercício de autoridade¹⁵⁴. Para nortear a realização das visitas elaborou-se previamente um regimento de visitação que a todas atingia¹⁵⁵.

Para analisar as visitas decididas no capítulo geral, em 1503, recordamos as 5 fases de visitas às comendas de acordo com os registos que estão na Torre do Tombo¹⁵⁶. A primeira fase iniciou-se em 1505 incidindo nas comendas de Alcains¹⁵⁷, de Idanha-a-Velha, de Penha Garcia, de Proença, de S. Miguel de Acha¹⁵⁸. A segunda fase iniciou-se em 13 de outubro de 1507 em Reigada, seguindo-se Longroiva, Meda, Muxagata, Mogadouro e anexas¹⁵⁹, Santa Ovaia, Pinheiro de Ázere, Ega, Soure, Granja do Ulmeiro, Alencarças¹⁶⁰, Redinha, Pombal, tendo terminado a 3 de abril de 1508 em

¹⁵² A eleição dos visitantes devia ser feita de 3 em 3 anos em capítulo e por maioria de votos. Caso não fosse possível nomear os visitantes em capítulo seria o mestre que apresentaria dois visitantes, um cavaleiro e um clérigo pertencentes à Ordem para cumprir essa tarefa. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa...pp. 58-59.

¹⁵³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa - A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 248-249.

¹⁵⁴ COSTA, Paula Pinto – As visitas: as Ordens Militares portuguesas entre poderes...p. 407.

¹⁵⁵ Em relação ao exemplo de regimento de visitação ver BARBOSA, Isabel Maria Gomes Fernandes de Carvalho Lago – A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (Normativa e prática). In *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna*...pp. 189-193.

¹⁵⁶ FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo – *Mesa da Consciência e Ordens*. Lisboa: ANTT, 1997, pp. 232-233. Para as visitas realizadas entre 1507-1510 seguimos a apresentação cronológica indicada em DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. XI-XII.

¹⁵⁷ Isabel Morgado apresenta na nota 869 o preâmbulo do tombo de propriedade da comenda de Alcains, onde refere que a visitação ocorreu em 29 de Dezembro de 1506 - SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p.191. Porém, no ANTT indica que a visitação ocorreu em 22 de setembro de 1505. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, m. 66, nº 2, fl. 113.

¹⁵⁸ Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, m. 66, nº 2, fl. 113-129.

¹⁵⁹ A visitação à comenda de Mogadouro ocorreu entre os dias 13 e 20 de Novembro de 1507. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...pp. 37-41.

¹⁶⁰ No inventário da Torre do Tombo, onde são apresentadas as comendas visitadas entre 1507-1510, surge a designação Alcaçaria, todavia carece de fundamento, uma vez que está a referir-se à Quinta de S. Tomé de Alencarças em Vila Nova de Anços. De realçar o despacho do IGESPAR de uma zona especial de proteção para as casas e capela da Quinta de São Tomé, onde se refere que foi património da Ordem de Cristo. [Consultado 27.02.2013].

Pussos¹⁶¹. Correspondeu esta fase de visitasões ao maior número de comendas inspecionadas, concretamente 14 comendas. A terceira fase ocorreu entre 6 de julho de 1508, na Igreja da Conceição, e 15 de julho na Granja de Alpriate¹⁶². A quarta fase iniciou-se na Quintã da Silvã a 6 de setembro de 1508, seguindo depois para Marmeleiro, Touro e terminou na Quinta da Freiria a 22 de novembro de 1508¹⁶³. A quinta fase começou em Mendo Marques a 9 de setembro de 1509, seguiu-se a comenda Castro Marim, Elvas, Santa Maria-a-Grande de Portalegre, Póvoa, Vigairaria de Tomar¹⁶⁴ e terminou em Casével a 16 de fevereiro de 1510¹⁶⁵.

As visitasões entre 1507-1510 ficaram a cargo, num primeiro momento, de Frei D. João Pereira, fidalgo da casa régia e do conselho régio e comendador de Casével¹⁶⁶, e do bacharel Frei D. Diogo do Rego do desembargo régio. A partir da 3ª fase de visitasões, apenas interveio o bacharel Frei D. Diogo do Rego com o escrivão Frei Francisco Freire, capelão do rei e notário apostólico da Ordem e escrivão público¹⁶⁷. De registar, ainda, a presença de Rodrigo Ribeiro, escrivão nas comendas de Longroiva, Meda, Muxagata, Mogadouro, Santa Ovaia, Soure¹⁶⁸ e em Redinha¹⁶⁹.

[<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/155896/>] Ver o despacho em <http://dre.pt/pdf2sdip/2013/01/014000000/0282002820.pdf>. E, ainda, em http://www.cm-soure.pt/docs/regulamentos/quinta_sao_tome.pdf.

¹⁶¹ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. XI.

¹⁶² DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. XI. Em relação à visitação à Granja de Alpriate no inventário da ANTT refere como 1508, bem como, a visitação à Igreja da Conceição. Contudo, o tombo de propriedade indica que a visitação ocorreu em 1505. Tombo de bens da Ordem que tem em Lisboa, Sintra, Ameixoeira, Alpriate e Alenquer publicado por SARAIVA, José Mendes da Cunha – *Uma visitação da Ordem de Cristo no ano de 1505*. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944.

¹⁶³ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. XI-XII.

¹⁶⁴ A Igreja de Santa Maria das Arenas, em Pias, termo de Tomar, foi visitada a 24 de abril de 1504. Os visitantes foram Frei D. Diogo do Rego visitador da Ordem e o escrivão Frei Francisco Freire. DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...pp. 110-111. Optamos por enquadrar a visitação à vigairaria de Tomar na quinta fase de visitasões, porque a visitação à cabeça da comenda, ou seja, a igreja de Santa Maria do Olival, ocorreu no dia 24 de janeiro de 1510. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 90.

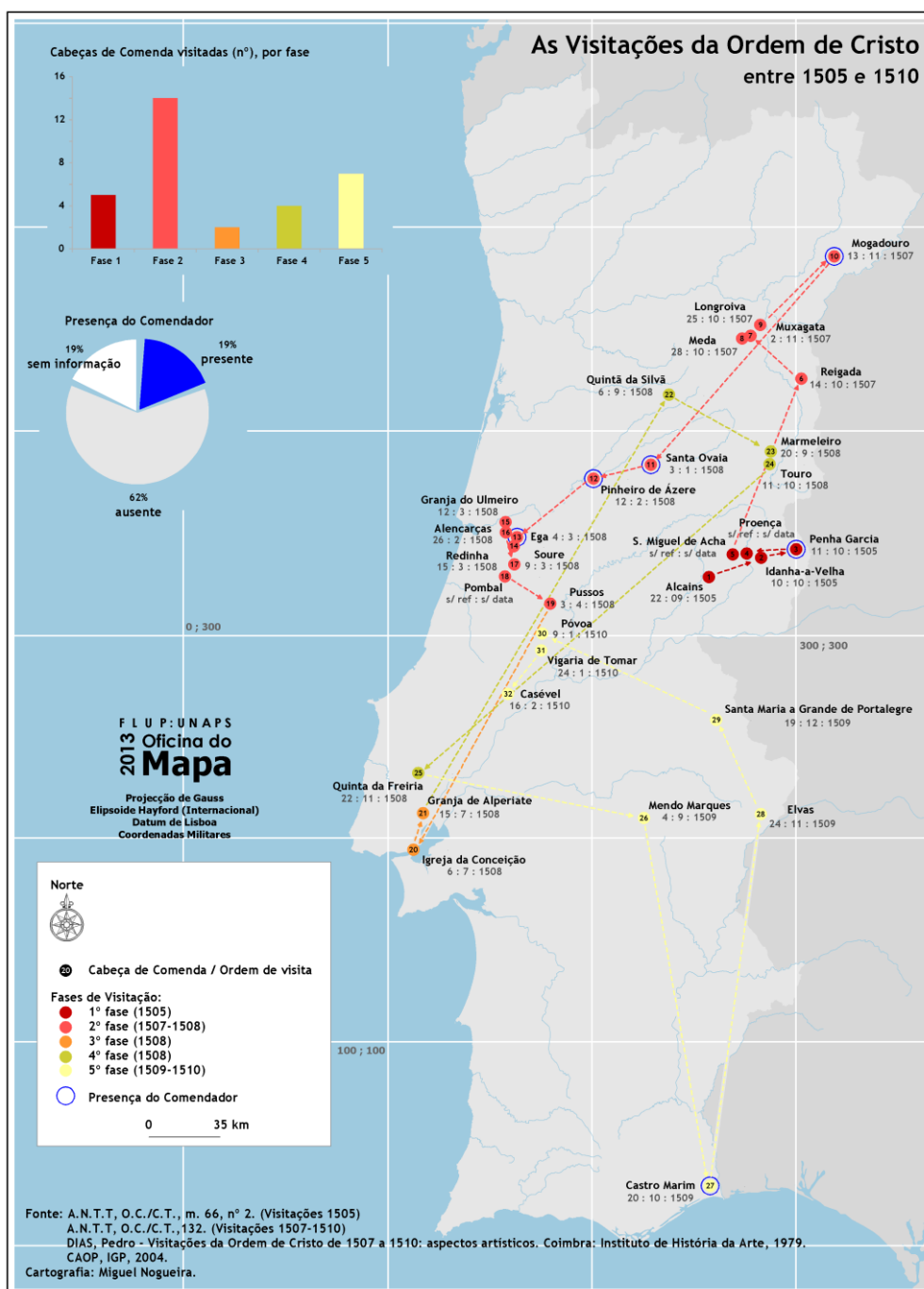
¹⁶⁵ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. XII.

¹⁶⁶ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p.3. Frei D. João Pereira esteve presente até ao fim da segunda fase de visitasões, que terminou na comenda de Pussos a 3 de abril de 1508. De assinalar a carta de quitação a Frei D. Diogo do Rego e do Frei D. João Pereira, de 18 de Maio de 1509, no valor de 197000 reais. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*...p. 158, nota 698.

¹⁶⁷ *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 61.

¹⁶⁸ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p.61.

¹⁶⁹ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p.133.



Mapa 1 – As visitas da Ordem de Cristo entre 1505-1510.

Das visitasões empreendidas entre os anos de 1505-1510 resultaram a construção de 46 tombos de propriedade¹⁷⁰. Porém, no mapa 1 apenas apresentamos trinta e duas comendas, uma vez que são as únicas de que existem as visitasões. Todavia, temos que alertar que existiram mais visitasões, comprovadas nos tombos, embora não haja informação sobre o momento em que ocorreram¹⁷¹.

Apesar das limitações no estudo das visitasões podemos assinalar a concentração das visitasões em três polos: na Beira Baixa, Alcains, Penha Garcia, Idanha-a-Velha, um segundo núcleo no Baixo Mondego, eixo de comendas entre as Ega a Pombal e, por fim, as comendas em torno da vigairaria de Tomar. De sublinhar, ainda, que na maioria das comendas inquiridas verifica-se a ausência dos comendadores. Das trinta e duas comendas analisadas, apenas nas comendas de Penha Garcia, Mogadouro, Santa Ovaia, Pinheiro de Ázere, Ega e Castro Marim¹⁷² se verificou a presença dos comendadores. Não dispomos de informação para outras 6 comendas¹⁷³. O elevado número de comendas, onde se verifica a ausência dos comendadores é um indicador que a posse de uma comenda tinha assumido uma dimensão honorífica. A este facto deve juntar-se o crescente número de ingressos por parte da nobreza, com o objetivo de facilitar o acesso a novas fontes de rendimento¹⁷⁴.

Em suma, através do estudo das visitasões da Ordem de Cristo entre 1504/1505-1510, fica patente o esforço da instituição em inquirir sobre o estado do seu património.

¹⁷⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 191-192.

¹⁷¹ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417)...pp. 51-52, nota 79. Refere vários tombos elaborados na sequência do capítulo de 1503, onde apresenta algumas comendas que não dispomos de informação das visitasões apesar de existirem os tombos, que indicam no seu preâmbulo a existência da visitação mencionado quando esta terminou. Livro 96 – 1504/1505 – Tombo dos bens e direitos nas comendas de Alvaiázere, Beselga, Dornes, Pias, Sabacheira, Sonegado. Livro 142 – 1505 – Tombo dos bens e direitos nas comendas de Bemposta, Castelejo, Castelo Novo e Alpedrinha, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra, Segura. Livro 280 – 1505 – Tombo dos bens e direitos nas comendas de Escalos de Cima, Lardoza, Lousã, Montalvão, Nisa, Vila Velha de Rodão. Livro 24 – 1505/1506 – Tombo dos bens e direitos nas comendas de Alpalhão, Alcains, Castelo Branco, Escalos de Cima, Escalos de Baixo. A mesma autora apresenta os tombos na nota 703 SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...p.159. Mas apresenta outra cota arquivística e não menciona os anos da realização dos tombos, por esse motivo optamos pelas primeiras.

¹⁷² O comendador estava gravemente doente e, por esse motivo, o castelo e a alcaidaria ficaram a cargo de Frei Simão Correia, fidalgo da casa régia. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 167.

¹⁷³ De assinalar que uma parte da visitação de Pombal desapareceu. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...pp. 141-143.

¹⁷⁴ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder*...p. 231.

4- A comenda de Mendo Marques

Para analisar a comenda de Mendo Marques desenvolvemos o nosso estudo em quatro partes: na primeira apresentamos a localização dos bens, na segunda os mecanismos de controlo do território utilizados pela Ordem, isto é, a visitação e o tombo de propriedade. Na terceira parte estudamos a propriedade da comenda nas suas duas vertentes: a urbana e a rural. E, por fim, na última parte apresentamos os rendimentos retirados pela Ordem da comenda.

4.1 Localização

Para iniciar o estudo da comenda de Mendo Marques¹⁷⁵ começamos por apresentar a localização dos bens. A propriedade da Ordem de Cristo situava-se quase na totalidade na cidade de Évora, havendo uma articulação entre a propriedade urbana e a rural. O tombo apresenta a propriedade distribuída por cinco pólos: cidade de Évora, Valcovo, Vale de Freires, Mendo Marques e, ainda, algumas hortas e ferragiais em torno de S. Brás. Os restantes bens encontram-se dispersos por vários locais. De salientar, que a Ordem detém algumas propriedades, como Vale de Freires, Valcovo e Mendo Marques, onde “*dentro das confrontações e demarcações tudo é isento da Ordem sem aí se meter cousa alheia*”¹⁷⁶. Perante a proximidade cronológica com o numeramento de 1527-32¹⁷⁷ seria importante averiguar, qual o relacionamento com os oficiais régios durante o levantamento de informação relacionada com a população¹⁷⁸.

Na localização dos bens da comenda de Mendo Marques deparamo-nos com dificuldades na localização dos bens rurais. A identificação da propriedade urbana não coloca problemas porque usam como referência as ruas. Os bens rurais levantam

¹⁷⁵ Incluímos no estudo da propriedade os bens da comenda de Mendo Marques as propriedades que estavam sobre administração de Frei Lopo Mendes de Oliveira comendador de Castro Marim e da Redinha. GONÇALVES, Iria (coord.) - *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 153-157.

¹⁷⁶ Ver as delimitações de Vale de Freires - *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.104-105, Valcovo - *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.110. Mendo Marques - *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 121-123.

¹⁷⁷ Ver a análise do Numeramento de 1527-32 em DIAS, João José Alves - *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. DAVEAU, Suzanne - A descrição territorial do Numeramento de 1527-32. In *Penélope*, n.º 25, Lisboa, 2001. [Consultado 19.03.2012]. [Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm>]. GALEGO, Júlia — *A Comarca d'antre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532*. Relatório n.º 1, Linha de Acção n.º 6, Lisboa: C.E.G./I.N.I.C, 1983.

¹⁷⁸ O levantamento das terras das Ordens Militares e do duque de Bragança foram elaborados posteriormente. Essa missão ficou a cargo de Nuno Álvares, “moço da camara”, nos domínios das Ordens Militares no Alentejo que ocorreu entre 27 de janeiro e 5 de abril de 1532. DAVEAU, Suzanne — A descrição territorial no numeramento de 1527-32...pp. 17-18.

questões ligadas a cartografia do espaço, uma vez que na descrição dos territórios onde a Ordem possuía um conjunto de bens significativo, em Valcovo, Vale de Freires, ou Mendo Marques¹⁷⁹ são apresentados elementos que não permitem a delimitação dos bens com exatidão caso de indicação dos proprietários vizinhos, árvores de fruto, caminhos, ou outros elementos que não permitem traçar a área exata. Por esse motivo os mapas apresentados representam a propriedade em torno das atuais sedes de freguesia. Esta opção apresenta algumas lacunas, porque nos bens rurais estendiam-se por mais de uma freguesia. Uma vez que não existem indicações precisas no tombo optamos, por esta apresentação dos dados, tentando obter uma imagem mais sistematizada.

Em relação à localização da propriedade é de assinalar que as parcelas dominiais que constituíam a propriedade de Vale de Freires não serão cartografadas, uma vez que não foi possível encontrar elementos que indicassem a sua localização com exatidão¹⁸⁰. Esta opção resulta do facto de não ser possível esclarecer a localização desses bens. As informações da fonte escrita a este propósito são muito vagas. Apenas se utiliza como referência o “*caminho de meynos*”, o “*val de Gadanho*” e o “*ribeiro do dito vale de freires*”. Por este motivo optamos por apresentar as tabelas juntamente com os mapas, pois incluem informação adicional.

4.2 A leitura do território

No contexto do nosso objetivo de estudo, a visitação e o tombo de propriedade assumem um lugar central enquanto mecanismos de controlo territorial. Como sabemos, não são únicos e integram-se numa questão mais ampla relacionada com a própria jurisdição que a Ordem de Cristo exercia nesse território. Apesar do esclarecimento desta questão ser importante a fonte não oferece informações claras¹⁸¹. A exceção recai na renda dos pretos¹⁸².

¹⁷⁹ A Ordem para além de deter um número significativo de bens urbanos dentro da cidade de Évora, detinha, ainda, 7 casais. Em Mendo Marques detinha 5 casais, que ficavam na freguesia de S. Justa. FONSECA, Jorge – *O Foral Manuelino do Vimieiro*. Setúbal: Camara Municipal de Arraiolos, 1999, p. 29. A Ordem detinha um casal na Pedra da Missa, na freguesia de Arraiolos, e outro casal junto do Ribeiro do Divor consideramos que ficaria na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.125-127.

¹⁸⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.104-105.

¹⁸¹ No tombo é indicada a existência da ermida de Santa Justa, mas refere que a Ordem e o comendador não tinham nenhuma obrigação. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.124-125.

¹⁸² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.101.

4.2.1 A visitação

Iniciamos a análise ao património da comenda de Mendo Marques através da visitação realizada a 4 de setembro de 1509, com o bacharel Frei D. Diogo do Rego, do desembargo régio e, ainda, com o escrivão Frei Francisco Freire¹⁸³. A visitação foi entregue por Frei Francisco Freire ao procurador e criado do comendador, Filipe Dias, a 21 de outubro de 1511¹⁸⁴. Um dos elementos a destacar na visitação à comenda de Mendo Marques consiste na ausência do comendador Frei D. Fernando de Meneses, do conselho régio¹⁸⁵, o que contraria as decisões do capítulo de 1503, onde tinha ficado estabelecido que o comendador deveria residir na comenda¹⁸⁶. Porém, esta característica com o maior desenvolvimento dos Descobrimentos viria a agravar-se, para além de comendadores estarem na corte, pois as comendas constituíam, apenas uma fonte de rendimentos sem que isso implicasse um empenhamento pessoal na gestão. Perante a ausência do comendador os responsáveis durante a visitação foram Filipe Dias, criado e procurador do comendador¹⁸⁷; o tombo refere, também, Rui Lopes¹⁸⁸, como feitor do comendador. É mencionada, ainda, a existência de um conservador da Ordem¹⁸⁹.

Na análise da visitação e do tombo da comenda de Mendo Marques é de salientar a preocupação por parte dos visitantes em verificar os prazos e os foros¹⁹⁰. O visitante demonstra cuidado em atualizações e na avaliação das rendas cobradas em relação aos bens emprazados. Como aconteceu com um olival, em Vale de Freires, que estava na posse de Luís Beja, por prazo do comendador, pelo que pagava 72 reais. Todavia, o foro foi atualizado para 90 reais, uma vez que ao “visitador pareceu bem tê-lo pelo dito foro que estava em prol da ordem e que de enfatiota era tornado em

¹⁸³ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 163. É D. Fernando-o-Roxo, comendador de Mendo Marques e de Penamacor e Senhor de Lourical. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 446-457.

¹⁸⁴ DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 165.

¹⁸⁵ DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 163.

¹⁸⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *As Ordens Militares – semelhanças e diferenças*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 141-142.

¹⁸⁷ DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*... p. 163.

¹⁸⁸ Encontram-se 3 referências ao feitor do comendador no tombo. Surge a referência, quando houve a necessidade de confirmar que os foreiros tinham prazo e que ele os tinha visto, apesar de não serem conhecidos, como aconteceu na adega, na rua dos Touros, emprazada a João Baina, cavaleiro da Ordem de São João, “por título de nomeação segundo deu fé que vira o prazo Ruy Lopes feitor do comendador pelo juramento dos evangelhos”. *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 93.

¹⁸⁹ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 165.

¹⁹⁰ O tombo refere sete casos onde indica a alteração do foro. De destacar a alteração do foro sem renovação do contrato da courela e da casa que estavam na posse de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha, que pagava em cada ano 72 reais, mas acrescentaram 8 reais, ou seja, passou a pagar 80 reais. *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106. Os restantes seis casos, onde se menciona a mudança do valor do foro insere-se na renovação do prazo pelo visitante.

peças”¹⁹¹. Também, em Vale de Freires, existia uma courela de terra, que estava na posse de Inês Rodrigues e de herdeiros, mas foi-lhe retirada por sentença e ficou livre para se poder aforar¹⁹². O tombo refere, ainda, em Vale dos Freires, uma peça de terra em herdade, que estava isenta, mas foi apresentada uma sentença, que comprovava que pertencia à Ordem e estava na posse de Inês Rodrigues, viúva de Afonso Doairos, a qual abdicou da posse da terra. Perante esta situação o visitador mandou elaborar um auto de posse, para que o comendador pudesse arrendar, ou para aforar a referida terra¹⁹³.

Nos restantes casos onde se verificaram problemas, os visitantes remeteram para o conservador da Ordem. Localizavam-se todos em Valcovo. O motivo que justificou a entrega ao conservador foi a ausência dos foreiros. Caso de João Dias Morato¹⁹⁴, que trazia uma meia courela de vinha e, ainda, os 4 casos que não tinham título de posse¹⁹⁵. E, ainda, o prazo de Nuno Pereira, que trazia uma meia courela de vinha, que estava em enfiteuse e foi, também, remetido para o conservador¹⁹⁶. Este facto prende-se com o surto de peste que surgiu na cidade, quando ocorreu a visitaçãõ provocando a saída do visitador e de alguns foreiros. Devido à peste só se recolheram 87 informações sobre propriedades foreiras¹⁹⁷. Assim, sendo de admitir que o tombo poderá não incluir todas as propriedades da Ordem, não foi possível encontrar nenhuma indicação que comprove este facto. Os visitantes remeteram para o conservador da Ordem os prazos para serem avaliados no período de um ano¹⁹⁸.

A avaliação do estado de conservação dos imóveis era uma das grandes preocupações dos visitantes¹⁹⁹. Esta preocupação é visível na descrição do aposento do comendador, que se encontrava em mau estado de conservação, por isso o visitador

¹⁹¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

¹⁹² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

¹⁹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

¹⁹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 119-120.

¹⁹⁵ Casos de Rodrigo Eanes Tarrique, de João Fernandes Barrocal, dos filhos de Pero Simão, lavrador, e de Amadis Gonçalves. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 116.

¹⁹⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 120.

¹⁹⁷ Ângela Beirante e João José Alves Dias não referem se os dados dizem respeito apenas ao espaço urbano, ou a todos os bens. BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI. In *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, p. 66.

¹⁹⁸ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 164. De realçar, ainda, que no tombo de propriedade foi acrescentado posteriormente uma adega emprazada a de Nuno Vaz, que estava “sonogada à ordem da qual não pode saber a verdade pela pestelença que se levantou na cidade ao fazer deste tombo ficou encarregado sobre a consciência do comendador que o demandasse”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 98.

¹⁹⁹ O tombo de propriedade apresenta 6 casos, onde refere que aos foreiros devem reparar os imóveis, caso do pardeiro que estava na posse de Diego Rodrigues Acenheiro, escudeiro, onde menciona que o foreiro é obrigado a reparar segundo constava no contrato. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.66-67.

mandou ao comendador que, no prazo de 2 meses a seguir à publicação da visitação, procedesse às obras de reparação e colocasse no portal de acesso ao aposento uma cruz da Ordem em pedra²⁰⁰. De realçar, também, 4 pardieiros na Rua dos Touros, onde se ordenou aos foreiros que fizessem as obras de reparação no tempo estipulado, pelo conservador da Ordem, se não perderiam os seus contratos e teriam, ainda, de fazer as reparações à sua custa²⁰¹. Os visitantes levaram ainda “ *huum alvara que do dicto senhor foy dado ao dicto visitador em conhecendo de huum feito contra Françisco de Bemdanha sobre huã herdade que se chama do Divor e terra das Cimalhas de Valcovo lhe foy mandado que elle possesse no dicto feito sua sentença e a nom desse execucom atee estar perante sua alteza com o dicto Françisco de Bendanha, so a dicta pena de obediência mandou ao dicto comendador que tanto que soubesse que elle visitador era na corte do dicto senhor mandasse laa quem rrequereo o dicto feito atee sua final determinaçom e bem asi o feito dos pretos que o dicto visitador consigo leva çarrado e selado pera se despachar perante o dicto senhor* ”²⁰².

Refere-se, ainda, o problema com o bispo de Évora sobre umas courelas, em Vale de Freires, que ficaram na posse de Filipe Dias, procurador do comendador, devido a uma sentença, porque o bispo reclamava a sua posse²⁰³. O visitador ordenou ao comendador que deveria escolher outro conservador, porque o atual era cónego da Sé de Évora, o que poderia condicionar a defesa dos interesses da Ordem.

Em relação à rua dos Touros ficou remetido para o conservador, ou ao juiz da Ordem que requisitassem aos oficiais da câmara a serventia da rua e, ainda, que fechassem as janelas que vão sobre o corredor das casas do aposento do comendador²⁰⁴.

Da visitação à comenda de Mendo Marques sobressai a preocupação por parte dos visitantes em avaliar o património e em salvaguardar os interesses da Ordem.

²⁰⁰ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 163.

²⁰¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 89-90.

²⁰² DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...p. 164. De salientar, que no tombo de propriedade não existe nenhuma referência a este problema, consideramos que a propriedade referida é uma peça de terra que está sem foreiro, em Cimalhas de Valcovo, e que parte com uma herdade de Francisco Mendanha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

²⁰³ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*... p. 165. De realçar que no tombo de propriedade são referidas duas courelas de vinha, “*as quaaes o comendador ouve per sentença dada pelo conservador da ordem*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

²⁰⁴ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*... p. 163. A rua dos Touros tinha ligação a praça através de um passadiço dos Estaus, porém a passagem estava embargada pela cidade. BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI*... p. 68.

4.2.2 O tombo de propriedade

Na introdução do tombo de propriedade da comenda de Mendo Marques está a indicação que foi feito a 15 de Setembro de 1509²⁰⁵ na sequência da visitação realizada pelo bacharel Frei D. Diogo do Rego com o escrivão Frei Francisco Freire. Menciona, ainda, que é uma decisão do capítulo geral celebrado no convento de Tomar, no dia 5 de Dezembro de 1503 que está na origem deste processo. Aliás quando um comendador era designado para administrar uma comenda devia elaborar um inventário sobre os bens da comenda e enviar uma cópia ao mestre, que poderia impor a recuperação de certos bens, caso existisse património degradado²⁰⁶. Apesar da regra da Ordem de Cristo de 1503²⁰⁷, não indicar o modo de registar os bens no tombo verificamos que segue o mesmo modelo que a Ordem de Santiago sobre o modo de tomar os bens²⁰⁸.

A visitação à comenda de Mendo Marques, como já referimos anteriormente, ficou condicionada pelo surto de peste que se levantou na cidade. Porém, o tombo apresenta uma descrição pormenorizada do património. Apesar da maior parte do património da comenda não ter sido visitado foram utilizados os registos da visitação realizada pelo Frei Pero de Sousa²⁰⁹. Estas referências encontram-se no fim do tombo de Castro Marim²¹⁰, em relação aos bens que foram de Frei João Fernandes da Oliveira, em Évora²¹¹, e que no momento da visitação estavam na posse do comendador Frei D. Lopo Mendes da Oliveira, comendador de Castro Marim e da Redinha²¹².

²⁰⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 61.

²⁰⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa...* p. 51.

²⁰⁷ Sobre a obrigatoriedade dos comendadores terem tombos ver as definições de 1503: cap. XLVIII. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna...* p. 84. Em relação ao modo de fazer os emprazamentos ver as definições de 1503: cap. XLIX. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna...* pp. 84-85.

²⁰⁸ Perante a proximidade cronológica destacamos o trabalho sobre as visitas da Ordem de Santiago em COSTA, João – *Palmela nos finais da idade média. Estudo do códice da visitação e tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*. Lisboa: FCSH-UNL, 2010, p. 13. [Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5694/1/joaocosta.pdf>].

²⁰⁹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 61. Em relação à visitação de Frei Pero de Sousa não há registo no ANTT.

²¹⁰ Trata-se de uma incorporação posterior ao tombo da comenda de Castro Marim, 25 de outubro de 1509, uma vez os fólios em branco, 88 a 89vº, ficaram em branco e surgem com a data de 2 de novembro de 1509. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 141. Refere que não foram visitados devido ao surto de peste e que, por esse motivo, recorreram à visitação de Frei Pedro de Sousa e ao tombo elaborado pelo escrivão João Afonso, tabelião de Tomar. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 157.

²¹¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 153-157.

²¹² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 157.

No tombo identifica-se o tipo de propriedade, as suas delimitações por referência aos quatro pontos cardiais, a dimensão²¹³, a tipologia dos contratos²¹⁴, a data de pagamento e a entidade que outorgou o contrato, que tanto pode ser a Ordem, o comendador ou mesmo o visitador. Como se pode verificar pelo exemplo citado, na rua dos Correeiros “*Logo açima tem a hordem huïa adega que parte ao poente com as sobreditas casas e ao levante que [sic] casa da hordem que traz joam rodriguez preto. ao sul com azinhaga e ao norte com a dita Rua. leva sete varas de longo e iiijº de largo e estam nela ix talhas e ix potes. E a traz emprazada <a mulher de> diego pirez escudeiro a que chamam margaida rodriguez per prazo feito per el rey nosso senhor em três pessoas e ella he a primeira pessoa e paga foro cada ano sessenta rreaaes*”²¹⁵.

Apesar de não existir referência à metodologia empregue na elaboração do registo do tombo, é possível tirar algumas indicações a este respeito. O tombo da comenda de Mendo Marques foi elaborado, para além do recurso à visitação, com a consulta de documentação: um tombo antigo²¹⁶, prazos²¹⁷, contratos de compra e venda²¹⁸, títulos de nomeação²¹⁹, instrumento público²²⁰, registo do prazo²²¹ e alvarás²²²

²¹³ Na comenda de Mendo Marques as dimensões do património urbano são apresentadas em varas e os bens rurais em braças de craveira. As propriedades urbanas que estavam sobre administração de Frei Lopo Mendes de Oliveira apresentam a dimensão em côvados.

²¹⁴ Na comenda de Mendo Marques todos os arrendamentos deveriam estar em vidas, o tombo menciona alguns casos de contratos em enfiteuse, que foram transformados em vidas. Este assunto será analisado no capítulo 4.4- A administração da comenda, pp.67-69.

²¹⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 77.

²¹⁶ Nos títulos das casas na Rua da Espartaria, onde a Ordem tem direito a um censo referem uma estalagem, que estava na posse de Beatriz Pires e “*pelo tombo antigo da Ordem paga 50 soldos*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 99. Provavelmente era o tombo elaborado por Frei Pero de Sousa.

²¹⁷ Caso do prazo de Diogo Rodrigues Acenheiro, escudeiro, onde refere que “*está obrigado a reparar segundo o seu contrato*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 66-67.

²¹⁸ Nos casos onde os foreiros detinham os imóveis por título de compra referem quem eram os antigos foreiros, como acontece com o quartel de vinha, que trazia Rui Gonçalves, oleiro, mas que anteriormente esteve na posse de Pero Anes Galego, que comprará ao Rui Dias Moreno, que havia comprado a Fernão Gil que a trazia por prazo do visitador Pero Sousa. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.121.

²¹⁹ De realçar, ainda, o caso do prazo da quintã que estava na posse de Francisco Vaz Pegas, onde este não mostrou o título de nomeação do seu pai, porém o seu irmão, Pero Vaz Pegas disse perante o notário que delegava todos os direitos de sucessão para o seu irmão. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106.

²²⁰ Caso do prazo de Margarida Anes, mulher de Rui Martins, que trazia por título de compra e com consentimento da ordem “*segundo constou per publico estromento*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 80.

²²¹ No prazo de João Baina, cavaleiro da Ordem de São João, onde se refere o registo do prazo, para além de se comprovar que o título de nomeação, “*segundo deu fé que vira o prazo Ruy Lopes feitor do comendador pelo juramento dos evangelhos*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 93.

²²² Relativamente às referências aos alvarás destaca-se o prazo de Álvaro Fragoso, cavaleiro, contador do Rei, que mostrou um alvará do monarca dirigido ao comendador, para que alterasse a duração do prazo

e, ainda, inquirição no local e entrevista das pessoas. Apesar de nem todas as propriedades terem sido visitadas existem indicações no tombo que os foreiros estavam obrigados a mostrar os contratos.

Ao procurarmos compreender a lógica que presidiu ao tombo é de realçar que os bens urbanos vêm descritos em primeiro lugar, e posteriormente os bens rurais, o que demonstra já uma hierarquia do espaço para a Ordem. O tombo de propriedade da comenda de Mendo Marques apresenta uma descrição pormenorizada do património, quando comparada com a de outras comendas a sul do Tejo. O cuidado ao retratar o património poderá ser um indicador da importância desta comenda para a Ordem.

Apresentados os mecanismos que a Ordem de Cristo dispunha para administrar o território, centremos o nosso estudo no património.

4.3 O património da comenda

Com o objetivo de conhecer o património que constituía a comenda de Mendo Marques optamos por um modelo de estudo que permitisse a sua análise de forma clara. A fonte documental que constitui a base desta dissertação oferece-nos abundantes informações sobre o património, o que constitui um ponto de partida aliciante.

Numa primeira fase procuramos classificar a propriedade de acordo com a sua natureza, isto é, urbana ou rural. Como demonstrou Ângela Beirante, a utilização destes conceitos para a época medieval levanta muitas dúvidas. De facto, optamos por apresentar a propriedade de acordo com a sua natureza. Contudo, alertamos para os problemas desta opção, uma vez que na cidade existem propriedades como os quintais e os chãos, que podem ser classificados como rurais em relação à sua natureza, mas que pela sua localização podem ser considerados como urbanos²²³. Situação idêntica ocorre com as habitações que se encontram fora da cidade, ou seja, pela sua natureza poderíamos considera-las urbanas, embora a localização seja rural²²⁴. Embora conscientes destes problemas, decidimos optar pela classificação pela natureza e não pela localização.

Perante as inúmeras referências da propriedade procuramos agregá-las em 6 grupos: casa, assentamento de casas, quintã, herdade, casal e exploração agrícola. O grupo das casas é constituído por todas as referências ao património edificado. Os

para pessoas, uma vez que estava em enfiteuse. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 105.

²²³ Aspeto que já tinha sido referido em BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Gulbenkian/JNICT, 1995, p. 227.

²²⁴ O património urbano representa 52% das propriedades da Ordem, enquanto o rural representa 48%.

assentamentos de casas distinguem-se das casas, porque são constituídos por vários elementos, ou seja, incluíam parte habitacional, abrigos para gado e quintais, entre outros²²⁵. As propriedades agrícolas enquadram as indicações dos bens rurais, quando referidas isoladamente.

Como já foi demonstrado, a definição de casal e quintã é complexa. Segundo Manuel Sílvio Conde, a distinção reside no tipo de construção²²⁶. Segundo Iria Gonçalves, as quintãs eram espaços murados, que integravam espaço de cultivo com habitações opulentas com meios de produção e abrigos para gado²²⁷.

Na contabilização do património das quintãs é de assinalar, que o tombo menciona que algumas propriedades que estavam junto foram adquiridas posteriormente. Como, em Vale de Freires a quintã de Álvaro Frágoso, cavaleiro, que era constituída por vinhas e que fora do cerco trazia uma meia courela de vinha, contabilizamos separada da quintã²²⁸. O tombo, no caso da quintã de Duarte Moniz²²⁹, menciona que o corpo da quintã era formado por 7 courelas, uma que estava em pousio, e próximo detinha mais 3 meias courelas. Deste modo, contabilizamos a quintã e as 3 meias courelas autonomamente. Apesar de se situarem próximas da quintã consideramos, que ao ser uma aquisição posterior seriam individualizadas da quintã. No caso da quintã de Rui Jorge²³⁰ o tombo menciona a quintã e 4 courelas como um grupo e outra courela de vinha adquirida posteriormente. Por esse motivo contabilizamos à parte. No caso de João Afonso, escudeiro²³¹, o tombo menciona que o corpo da quintã era constituído por 9 courelas. Contudo, menciona a origem de 3 courelas, e de 2 meias courelas, que foram adquiridas posteriormente. Por isso contabilizámos a quintã e as 4 courelas separadamente. No caso da quintã de João Fernandes, Cirieiro, o tombo menciona as propriedades que a constituem apesar de serem de tipologia diversa: 2

²²⁵ Optamos pela definição apresenta na nota de rodapé nº 10 em BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 71, onde refere que “Vitor Pavão dos Santos, em *A Casa do Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, Lisboa, 1964, p. 34, nota com acerto que o assentamento de casas era o nome dado do Sul a uma justaposição de vários elementos sem eixo coordenador nem plano pré-concebido”.

²²⁶ CONDE, Manuel Sílvio Alves - Os agros, as matas e as águas. In *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*. Vol. 1. Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 179-180.

²²⁷ Ver a definição de quinta em GONÇALVES, Iria – Os bens de exploração indirecta. In *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989, pp. 177-179. Ver, ainda, RIBEIRO, Orlando – Aglomeração e dispersão do povoamento rural. In *Opúsculos geográficos. O mundo rural*. vol. 4. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 304-305.

²²⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 105.

²²⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 110-111.

²³⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112.

²³¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112-113.

courelas inteiras, 2 meias courelas, 2 quartos, 2 chãos. Considerámos que seriam o corpo da quinta²³².

| Tipos de propriedade | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|----------------|-----------------------------|---------------|--------------|
| Rua/ Lugar | Assentamento de casas | Casa | Casal | Herdade | Propriedade agrícola | Quintã | Total |
| Bairro de S. Mamede | | 1 | | | | | 1 |
| Caminho para a Fonte Coberta | | | | | 1 | | 1 |
| Caminho para S. Bento | | | | | 1 | | 1 |
| Cerca Velha | | 1 | | | | | 1 |
| Cimalhas de Valcovo | | | | 1 | | | 1 |
| Correiros | | 18 | | | 1 | | 19 |
| Louredo | | | | | 17 | | 17 |
| Mendo Marques | | | 5 | | | | 5 |
| Pedra da Missa | | | 1 | | | | 1 |
| Perto de S. Brás | | 1 | | | 4 | | 5 |
| Poço de S. Mamede | | 1 | | | 1 | | 2 |
| Ponte da Ribeira do Degebe | | | | | | | |
| Praça para a Judiaria | | 1 | | | | | 1 |
| Próximo da Porta de Alconchel | | | | | 1 | | 1 |
| Próximo da Porta de Mendo Estevens | | 1 | | | 1 | | 2 |
| Próximo da Porta do Moinho de Vento | | | | | | | |
| Próximo do Ribeiro do Divor | | | 1 | | | | 1 |
| Quintos (Valcovo) | | | | | 31 | | 31 |
| Rua da Espartaria | | 21 | | | | | 21 |
| Rua da Lavança | | 1 | | | | | 1 |
| Rua da Selaria | 1 | 4 | | | 3 | | 8 |
| Rua do Malforo | | 35 | | | 3 | | 38 |
| Rua dos Mercadores | 1 | 1 | | | | | 2 |
| Rua dos Touros | | 37 | | | | | 37 |
| São Manços | | | | 1 | | | 1 |
| Silveira | | | | | 3 | | 3 |
| Terreiro de Soeiro Mendes | | | | | 1 | | 1 |
| Valcovo | | | | | 9 | 4 | 13 |
| Vale Bom | | | | | 2 | | 2 |
| Vale de Flores | | | | | 2 | | 2 |
| Vale de Freires | | 2 | | 1 | 19 | 2 | 24 |
| Total | 2 | 125 | 7 | 3 | 103 | 6 | 246 |

Quadro 1 – A propriedade da comenda de Mendo Marques.

²³² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 112.

Este modo de contagem da propriedade – quintã e courelas – dificulta a contagem dos cultivos, uma vez que as árvores são indicadas na sua totalidade. Ou seja, podemos indicar a presença dos cultivos, mas sem quantificar nem apresentar com exatidão a sua existência.

Os casais como já foi demonstrado eram um elemento estruturante do espaço rural²³³. Geralmente apresentam duas dimensões: o assentamento e o espaço de produção. Podiam ser valadas, ou cerradas, e tinham ainda parcelas de cultivo intenso. As construções existentes: moradia camponesa e outras estruturas. O alpendre, o celeiro, a adega e abrigos para gado²³⁴. Verifica-se o uso do termo de casal para a casa e a designação de herdade para o espaço de cultivo²³⁵. Como se verifica nos casais da Pedra da Missa e no casal junto do Ribeiro do Divor, o tombo menciona como casal a parte da construção e a herdade como espaço de cultivo, limitando-se a referir nos 2 casos que eram uma “*peça de terra toda junta*”.

Na nossa classificação das herdades optamos por seguir as indicações do tombo. Surgem 3 herdades: uma peça de terra em herdade, em Vale de Freires²³⁶, uma peça de terra, em Cimalhas de Valcovo, que estavam sem foreiro²³⁷. E, ainda, uma courela de herdade, em S. Manços, que estava na posse de Fernão Freire, barbeiro, morador na cidade²³⁸.

²³³ Os casais constituem uma unidade de análise do património rural ver o exemplo COELHO, Maria Helena Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural*. Vol. 1. Coimbra: FLUC, 1983, pp. 101-103. CONDE, Manuel Sílvio - Os agros, as matas e as águas. In *O Médio Tejo nos finais da Idade Média: a Terra e as Gentes*. Vol. 1. Cascais, 2000, pp.181-189. GONÇALVES Iria – O regime de propriedade. In *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*...pp. 168-170.

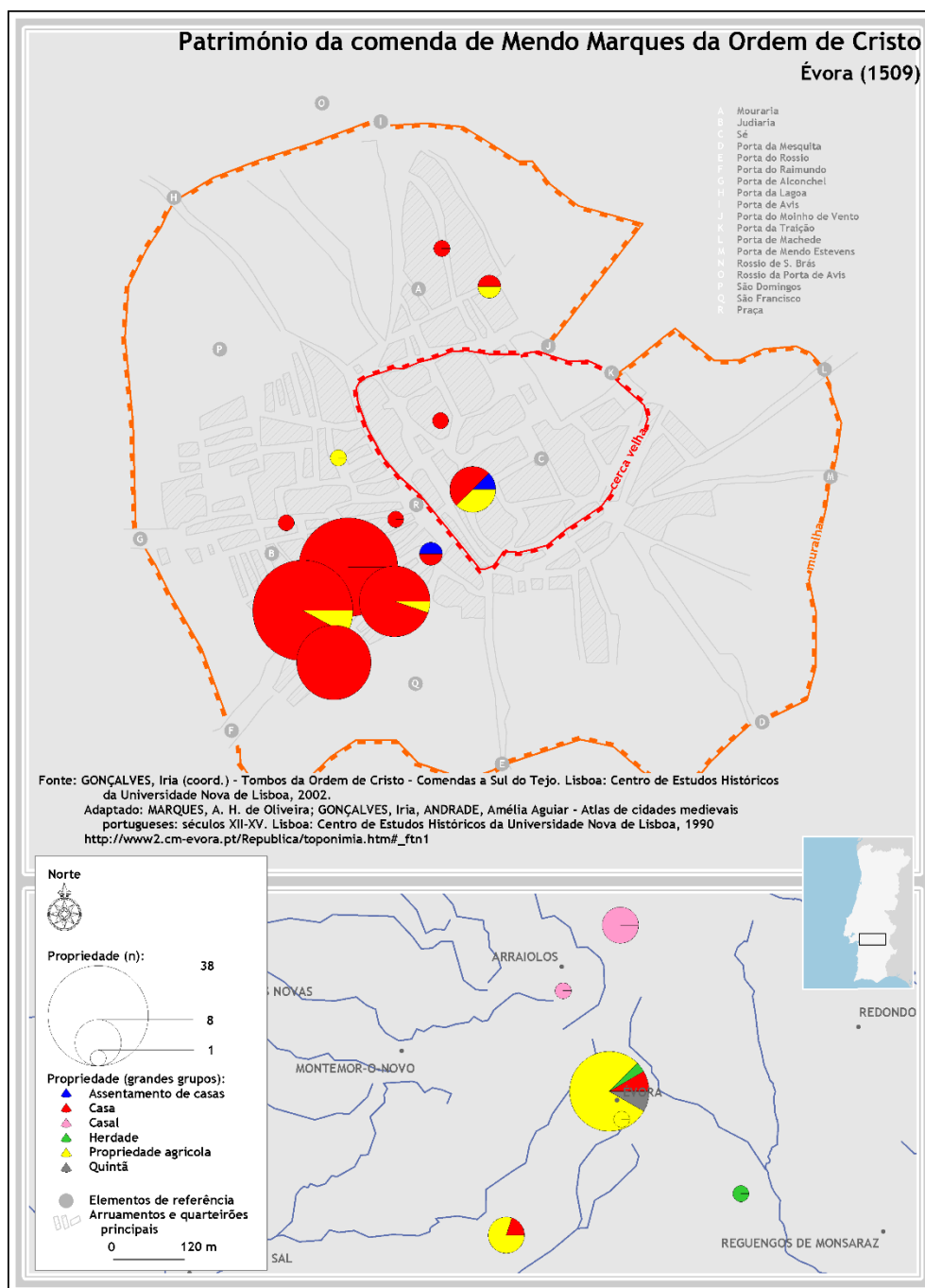
²³⁴ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Os agros, as matas e as águas. In *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*...pp. 181-182. Apresentamos com maior detalhe os casais no capítulo 4.3.2 – O espaço rural, pp.54-56.

²³⁵ Como já foi referido por CONDE, Manuel Sílvio Alves – Os agros, as matas e as águas. In *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*...pp. 184-185.

²³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

²³⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

²³⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 127-128.



Mapa 2 - Património da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo.

4.3.1 O espaço urbano e as funções do edificado

Para conhecermos o património urbano da Ordem de Cristo na comenda de Mendo Marques, desenvolvemos o nosso estudo em duas partes: a primeira, de apresentação dos núcleos de propriedade e a segunda de análise das suas funções²³⁹.

O património urbano da Ordem de Cristo, em Évora, já foi alvo de estudo²⁴⁰, contudo a análise da propriedade centrou-se, sobretudo na caracterização da sua dimensão e estrutura construtiva e arquitetónica. Por esse motivo assume a maior relevância analisá-la como uma manifestação da própria atividade sócio-económica ligada à comenda em estudo. Assim, torna-se prioritário estudar as funcionalidades do património, enquanto espaço residencial e enquanto espaço de acolhimento de meios de produção e de abrigos para gado. São estes indicadores que nos permitem perceber a produção em torno da comenda e os produtos a que o respetivo comendador iria buscar o rendimento esperado. Com este objetivo estabelecemos uma grelha de análise para os bens urbanos assente em 4 categorias: assentamento, habitação, meios de produção e abrigos para gado²⁴¹. Como já foi constatado²⁴², dentro do património urbano destacam-se as habitações (66,1%) e os meios de transformação (28,4%), que englobam as adegas, as casas de lagar e as atafonas. Contudo, estes bens podem desempenhar, ainda, a função de armazenamento.

Como demonstrou Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias o património urbano da Ordem dentro da cidade de Évora pode ser agrupado em 3 núcleos. O primeiro núcleo resultava da doação de Afonso Henriques em 1169²⁴³ à Ordem do

²³⁹ Ao analisarmos o património segundo a sua natureza incluímos neste ponto o património edificado situado fora das muralhas, como na Horta Seca, perto de S. Brás, uma casa térrea. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 101. Em Vale de Freires a casa na posse de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha, que trazia uma casa térrea. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 106. Ainda, em Vale de Freires, Estevão Fernandes meia courela de vinha e uma casa térrea *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 108. E, por fim, uma casa próxima da Porta de Mendo Esteves, que estava associada a uma horta. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 156. Por este motivo, os valores apresentados diferem dos indicados por Maria Ângela Beirante, e João José Alves Dias.

²⁴⁰ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI. In *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp. 61-79. Contudo, a análise incidiu com maior pormenor num núcleo habitacional. Ver planta II, onde foi reconstituído o núcleo B apresentado na página 78.

²⁴¹ Sobre as funções da casa na Idade Média ver CONDE, Manuel Sílvia Alves – A habitação corrente nos finais da Idade Média. Morfologias, materialidades, funcionalidades. In *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 227-231.

²⁴² Ver quadro I- Tipos de propriedade e sua localização em BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 63.

²⁴³ A Ordem do Templo foi a primeira Ordem a instalar-se em Évora. Veja-se BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média...*p.81. Ver o quadro apresentado em FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de

Templo. Era constituído por 7 propriedades, que se localizavam entre a rua da Selaria e a rua de S. Pedro.

O segundo núcleo englobava a rua dos Touros, a rua da Espartaria, a rua do Malforo e a rua dos Correeiros²⁴⁴. Como referem os autores citados, a presença da Ordem de Cristo entre as ruas da Espartaria e do Malforo devia ter sido mais expressiva, uma vez que foi neste espaço que D. Duarte mandou construir estaus e açougues para a coroa, o que levou D. Manuel em 1498 a doar algumas rendas da cidade à Ordem como forma de o compensar pelas perdas²⁴⁵. Na descrição das delimitações da adega, na rua do Malforo, que estava na posse de Isabel Estação, priora de Santa Mónica, refere-se a cadeia e menciona-se “*casas que foram já da Ordem em que ora esta a cadeia*”²⁴⁶. Neste aglomerado de bens existem algumas propriedades que pagavam um censo à Ordem e eram, ainda, foreiras de outras entidades²⁴⁷.

O terceiro núcleo era constituído por um conjunto de bens que foram adquiridos por Frei João Fernandes de Oliveira²⁴⁸, clareiro da Ordem e comendador de Castro Marim, que ficaram para a Ordem por seu falecimento²⁴⁹. Podemos incluir, ainda, neste grupo a casa na rua do Poço de S. Mamede²⁵⁰. Um das características deste grupo reside no facto dos bens se encontrarem dispersos por vários pontos da cidade. As propriedades urbanas encontravam-se dispersas pelas ruas da Espartaria, dos Touros, da Lavança, na praça para a Judiaria, na Cerca Velha e no Bairro de S. Mamede. Neste núcleo de património destaca-se o assentamento de casas na rua dos Mercadores, que surge como uma das construções mais importantes que a Ordem detinha na cidade²⁵¹.

Sousa – *A Ordem do Templo em Portugal: (das origens à extinção)*. Porto: Edição do Autor, 2009, p.75. [Consultado 22.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20317>].

²⁴⁴ O património deste núcleo resultava, também, de uma doação do rei à Ordem do Templo BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 62. Ver a reconstituição deste núcleo em BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 78.

²⁴⁵ Segundo Maria Ângela Beirante a expressão “Malforo” poderá vir do facto das casas que aí se localizavam serem alvo de vários foros, isto é, da Ordem, que era detentora do território, e do outro detentor do imóvel. BEIRANTE, Maria Ângela – *A estrutura física da Évora medieval*. In *Évora na Idade Média...* p. 83.

²⁴⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 66.

²⁴⁷ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 62. Este aspeto será analisado no ponto 4.4, quando analisarmos os rendimentos. Ver as propriedades que pagavam censos em *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 99-100.

²⁴⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 153-157.

²⁴⁹ No momento da visitação os bens estavam na posse Frei D. Lopo Mendes de Oliveira comendador de Castro Marim e da Redinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 157.

²⁵⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 100.

²⁵¹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 62.

| Tipos de património urbano Rua/ Lugar | Abrigos para gado | Assentamento | Habitação | Meios de produção | Total |
|--|--------------------------|---------------------|------------------|--------------------------|--------------|
| Bairro de S. Mamede | | | 1 | | 1 |
| Cerca Velha | | | 1 | | 1 |
| Perto de S. Brás | | | 1 | | 1 |
| Poço de S. Mamede | | | 1 | | 1 |
| Praça para a Judiaria | | | 1 | | 1 |
| Próximo da Porta de Mendo Esteves | | | 1 | | 1 |
| Rua da Correeiros | | | 8 | 10 | 18 |
| Rua da Espartaria | | | 16 | 5 | 21 |
| Rua da Lavança | | | 1 | | 1 |
| Rua da Selaria | 1 | 1 | 3 | | 5 |
| Rua do Malforo | 3 | | 25 | 7 | 35 |
| Rua dos Mercadores | | 1 | 1 | | 2 |
| Rua dos Touros | 1 | | 22 | 14 | 37 |
| Vale de Freires | | | 2 | | 2 |
| Total | 5 | 2 | 84 | 36 | 127 |

Quadro 2 – A propriedade urbana na comenda de Mendo Marques.

As habitações podiam incluir outros complementos como adegas, fornos, estrebarias, palheiros e quintais. As habitações eram na sua maioria casas térreas²⁵², o que revela a manutenção do modelo de construção romano e muçulmano²⁵³. As casas sobradadas localizavam-se na sua maioria na rua do Malforo e na rua dos Touros, contudo a sua representatividade é fraca, quando comparada com as casas térreas. Através das descrições das divisões é possível verificar a especialização das casas da Ordem, como é comprovado pelas referências às câmaras, à sala, ou às cozinhas. Em relação à caracterização das habitações é de assinalar a presença de mobiliário, onde se evidenciam as cantareiras²⁵⁴, que se localizavam, geralmente, debaixo das escadas²⁵⁵. Ao lado da cantareira podia existir uma copeira, como acontece em duas casas na rua dos Touros²⁵⁶.

²⁵² Em relação à área das habitações da Ordem de Cristo, em Évora, estas eram espaçosas como foi demonstrado por BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... pp. 64-65.

²⁵³ Ver BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... pp. 71-72, nota 14.

²⁵⁴ Algumas habitações têm duas cantareiras, como a casa de Diogo Fernandes, na rua dos Correeiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 79.

²⁵⁵ Na rua do Malforo a casa de Payo Rodrigues Machado refere que a cantareira estava debaixo das escadas. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 70.

²⁵⁶ Ver a casa na posse de Bartolomeu Fernandes, criado do duque de Bragança. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 85. E a casa de Constança Gomes, viúva. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 86.

Dentro do conjunto das habitações da Ordem, destacam-se duas estalagens. A estalagem da rua dos Touros, que estava na posse de Álvaro Dias, cavaleiro²⁵⁷, contador dos feitos da cidade e outra na rua da Espartaria que pagava um censo à Ordem, na posse de Beatriz Pires²⁵⁸. A estalagem da rua dos Touros apresenta um sobrado e balcão, que estavam em mau estado o que não engrandece a imagem do edifício²⁵⁹. A estalagem da Espartaria era, também, foreira da Sé de Évora. Este edifício passou por várias transformações, em meados do séc. XIV, foi uma adega e posteriormente convertida numa estalagem²⁶⁰. Um dos elementos a destacar da análise da propriedade da Ordem de Cristo, em Évora, reside no elevado número de poços associados às habitações²⁶¹. Inclusivamente, algumas propriedades detinham mais do que um poço, como na rua do Malforo, o caso da de Beatriz Gonçalves, viúva²⁶², e na rua da Espartaria, a de Filipa Bota, mulher de João Rodrigues Preto, cavaleiro²⁶³.

A Ordem de Cristo detinha dois assentamentos de casas: um na rua da Selaria para a rua S. Pedro²⁶⁴ e outro na rua dos Mercadores²⁶⁵. Não incluímos este tipo de património dentro das habitações, uma vez que detém características arquitetónicas e sociais que permitem individualizar²⁶⁶. O assentamento da rua da Selaria²⁶⁷ era o aposento do comendador, embora o comendador Frei D. Fernando de Meneses, estivesse ausente da comenda²⁶⁸. O assentamento de casas era composto por 14 divisões térreas²⁶⁹. Como já referimos os visitantes tinham alertado para o mau estado de conservação do edifício, uma vez que impuseram medidas de recuperação²⁷⁰. O

²⁵⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 91.

²⁵⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 99.

²⁵⁹ A estalagem no piso térreo tinha uma estrebaria e uma adega e no piso superior tinha duas câmaras separadas por “*repartimento pelo meio e cada uma delas tem um portal*”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 91.

²⁶⁰ A estalagem foi adquirida por 10 000 reais pelo mercador Álvaro Lopes encontrando-se no momento da visitação na posse da sua mulher Beatriz Pires. BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 70.

²⁶¹ Ver a planta XIV (A água na cidade) em BEIRANTE, Maria Ângela – A economia. In *Évora na Idade Média...* p. 398.

²⁶² Um poço estava no quintal e o outro junto de uma casa dianteira. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 69.

²⁶³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 97.

²⁶⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 62-63.

²⁶⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 153-154.

²⁶⁶ Ver a nota 225, p.41.

²⁶⁷ Ver a imagem nº 7 da rua Diogo Cão, onde é apresentado o antigo aposento do comendador em BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 74.

²⁶⁸ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510...* p. 163.

²⁶⁹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... pp. 61-62.

²⁷⁰ DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510...* p. 163.

assentamento da rua dos Mercadores destacava-se do restante património. Ângela Beirante e João Alves Dias consideram que seria a residência dos comendadores, o que, à falta de mais elementos, é credível²⁷¹. Era composto por 18 divisões, 8 térreas e 10 sobradadas, onde não se inclui a masmorra de armazém²⁷². Encontravam-se em bom estado de conservação, havendo apenas uma escada que ligava ao eirado com alguns degraus partidos.

Nos meios de produção incluímos as adegas, as casas de lagar²⁷³ e as atafonas. Todavia, estes imóveis poderiam ter outras funções, como as adegas que desempenhavam funções de armazenagem e de meios de transformação²⁷⁴. Nos meios de produção destacam-se as adegas. De sublinhar, que 6 adegas dispunham de lagar e tulha²⁷⁵, onde se colocava a azeitona, o que comprova que as adegas constituíam um espaço de produção do vinho e, também de azeite, o que explica o reduzido número de casas de lagar²⁷⁶. A presença de fornalhas poderia servir para destilar álcool ou para extrair azeite²⁷⁷. Na rua do Malforo a casa de Diogo Fernandes²⁷⁸ tinha uma fornalha e a adega na rua dos Touros na posse de Filipa Bota tinha uma fornalha e um lagar com sua tulha²⁷⁹.

| Meios de Produção | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------|----------------------|--------------|
| Rua | Adega | Atafona | Casa de lagar | Total |
| Rua dos Correeiros | 10 | | | 10 |
| Rua da Espartaria | 4 ²⁸⁰ | 1 | | 5 |
| Rua do Malforo | 5 | 1 | 1 | 7 |
| Rua dos Touros | 13 | | 1 | 14 |
| Total | 32 | 2 | 2 | 36 |

Quadro 3 – Os meios de produção na comenda de Mendo Marques.

²⁷¹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p.62.

²⁷² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 153-154.

²⁷³ Como demonstrou Ângela Beirante a expressão casas de lagar deveria remeter para lagares de azeite. BEIRANTE, Maria Ângela – A economia. In *Évora na Idade Média*... p. 409.

²⁷⁴ Ver a planta XV - Lugares armazenagem transformação e distribuição em BEIRANTE, Maria Ângela *Évora na Idade Média*...p. 428.

²⁷⁵ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...p. 70.

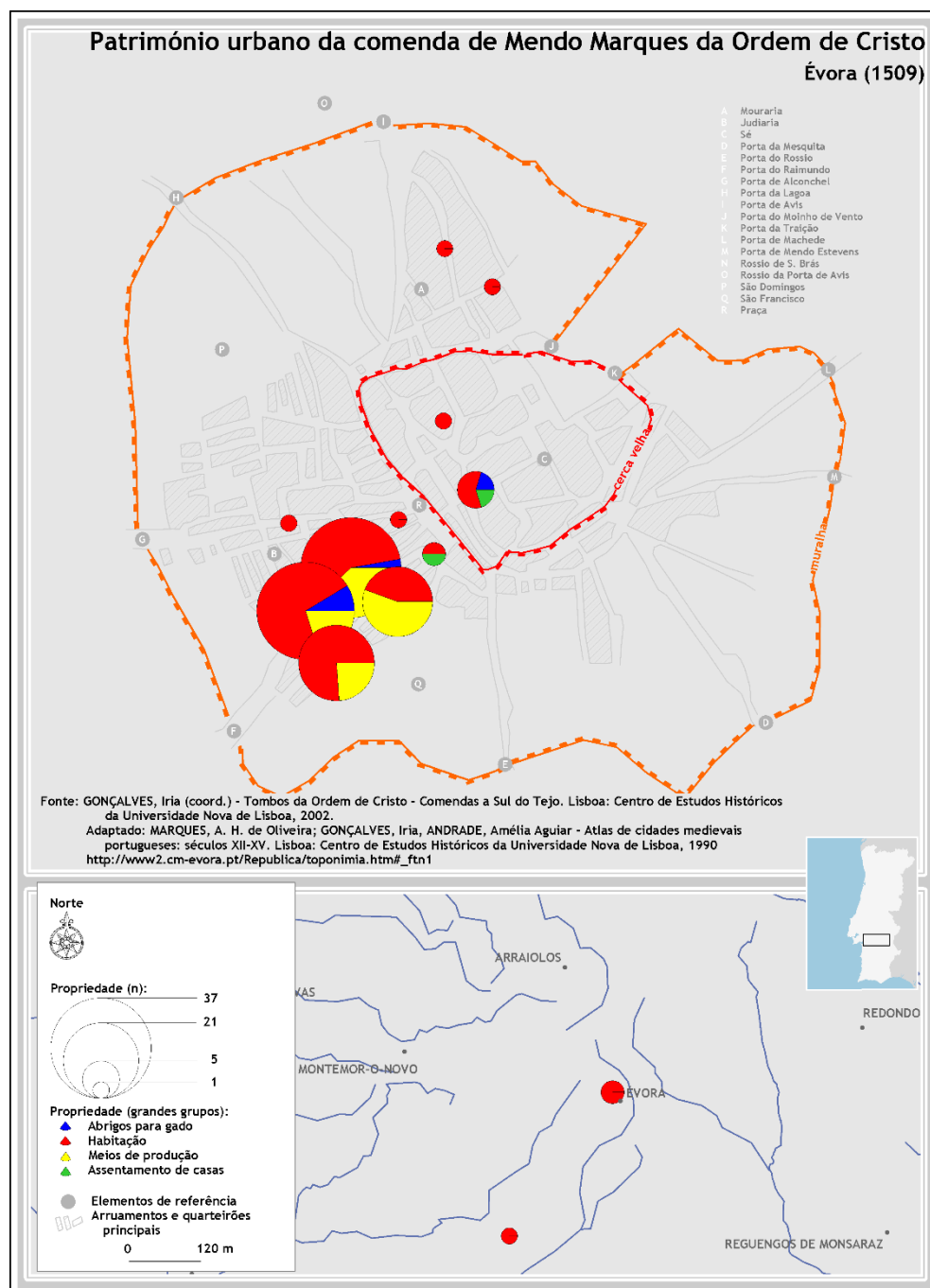
²⁷⁶ Uma casa de lagar ficava na rua do Malforo e estava na posse de Beatriz Gonçalves. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 70. E outra na rua dos Touros constituída por um lagar com tulhas, na posse de Brás Rodrigues, preto *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 92.

²⁷⁷ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI*... p. 70.

²⁷⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 79.

²⁷⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 95.

²⁸⁰ Não incluímos nos meios de produção a casa de Afonso Ledo, rua da Espartaria, que foi adega. Ângela Beirante e João José Alves Dias contabilizam como adega a casa que na rua da Espartaria, na posse Afonso Ledo. Contudo, o tombo levanta dúvidas na análise, uma vez que menciona que tinha sido uma adega. Por este motivo inserimo-la no grupo das habitações. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 98.



Mapa 3 – Património urbano da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo

A Ordem detinha, ainda, duas casas com atafonas. Estes meios de produção utilizavam os animais como força motriz para a moagem de farinha²⁸¹. Uma atafona localizava-se na rua Espartaria era constituída por uma divisão com um arco grande no meio de tijolo com duas atafonas e estava na posse do cavaleiro Pero Vaz Pegas²⁸². E a outra atafona ficava na rua do Malforo e era constituída por 3 divisões: a casa de atafona que tinha um arco e uma chaminé, um palheiro e uma estrebaria, que ligava à azinhaga. Estava emprazada a Pedro Alvares, juntamente com outra casa que estava paredes meias com a atafona²⁸³.

Em relação aos abrigos para gado destacam-se 5 estrebarias: uma rua da Selaria uma estrebaria com palheiro, que estava na posse de João Lopes escudeiro do bispo de Évora²⁸⁴, 3 na rua do Malforo, onde se destaca a estrebaria que estava na posse Beatriz Gonçalves, viúva de João de França. É apresentada com um compartimento para palheiro e tinha serventia para a rua²⁸⁵. E uma estrebaria na rua dos Touros, na posse de Beatriz Pires, viúva²⁸⁶. O tombo apenas refere as suas dimensões. As estrebarias eram térreas constituídas apenas por única divisão. De registar, ainda, a presença de manjedouras em todas as estrebarias. Como já referimos, anteriormente, algumas estrebarias estavam inseridas nas habitações.

Em relação ao estado do património, o tombo fornece algumas informações: novo, reparado/corrigido, ou em mau estado. Contudo, em relação à maioria dos bens não é indicado o estado de conservação que apresentava. São mencionados 2 casos em que as propriedades foram feitas obras de beneficiação como na casa na rua do Poço de S. Mamede de Diego Nunes, escudeiro²⁸⁷. São mencionados 4 casos em que o imóvel está em bom estado como o assentamento da rua dos Mercadores²⁸⁸. Pela negativa destacam-se 15 propriedades em mau estado. A rua dos Touros surge com 9 casas em mau estado, caso de 4 pardieiros, tendo sido imposto aos foreiros que deveriam reparar estas casas segundo a decisão do conservador da Ordem. Caso não cumprissem,

²⁸¹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI., p.70.

²⁸² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 96.

²⁸³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 71.

²⁸⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 63.

²⁸⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 69.

²⁸⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 89.

²⁸⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 100. Ver, também, a adega, na rua dos Correeiros, na posse de Brás de Linhares “adega foy ora de novo corrigida”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 82.

²⁸⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 153-154.

perderiam o prazo e teriam de reparar as propriedades à sua custa²⁸⁹. Quanto à casa de Afonso Pires, lavrador, o visitador ordenou que no prazo de um ano reparasse (e habitasse), pois estava em pardieiro “*more per si ou per outrem sob pena de perder o prazo e de correger a sua custa*”²⁹⁰. Todos estes exemplos demonstram a preocupação e vontade de recuperar património já bastante deteriorado.

Em suma, da análise do património urbano destaca-se a ligação entre a vida urbana e rural visível pela presença das adegas com recipientes para armazenar o vinho, o azeite, ou o cereal caso talhas, tulhas e potes.

4.3.2 O espaço rural

O estudo sobre o património rural da comenda de Mendo Marques incidirá na apresentação tanto da propriedade como da produção.

4.3.2.1 A propriedade rural

Em relação à caracterização das propriedades, o tombo usado como base documental desta dissertação menciona em alguns casos as dimensões expressas em sementeira, como no caso dos ferragiais. Assim, o ferragial que ficava no caminho para a Fonte Coberta levava em sementeira passante um moio de pão²⁹¹ e, ainda, os 2 ferragiais, na porta do moinho do vento, onde um ferragial podia levar entre 10 a 12 alqueires de pão enquanto o outro ferragial entre 14 a 15 alqueires de pão²⁹². Nas propriedades que apresentam a dimensão em sementeira são de assinalar: a peça de terra em herdade, em Cimalhas de Valcovo²⁹³, que estava sem foreiros e a courela de herdade, em S. Manços²⁹⁴, como as propriedades com maior dimensão. Nos restantes ferragiais as dimensões são indicadas em braças de craveira (vd. quadro 7, p. 60).

Na descrição dos quintais, o tombo apresenta um grande detalhe. Na rua do poço de S. Mamede, refere uma boa parreira ferral²⁹⁵ e, ainda, no assentamento, na rua da Selaria, indica um pé grosso de parreira junto do alpendre²⁹⁶. Em algumas propriedades,

²⁸⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 89-90.

²⁹⁰ O tombo menciona que Catarina Lopes como a primeira pessoa. Contudo, na descrição do prazo refere que Afonso Pires era a primeira pessoa. É provável que Afonso Pires tenha perdido o prazo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 85.

²⁹¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156.

²⁹² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156.

²⁹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

²⁹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 127-128

²⁹⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 100.

²⁹⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 62.

as dimensões são apresentadas através do número de homens de cavadura, o que impede o conhecimento das medidas exatas da propriedade.

| Propriedade | Localização | Dimensão em sementeira | Área(ha) ²⁹⁷ |
|--------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Ferragial | Próximo da Porta do Moinho de Vento | 10 a 12 alqueires | 0,7 - 0,84 |
| Ferragial | Próximo da Porta do Moinho de Vento | 14 a 15 alqueires | 0,98 – 1,05 |
| Peça de terra em herdade | Vale de Freires | 15 alqueires de pão | 1,05 |
| Ferragial | Caminho que vai para a Fonte coberta | Sementeira passante 1 moio de pão | 4,2 |
| Courela de herdade | São Manços | 3 moios de pão | 12,6 |
| Peça de terra | Cimalhas de Valcovo | 3 moios e quarteiro de pão | 13,65 |

Quadro 4 – As propriedades com dimensão em sementeira.

Em vinte e uma vinhas, a dimensão é apresentada, também, em homens de cavadura. Como acontece nas 3 courelas de vinha, na Silveira, no caminho para a Tourega, que levavam, em conjunto 30 homens²⁹⁸, ou na vinha, em Vale Bom, que trazia Pedro Eanes, carreteiro, que levava 8 ou 9 homens de cavadura²⁹⁹. Em relação às propriedades que apresentam as dimensões em homens de cavadura é nítido o predomínio da pequena propriedade, o que corresponde às características das vinhas medievais³⁰⁰.

| Propriedades | Localização | Dimensões medievais (homens) | Área (ha) ³⁰¹ |
|-----------------------|-------------------|------------------------------|--------------------------|
| Quartel de vinha | Valcovo | 4 homens | 0,12 |
| Quartel de vinha | Quintos (Valcovo) | 4 homens | 0,12 |
| Meia courela | Quintos (Valcovo) | 5 homens | 0,15 |
| Vinha | Vale de Freires | 5 homens | 0,15 |
| Meia courela de vinha | Vale de Freires | 6 homens | 0,18 |
| Meia courela de vinha | Valcovo | 6 homens | 0,18 |
| Vinha | Vale Bom | 7-8 homens | 0,21-0,24 |
| Vinha | Vale Bom | 8-9 homens | 0,24-0,27 |
| Meia courela de vinha | Vale de Freires | 8 homens | 0,24 |
| Quartel de vinha | Valcovo | 8 homens | 0,24 |
| Quartel de vinha | Valcovo | 8 homens | 0,24 |
| Courela de Vinha | Valcovo | 8 homens | 0,24 |

²⁹⁷ Para conhecermos a área da propriedade optamos pelo modelo sugerido por Bernardo de Vasconcelos e Sousa que fez equivaler um moio a 60 alqueires, o quarteiro a um quarto do moio, ou seja, 15 alqueires. E o alqueire corresponderia a 14 litros, com um peso médio de 0,7, equivaleria a 10Kg. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média...* p.98, nota 188. Ver, ainda, MARQUES, A. H. de Oliveira – Pesos e Medidas. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp.67-72.

²⁹⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 156.

²⁹⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 156-157.

³⁰⁰ SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média...* p.79. Aliás o termo quartel e quartes comprova esta realidade. Em Valcovo, Rui Lopes, morador na cidade, trazia dois quartes de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 113.

³⁰¹ Para conhecer o seu valor no sistema métrico seguimos o modelo adoptado por Bernardo de Vasconcelos e Sousa que o fez equivaler a 300m², segundo a proposta de Armando de Castro. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média...* p.97, nota 171.

| Propriedades | Localização | Dimensões medievais (homens) | Área (ha) |
|-------------------------------------|----------------------------|------------------------------|-----------|
| Courela de vinha | Quintos (Valcovo) | 8 homens | 0,24 |
| Courela de vinha | Valcovo | 12 homens | 0,36 |
| Vinha | Ponte da Ribeira do Degebe | 12 homens | 0,36 |
| Courela de vinha | Quintos (Valcovo) | 12 homens | 0,36 |
| Courela de vinha e Quartel de vinha | Quintos (Valcovo) | As duas levam 15 homens | 0,45 |
| 3 Courelas de vinha | Silveira | As 3 levam 30 homens | 0,9 |

Quadro 5 – As dimensão das vinhas.

Em relação aos casais, as dimensões são apresentadas através do número de arados³⁰². Por exemplo, o casal da Pedra da Missa, na posse de Afonso Pires, que necessitava “*de um arado porém grande*”³⁰³. Em Mendo Marques, apenas o casal de Diogo Martins Manga Lasa trazia 3 arados; nos restantes casais apenas traziam 2 arados³⁰⁴. De salientar, ainda, que o pagamento do foro dos casais, em Mendo Marques, era calculado através do número de arados³⁰⁵.

Para analisar a propriedade rural agrupamos as referências de património em 4 categoriais: quintã, casal, herdade e propriedade agrícola. Ao analisarmos a distribuição geográfica dos bens rurais, destacam-se três núcleos geográficos: Vale de Freires³⁰⁶, Valcovo³⁰⁷ e Mendo Marques³⁰⁸.

Como já foi demonstrado a distinção entre casal e quintã é complexa³⁰⁹. Os casais da Ordem localizavam-se, na sua maioria, dentro da propriedade de Mendo Marques³¹⁰. Em 1254, a Ordem do Templo estabeleceu um acordo com o bispado de Évora sobre a definição dos direitos episcopais das igrejas da Ordem existentes na herdade de Mendo Marques, onde se reconhecia o direito da Ordem em deter a herdade e se estabelecia o pagamento por parte dos foreiros do dízimo à Sé e a terça dos dízimos

³⁰² As dimensões das herdades podiam ser dadas em arados grandes, ou pequenos e singéis. BEIRANTE, Maria Ângela – Produção. In *Évora na Idade Média...* p. 360. Sobre os arados no Alentejo ver BEIRANTE, Maria Ângela - Produção. In *Évora na Idade Média...* pp. 358-360.

³⁰³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 126.

³⁰⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 123.

³⁰⁵ “Cada um dos ditos lavradores de cada um arado que traz paga a Ordem e comendador...” *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 124.

³⁰⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 104-109.

³⁰⁷ Este núcleo de propriedade é composto por bens localizados em Valcovo, em Louredo, pelas vinhas, que se chamam de Quintos, e a peça de terra que se encontrava em Cimalhas de Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 110-121.

³⁰⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 121-125.

³⁰⁹ Ver o capítulo 4.3. O património da comenda, pp.40-44.

³¹⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 121-125. A posse da herdade vinha já da Ordem do Templo e tinha como centro o castelo de Mendo Marques. De assinalar, que a comenda assumiu o nome desta herdade, o que demonstra a importância deste território. BEIRANTE, Maria Ângela – Antecedentes históricos. In *Évora na Idade Média...* p. 19.

e mortuárias, caso viesse a ser construída uma igreja neste espaço³¹¹. No pagamento da renda e pensão dos casais, em Mendo Marques, é mencionado o pagamento à Igreja de Vimieiro do dízimo do pão dos quartos³¹². A Ordem tinha, ainda, mais um casal, na Pedra de Missa, no termo de Arraiolos³¹³ e um casal, junto do Ribeiro do Divor, no termo de Évora, que estava sem foreiro³¹⁴.

Os casais eram constituídos por duas partes, ou seja, o assentamento e o espaço de produção³¹⁵. A designação de casal era aplicada à componente habitacional e ao espaço de cultivo. Todavia, como já foi demonstrado, o conceito foi restringindo-se à casa, enquanto o espaço de cultivo se denominava de herdade³¹⁶. No caso dos casais de Mendo Marques, o tombo identifica o casal como a habitação, não indicando o espaço de cultivo. Todas as casas inseridas nos casais são térreas e eram constituídas pela parte habitacional, o celeiro e a estrebaria. No casal na posse de Martinho Anes Azeitão o assentamento de casas era constituído por alpendre coberto de cortiça, uma casa dianteira, um celeiro, uma casa e uma estrebaria³¹⁷. De referir o casal dos irmãos Rodrigo Eanes e Brás Eanes, de alcunha “*alcatrazes*”, com dois celeiros³¹⁸. No casal da Pedra da Missa na posse de Afonso Pires a habitação é de uma armação era composta por uma casa dianteira, um celeiro e uma cozinha³¹⁹. O casal, junto do Ribeiro do Divor, era composto por uma habitação de uma água constituída por uma casa dianteira com tulha de pão, um celeiro, uma cozinha com forno dentro da mesma armação³²⁰. É de assinalar, que este casal estava sem foreiro, o que nos leva a questionar sobre as potencialidades agrícolas deste espaço³²¹. No espaço de produção os casais de Mendo Marques limitam-se a indicar o espaço edificado e o número de arados. Apesar do tombo não indicar nenhum cultivo admitimos que seria praticado o cultivo de cereal e a

³¹¹ VILAR, Hermínia – O controlo de um espaço retalhado. In *As dimensões de um Poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 277.

³¹² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 124.

³¹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 125-126.

³¹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 126-127.

³¹⁵ Ver os exemplos apresentados em CONDE, Manuel Sílvia Alves - Os agros, as matas e as águas. In *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*...pp. 181-182.

³¹⁶ Iria Gonçalves demonstrou a importância da casa, no caso dos casais de Alcobaça, sobre o espaço de cultivo, uma vez que o espaço edificado constituía o elemento agregador e identificador do casal, ou seja, para a manutenção do termo casal era necessário manter a casa. GONÇALVES, Iria – Os bens de exploração indirecta. In *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989, pp. 169-171. Ver, ainda, COELHO, Maria Helena Cruz – O baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural. Vol. 1. Coimbra: FLUC, 1983, pp. 101-103.

³¹⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 123.

³¹⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 124.

³¹⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 125-126.

³²⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 126.

³²¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 126-127

criação de gado³²², como se verifica pelo pagamento da renda e pensão³²³. Uma das dificuldades na caracterização dos casais reside na breve descrição dos bens³²⁴. Na descrição dos limites da propriedade de Mendo Marques, o tombo menciona apenas que era uma peça de terra junta e cerrada em volta³²⁵.

A Ordem de Cristo detinha, ainda, seis quintãs: duas em Vale de Freires³²⁶ e as restantes quatro em Valcovo. As quintãs eram constituídas por um assentamento de casas e junto as parcelas de cultivo. De salientar, que as quintãs de Vale de Freires eram valadas e cerradas, evidenciando-se a propriedade na posse de Álvaro Fragoso, cavaleiro, contador³²⁷, com um cerco. Do ponto de vista arquitetónico, as casas tinham uma parte de habitação, com chaminé, cantareira, alpendre, algumas com adegas, celeiros e casas de lagar. Porém, algumas apresentam casas muito simples, caso de Francisco Vaz Pegas que era constituída apenas por duas casas térreas³²⁸. Em relação à quintã de Rui Jorge, escrivão da casa da suplicação, e cavaleiro da casa régia, é referido que estavam em construção umas casas novas³²⁹. A quintã de Álvaro Fragoso, cavaleiro e contador, tinha uma torre que servia de pombal, com dois sobrados e que o tombo descreve como tendo “*paredes antigas e fortes de pedra e cal*”³³⁰. Afastada tinha, ainda, uma casa nova que servia de colmeia. Em Valcovo, distingue-se a quintã de Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia, e da sua mulher, Margarida Rodrigues de Carvalho, como uma das propriedades mais importantes na posse da Ordem de Cristo³³¹. O assentamento era constituído por uma casa dianteira térrea, com um arco pelo meio, uma casa térrea com uma tulha, uma casa de lagar, com dois arcos de tijolo, um lagar bem aparelhado, com tulha e, também, um oratório com imagens pintadas, com uma abóboda, e um alpendre. E, ainda, uma estrebaria, um palheiro e uma adega coberta de

³²² O cultivo de cereais encontrava-se associado a criação de gado nas herdades. BEIRANTE, Maria Ângela – Produção. In *Évora na Idade Média...* p. 349.

³²³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.124 e p.126.

³²⁴ Na descrição da herdade do casal da Pedra da Missa e do casal junto do Ribeiro do Divor descrevem os limites, contudo as informações apresentadas não permitem uma localização exata. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 125 e 127.

³²⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 121-123.

³²⁶ A quintã na posse de Álvaro Fragoso, cavaleiro, contador da casa régia. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.105. E a quintã na posse de Francisco Vaz Pegas. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 105-106.

³²⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 105.

³²⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 105-106.

³²⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 112

³³⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 105.

³³¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 110-111.

abóboda, com duas câmaras, uma telhada, e sobre elas um pombal³³². Era constituída por 6 courelas de vinha e, ainda, uma courela em pousio, com um poço, onde se cultivavam figueiras, ameixieiras, romãzeiras e oliveiras tendo em vista a produção de azeite.

As quintãs englobam, ainda, várias parcelas de cultivo que estão fora do seu espaço. Como é visível no caso de Álvaro Fragoso³³³, que tinha fora do cerco uma meia courela de vinha, que levava 6 homens de cavadura. O mesmo acontecia na quintã em Valcovo, de Duarte Moniz, com 3 meias courelas fora, onde uma meia courela estava em pousio³³⁴. No caso de João Afonso, escudeiro, são referidas 4 courelas³³⁵, e de Rui Jorge, escrivão da casa da suplicação, que trazia junto uma courela de vinha³³⁶. A parte principal das quintãs era constituída por vinhas, onde é mencionado a existência de outras árvores de fruto como oliveiras, figueiras, macieiras, ameixieiras, e zambujeiros e pereiras.

A Ordem detinha, também, 3 herdades: uma peça de terra em herdade, em Vale de Freires, que levava 15 alqueires de pão em sementeira, que estava na posse de Inês Rodrigues, viúva de Afonso Doairos, que ficou vaga, por não trazer título de propriedade³³⁷; uma peça de terra, em Cimalhas de Valcovo, que levava 3 moios e um quarto de pão, em sementeira, e estava sem foreiro³³⁸; e, ainda, uma courela de herdade, em S. Manços, que levava 3 moios de pão em sementeira, era lavrada de 4 em 4 anos, e estava na posse de Fernão Freire, barbeiro, morador na cidade³³⁹.

Contabilizamos 103 propriedades agrícolas, onde se destaca o cultivo da vinha, presente em 67% das propriedades. Destaca-se, ainda, a presença dos quintais e de duas hortas. A horta seca, perto de S. Brás, na posse de António Fernandes, era valada, tinha uma casa térrea, um poço com uma nora, 2 tanques, 79 árvores de fruto como romãzeiras, figueiras entre outras e, ainda, um ferragial, junto da horta³⁴⁰. Na descrição da horta, junto da porta de Mendo Esteves, limita-se a indicar umas casas térreas, um

³³² O tombo menciona que as divisões foram feitas novamente pelo mestre António, cavaleiro da casa régia e seu bombardeiro-mor. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 111.

³³³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 105.

³³⁴ Na quintã havia, também, uma courela em pousio. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 111.

³³⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 113.

³³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112.

³³⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

³³⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

³³⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 127-128.

³⁴⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 101-102.

poço de nora e que era valada³⁴¹. De mencionar, ainda, um pedaço de chão, em pousio, em Vale de Freires, na posse de Sebastião Pescoço, junto de uma courela de vinha³⁴².

| Localização | Casal | Herdade | Propriedade agrícola | Quintã | Total |
|-------------------------------------|--------------|----------------|-----------------------------|---------------|--------------------------|
| Rua dos Correeiros | | | 1 | | 1 |
| Rua da Selaria | | | 3 | | 3 |
| Caminho para a Fonte Coberta | | | 1 | | 1 |
| Louredo | | | 17 | | 17 |
| Rua do Malforo | | | 3 | | 3 |
| Mendo Marques | 5 | | | | 5 |
| Vale de Flores | | | 2 | | 2 |
| Pedra da Missa | 1 | | | | 1 |
| Poço de S. Mamede | | | 1 | | 1 |
| Ponte da Ribeira do Degebe | | | 1 | | 1 |
| Perto de S. Brás | | | 4 | | 4 |
| Valcovo | | | 9 | 4 | 13 |
| São Manços | | 1 | | | 1 |
| Terreiro de Soeiro Mendes | | | 1 | | 1 |
| Vale Bom | | | 2 | | 2 |
| Vale de Freires | | 1 | 19 | 2 | 22 |
| Próximo da Porta de Alconchel | | | 1 | | 1 |
| Caminho para S. Bento | | | 1 | | 1 |
| Próximo da Porta de Mendo Esteves | | | 1 | | 1 |
| Próximo da Porta do Moinho de Vento | | | 2 | | 2 |
| Silveira | | | 3 | | 3 |
| Próximo do Ribeiro do Divor | 1 | | | | 1 |
| Cimalhas de Valcovo | | 1 | | | 1 |
| Quintos (Valcovo) | | | 31 | | 31 |
| Total | 7 | 3 | 103 | 6 | 119³⁴³ |

Quadro 6 – A propriedade rural na comenda de Mendo Marques.

O tombo arrola 10 ferragiais, que se localizavam em torno da cidade³⁴⁴. Os ferragiais, segundo Orlando Ribeiro, constituíam “*uma miniatura da seara*”³⁴⁵, junto das cidades, para prover as suas necessidades, onde se destacavam o cultivo de cereal e de leguminosas. Os ferragiais desenvolveram-se em torno da cidade, devido aos numerosos cursos de água, que permitiam irrigar estas parcelas de propriedade, onde se cultivava cevada, centeio, destinadas à alimentação dos animais mas, também, outras

³⁴¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 156.

³⁴² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 107.

³⁴³ Na apresentação dos grupos de propriedade não surgem os quintais existentes nos assentamentos, uma vez que estão inseridos nesse grupo de propriedades, contudo serão apresentados neste capítulo.

³⁴⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 101-103. Retomámos o estudo dos ferragiais no estudo dos cultivos, devido a produção cerealífera.

³⁴⁵ RIBEIRO, Orlando – O campo e a árvore em Portugal. In *Opúsculos geográficos. O Mundo Rural*. Vol. 4. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkien, 1991, p. 75. Ver, ainda, SOUSA, Bernardo Vasconcelos – O Património das Albergarias. In *A Propriedade das Albergarias de Évora...*p. 65.

produções necessárias ao consumo da cidade³⁴⁶. No final da Idade Média, a zona periurbana de Évora notabilizou-se, devido ao aumento das necessidades de abastecimento fruto do crescimento da população, o que transformou este local num espaço de cultivo intensivo e muito disputado³⁴⁷.

Ao estudarmos o património de acordo com a sua natureza enquadrámos neste capítulo os quintais e o chão que a Ordem detinha dentro da muralha. Podemos, assim, referir que a Ordem detinha 11 quintais dentro da muralha³⁴⁸. Na rua da Selaria encontram-se 3 quintais, destaca-se o quintal, que estava na posse de Rodrigo Afonso, que tinha uma figueira³⁴⁹. Na rua do Malforo existem mais 3 quintais interiores, onde se evidência o quintal na casa de João Lopes escudeiro e criado do bispo de Évora³⁵⁰. Este quintal ocupa um espaço que anteriormente era para casas. Em consonância com este dado, o tombo refere árvores de fruto novas, sendo um indicador da sua recente alteração. O tombo menciona, ainda, quintais na rua dos Correeiros³⁵¹, na rua do Poço de S. Mamede³⁵² e no Terreiro de Soeiro Mendes³⁵³. O assentamento na rua dos Mercadores tinha 2 quintais, um com uma casa nova para galinhas³⁵⁴ e o outro, que estava sem cultivo, foi recuperado pelo Frei Lopo Mendes de Oliveira para plantar árvores³⁵⁵. De salientar, também, um chão, na rua Selaria, na posse de Joana Lucena, viúva do Doutor Fernão da Mesquita, que estava dentro das suas casas³⁵⁶.

³⁴⁶ SERRA, Joaquim Bastos – O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média. Uma aproximação ao seu estudo. In *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*, 2ª Série. Vol. 2, 2005/2006, pp. 128-130.

³⁴⁷ SERRA, Joaquim Bastos – O espaço periurbano de Évora...pp. 136-143.

³⁴⁸ Contabilizamos todas as indicações dos quintais. Difere da contagem de Maria Ângela Beirante e de João José Alves Dias, que consideraram apenas as propriedades isoladas. BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI*... p. 63.

³⁴⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 64.

³⁵⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 75.

³⁵¹ Na casa de Diogo Fernandes detinha um quintal com uma figueira. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 79.

³⁵² O quintal que estava na posse de Martim Gomes tinha uma boa parreira ferral. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 100.

³⁵³ O quintal estava na posse Álvaro de Castro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 155.

³⁵⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 153.

³⁵⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 154.

³⁵⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 65.

| Propriedade | Localização | Dimensões Medievais | Dimensões actuais ³⁵⁷ | Área (ha) |
|-------------|---|--|--|-----------|
| Horta | Perto de S. Brás | Leva 68 braças de craveira de longo e de largo leva 40 braças por e por outro lado 33 braças de craveira. | c- 123 l- 72,8 l'- 60,6 | 1,64 |
| Ferragial | Perto de S. Brás | Leva 74 braças de craveira de longo e de largo leva 51,5 braças de craveira. | c- 134,68 l- 93,73 | 1,26 |
| Ferragial | Perto de S. Brás | Leva 88 braças de craveira de longo e de largo leva 58 por baixo e por cima 30 braças de craveira. | c- 160,16 l- 105,56 l'- 54,6 | 1,28 |
| Ferragial | Perto de S. Brás | Leva 77 braças de craveira de longo e 10,5 braças pela testada sul e pelo meio 39 e pela testada norte 54,5. | c- 140,14 l- 19,11 l'- 70,98 l''- 99,19 | 1,33 |
| Ferragial | Entre os ferragiais da Porta de Alconchel | Pela testada sul leva 16 braças de craveira e o mesmo pela testada norte e leva de longo 49 braças. | c- 89,18 l- 29,12 l'- 29,12 | 0,26 |
| Ferragial | Vale de Flores | Pela testada sul leva 85 braças de craveira ao levante leva 108,5 braças e ao norte pela linda 101 braças. | c- 197,47 l- 154,7 l'- 183,82 | 3,1 |
| Ferragial | Vale de Flores | Leva a norte 49 braças de craveira; a poente pelo atalho leva 18 e vira um pouco para sul e leva pela linda (<i>entre o ferragial de Duarte Moniz até à estrada</i>) 133 braças. | c- 32,76 l- 89,18 l'- 242,06 | 1,1 |
| Ferragial | Caminho para S. Bento | Leva 35 braças de craveira de longo e de largo leva 33 braças de craveira. | c- 63,7 l- 60,06 | 0,38 |

c – comprimento l, l' – largura

Quadro 7 – As dimensões das propriedades em braças de craveira³⁵⁸.

4.3.2.2 Os principais cultivos

O estudo dos cultivos fica condicionado pelo facto de o tombo, em algumas situações, apresentar os cultivos existentes no conjunto das propriedades, o que impede conhecer com rigor a sua especificidade. Como acontece nas quintãs que detinham propriedades anexas, caso de João Afonso, escudeiro, em Valcovo, que era constituída por 9 courelas de vinha – o tombo refere que 4 courelas foram adquiridas

³⁵⁷ Para proceder à equivalência das braças com o sistema métrico utilizamos as equivalências apresentado por Bernardo de Vasconcelos e Sousa que o fez equivaler uma braça a 1, 82m. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média...* p.97, nota 171. Ver, ainda, MARQUES, A. H. de Oliveira – Pesos e Medidas. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp.67-72.

³⁵⁸ Sobre a expressão “de craveira” veja-se VIANA, MÁRIO – Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas. In *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 3, Universidade dos Açores, 1999, pp. 487-493. [Consultado 04.12.2014]. [Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/294/1/Mario_Viana_p487-493.pdf].

posteriormente, ou seja, apesar de estarem junto da quintã, a Ordem reconhece como propriedades autónomas³⁵⁹ –, onde existiam 154 oliveiras, 25 figueiras, 40 ameixieiras, 2 amoreiras, 15 macieiras e 22 pereiras³⁶⁰. Na horta seca, perto de S. Brás, onde se refere 79 árvores de fruto, entre romãzeiras e outras árvores de pomar³⁶¹, ou, também, courela de vinha, em Vale de Freires, na posse de Fernão Gil, o tombo indica que existiam “*algumas poucas ameixieiras*”³⁶². Perante as dificuldades apresentadas, o nosso estudo em relação aos cultivos limita-se à sua indicação, não nos sendo possível tecer outro tipo de considerações mais específicas relacionadas com os aspetos técnicos da sua produção ou aferir a rentabilidade que proporcionavam.

Os principais cultivos presentes na comenda de Mendo Marques eram a vinha, o cereal, a figueira, a oliveira, a ameixieira, a pereira e a macieira³⁶³.

As figueiras encontram-se presentes em 78 propriedades, com principal enfoque em Valcovo, nas propriedades de Rui Jorge, cavaleiro da casa régia e escrivão da casa da suplicação³⁶⁴, com 60 figueiras, e de João Afonso, escudeiro com 25 figueiras³⁶⁵. E, ainda, em Quintos, a courela e meia de vinha, que trazia Filipe Dias, criado do comendador com 22 figueiras³⁶⁶. Apesar de estar presente em muitas propriedades, o tombo revela quantidades pouco expressivas. Para além de estarem, geralmente, associada a vinha³⁶⁷.

Por este motivo concluímos que a vinha constituía o cultivo mais importante³⁶⁸. Encontra-se em 75 propriedades³⁶⁹, evidenciando-se Quintos, Louredo, as demarcações

³⁵⁹ Ver o capítulo 4.3 – O património, pp. 40-44.

³⁶⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 113.

³⁶¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 101.

³⁶² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

³⁶³ Eram as árvores de cultivo mais abundantes no aro da cidade como já foi demonstrado sobre a tabela de coimas de almotaçaria do séc. XV apresentada por BEIRANTE, Maria Ângela – Património. In *Évora na Idade Média*... p. 353.

³⁶⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112.

³⁶⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 113.

³⁶⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 117-118.

³⁶⁷ A partir do séc. XV verifica-se uma forte associação entre a vinha e a figueira. BEIRANTE, Maria Ângela – A economia. In *Évora na Idade Média*... p. 352. SOUSA, Bernardo Vasconcelos – Tipo e área dos prédios. In *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 77.

³⁶⁸ A presença da vinha, em Évora, era significativa como foi demonstrado por SOUSA, Bernardo Vasconcelos – O Património das Albergarias. In *A Propriedade das Albergarias de Évora* ... pp. 77-80. BEIRANTE, Maria Ângela – Património. In *Évora na Idade Média*... pp. 349-352. Sobre a importância da vinha na complementaridade campo-cidade ver SOUSA, Bernardo Vasconcelos – As Albergarias na economia urbana. In *A Propriedade das Albergarias de Évora*...pp. 126-129.

³⁶⁹ O tombo menciona um grupo de propriedades como vinhas que se chamam dos Quintos, por esse motivo classificamos as parcelas que não referiam o cultivo como vinhas. Caso da courela, na posse de Rui Jorge trazia uma courela. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117. Aplicamos

de Valcovo e em Vale de Freires. Verifica-se a especialização no cultivo da vinha, em Valcovo, uma vez que detém condições propícias, como a exposição ao sol, bem como, a proximidade de cursos de água³⁷⁰. A vinha localizava-se preferencialmente no norte e oeste da cidade, num anel que com um diâmetro que se centrava entre os 2 a 5 km, isto é, correspondia a uma hora de caminho a partir da urbe³⁷¹. Encontramos, ainda, vinhas, em panasqueira (vinhas mortas), em Quintos, caso de duas meias courelas de vinha juntas, que trazia Luís Gonçalves, botafogo³⁷², uma courela que trazia Álvaro Pires, escudeiro, e a mulher Inês Alvares³⁷³ e, ainda, duas meias courelas juntas de Garcia Oliveira e da mulher Maria Rodrigues³⁷⁴. Na análise das vinhas é de assinalar, ainda, a sua associação com árvores de fruto, com destaque para a figueira (85%), a oliveira (80%), a ameixieira (67%), a pereira (32%) e a macieira (19%).

A associação da vinha com o olival era comum em Évora³⁷⁵. Como se verifica, em Vale de Freires, nas duas meias courelas de vinha, que trazia João Fernandes, com 200 oliveiras “*entre grandes e pequenas*”³⁷⁶. Ou, ainda, na courela e meia de vinha, em Quintos, de Filipe Dias, criado do comendador onde são referidas 130 oliveiras³⁷⁷. A presença da oliveira era, também, expressiva nas quintãs, como se verifica no caso de Álvaro Fragoso, cavaleiro, contador do rei, com 227 oliveiras³⁷⁸ e de Francisco Vaz Pegas com 105 oliveiras³⁷⁹. Em Valcovo, nas quintãs de Rui Jorge, escrivão da casa da suplicação, havia 205 oliveiras³⁸⁰ e nas propriedades de João Afonso, escudeiro, com 154 oliveiras³⁸¹. A documentação raramente menciona os olivais, devido à sua forte

a mesma medida para a courela na posse de Afonso Lopes Girão. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117. E para a meia courela na posse de João Lopes, escudeiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 120.

³⁷⁰ Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa ao estudar as vinhas das Albergarias verificou a sua incidência perto da Ribeira de Peramanca, de Louredo e de Valbom, como os principais locais de produção. SOUSA, Bernardo Vasconcelos – O Património das Albergarias. In *A Propriedade das Albergarias de Évora*...pp. 59-61. No nosso caso destaca-se o Ribeiro de Louredo, onde se destacam as vinhas, que se chamam dos Quintos, em Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 116-121.

³⁷¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *A Propriedade das Albergarias de Évora*...p. 61. SERRA, Joaquim Bastos – O espaço periurbano de Évora...pp. 128-129.

³⁷² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 118.

³⁷³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 119.

³⁷⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 120.

³⁷⁵ BEIRANTE, Maria Ângela – A economia. In *Évora na Idade Média*... p. 352.

³⁷⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106.

³⁷⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117.

³⁷⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 105.

³⁷⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 105-106.

³⁸⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112.

³⁸¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 113.

associação com a vinha³⁸². Destacam-se, ainda, as duas courelas de olival novo, também, em Vale de Freires, na posse de João Figueira, tabelião, com 85 oliveiras “*entre grandes e pequenas*”³⁸³. E o olival, em Vale de Freires, na posse de Luís Beja com 110 oliveiras³⁸⁴. De salientar, que é a única propriedade que apenas refere o cultivo da olival. Na descrição das oliveiras, o tombo menciona “*entre grandes e pequenas*”, o que leva Iria Gonçalves a considerar que o cultivo encontrava-se disseminado pela terra, provavelmente enxertia de alguns zambujeiros³⁸⁵. Na quintã de João Cirieiro, em Valcovo, refere-se na descrição das parcelas de cultivo que “*vão entre eles cheios de estacas de olival e pomar*”³⁸⁶. Na courela de vinha, em Quintos, de Álvaro Pires, ferreiro, estavam 104 oliveiras novas de enxerto³⁸⁷. O zambujeiro era uma variante da oliveira, que crescia naturalmente no centro e sul do país³⁸⁸. Destaca-se a quintã de Francisco Vaz Pegas com 50 zambujeiros³⁸⁹ e a courela de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha, com 20 zambujeiros³⁹⁰. Nos restantes casos a presença desta espécie é residual, embora em diversas situações, o tombo se limite a referências vagas, como “*muitas*”³⁹¹ e “*algumas*”³⁹², o que nos impede de ter uma perceção mais clara.

| Localização \ Principais cultivos | Vinha | Oliveira | Figueira | Pereira | Ameixieira | Cereal |
|-----------------------------------|-------|----------|----------|---------|------------|--------|
| Caminho para S. Bento | | | | | | 1 |
| Cerca Velha | | | | | | |
| Cimalhas de Valcovo | | | | | | 1 |
| Rua dos Correeiros | | | 1 | | | |
| Fonte coberta | | | | | | 1 |

³⁸² BEIRANTE, Maria Ângela – A economia. In *Évora na Idade Média...* p. 352.

³⁸³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 107.

³⁸⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 109.

³⁸⁵ GONÇALVES, Iria - Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média. In ARAÚJO, Renata Malcher de (ed.). In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 1. Porto: FLUP, 2006, pp. 329-330. Consultado 26.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4419.pdf>].

³⁸⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 112

³⁸⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 118.

³⁸⁸ RIBEIRO, Orlando – *Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal. Opúsculos geográficos*. O mundo rural. Vol. 4 Lisboa: Fundação Calouste Glubenkien, 1991, p. 87. GONÇALVES, Iria - Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média...p. 329. Sobre a distribuição do zambujeiro e da oliveira ver RIBEIRO, Orlando – *Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal. Opúsculos geográficos*. O mundo rural. Vol. 4 Lisboa: Fundação Calouste Glubenkien, 1991, pp. 92-96.

³⁸⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 105-106

³⁹⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 106

³⁹¹ Em Vale de Freires, na courela de vinha de Sebastião Pescoço. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 107.

³⁹² Na vinha, em Vale de Freires, de Maria rodrigues, tendeira, mãe de Brás Rodrigues. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 107.

| Principais cultivos Localização | Vinha | Oliveira | Figueira | Pereira | Ameixeira | Cereal |
|-------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Louredo | 13 | 17 | 16 | 1 | 16 | |
| Rua do Malforo | | | 2 | | | |
| Mendo Marques | | | | | | 5 |
| Vale de Flores | | | | | | 2 |
| Pedra da Missa | | | | | | 1 |
| Poço de S. Mamede | 1 | | | | | |
| Ponte da Ribeira do Degebe | 1 | | | | | |
| Próximo da Porta de Alconchel | | | | | | 1 |
| Próximo da Porta do Moinho de Vento | | | | | | 2 |
| Próximo do Ribeiro do Divor | | | | | | 1 |
| Quintos (Valcovo) | 31 | 25 | 28 | 8 | 24 | |
| S. Brás | | | 1 | | | 3 |
| Valcovo | 9 | 10 | 10 | 8 | 10 | |
| São Manços | | | | | | 1 |
| Rua da Selaria | 1 | | 2 | | | |
| Silveira | 3 | | | | | |
| Vale Bom | 2 | | | | | |
| Vale de Freires | 14 | 19 | 18 | 9 | 5 | 1 |
| Total | 75 | 71 | 78 | 26 | 55 | 20 |

Quadro 8 – Os principais cultivos na comenda de Mendo Marques.

As ameixeiras encontram-se em 55 propriedades. O tombo, ao nível da contabilização do número de árvores, limita-se a indicar o número exato de árvores em apenas 13 propriedades, onde se destaca a quintã de João Afonso, escudeiro, com 40 ameixeiras³⁹³. Nos restantes casos, a fonte documental regista apenas expressões pouco rigorosas, como “*muitos*”, ou “*alguns*”. O tombo menciona, também, pereiras e macieiras presentes em maior número nas quintãs, como na de Duarte Moniz, onde existiam 115 pereiras e macieiras³⁹⁴ e na de João Afonso, escudeiro, com 22 pereiras e 15 macieiras³⁹⁵.

O tombo menciona, ainda, romãzeiras em 4 propriedades³⁹⁶, um pinheiro na meia courela de vinha de Fernão Rodrigues, genro do Fagundo, e da mulher Isabel Fernandes³⁹⁷, em Quintos. Verifica-se, ainda, a presença de 3 marmeleiros, em Vale de Freires, nas duas courelas de vinha, que estavam na posse do comendador, por sentença

³⁹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 113.

³⁹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 111.

³⁹⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 113.

³⁹⁶ Destaca-se a courela, em Vale de Freires, na posse de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha com 5 romãzeiras. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 106. Na horta seca, perto de S. Brás o tombo menciona 79 árvores de fruto entre figueiras e romãzeiras. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 101.

³⁹⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 116.

do conservador da Ordem³⁹⁸. As amoreiras na quintã de João Afonso, escudeiro³⁹⁹ e na courela e no quartel de vinha, em Quintos, de Álvaro Pires, ferreiro, e da mulher Maria Nunes⁴⁰⁰. E, ainda, em Vale de Freires, a courela na posse de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana de Carvalha existiam algumas amendoeiras⁴⁰¹.

Em relação ao cultivo de cereal consideramos que estaria presente em 20 propriedades. Uma das dificuldades no estudo da produção do cereal deve-se ao facto de o tombo apenas fornecer referências indiretas, como a indicação de 6 propriedades que apresentam as suas dimensões em sementeira. Caso do ferragial, no caminho para a Fonte Coberta⁴⁰², os 2 ferregiais pequenos, perto da porta do vento⁴⁰³, a peça de terra em herdade, em Vale de Freires e estava sem foreiro, uma vez que a propriedade estava isenta. Contudo, provou-se que estava dentro das confrontações da Ordem e Inês Rodrigues, viúva de Afonso Doairos abdicou da propriedade⁴⁰⁴. A peça de terra, em Cimalhas de Valcovo, que levava 3 moios e quarteiro de pão, encontrava-se, também, sem foreiro⁴⁰⁵. E a courela de herdade, em S. Manços, que leva 3 moios de pão de sementeira, o tombo menciona, ainda, que era lavrada de 4 em 4 anos, o que sugere uma situação de pousio, em virtude provavelmente da baixa qualidade do solo ou, eventualmente, da falta de mão-de-obra disponível⁴⁰⁶. Em relação aos ferragiais podemos colocar a hipótese de que não se limitariam à produção de ferra⁴⁰⁷. Apesar de não haver indicações sobre o tipo de cultivo, admitimos que seria praticado o cultivo de cereal, uma vez que 3 ferragiais apresentam a sua dimensão em sementeira. Consideramos, ainda, que o cultivo de cereal deveria encontrar-se em mais propriedades, como nos casais.

Em suma, a paisagem agrícola da comenda fica marcada pela policultura. Esta característica comprova a feição mediterrânica da produção na comenda visível na

³⁹⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 108.

³⁹⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 113.

⁴⁰⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 118.

⁴⁰¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 106.

⁴⁰² O tombo menciona que é um grande ferragial. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 156.

⁴⁰³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 156.

⁴⁰⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 109.

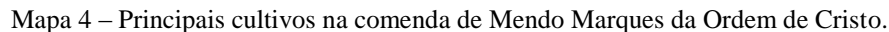
⁴⁰⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 121. Provavelmente era a propriedade disputada por Francisco Mendanha. DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510...*pp. 164-165.

⁴⁰⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 128.

⁴⁰⁷ Classificamos os 10 ferragiais como espaço de produção de cereal. Concordamos com as indicações apresentadas em SOUSA, Bernardo Vasconcelos – Tipo e área dos prédios. In *A Propriedade das Albergarias de Évora...*p. 80.

⁴⁰⁸ GONÇALVES, Iria – Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média...p. 346.

⁴⁰⁹ Algumas propriedades encontravam-se vagas por terem problemas de jurisdição caso da courela de terra e da peça de terra em herdade, em Vale de Freires. *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109. E, ainda, da peça de terra, em Cimalhas de Valcovo *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.



⁴⁰⁹ Algumas propriedades encontravam-se vagas por terem problemas de jurisdição caso da courela de terra e da peça de terra em herdade, em Vale de Freires. *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109. E, ainda, da peça de terra, em Cimalhas de Valcovo *Tombo da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

4.4 A administração da comenda

Depois de apresentado o património da comenda de Mendo Marques procuramos conhecer qual o seu rendimento.

Para estudarmos os rendimentos do património da comenda analisamos 184 prazos. Não foram incluídas as 4 propriedades que se encontravam sem foreiros⁴¹⁰, bem como o assentamento de casas⁴¹¹, as duas courelas de vinha⁴¹², em Vale de Freires, que estavam na posse do comendador e o assentamento de casas e as propriedades sem foreiros que estavam incluídas no conjunto de bens administrados pelo Frei D. Lopo Mendes de Oliveira⁴¹³.

Em relação aos prazos é de realçar que o mesmo foreiro pode ter mais que um prazo e, em muitos casos, tendem a juntar os prazos para facilitar o pagamento. Nestas situações contabilizamos os prazos em separados para podermos analisar a entidade emissora e o modo de aquisição da propriedade, como é o exemplo dos prazos de João Afonso, coronheiro, em Valcovo, que trazia uma meia courela, por prazo novo do visitador e um quartel adquirido por título de compra⁴¹⁴. Situação semelhante ocorre na rua do Malfora com João Lopes, escudeiro do bispo de Évora. O tombo apresenta em primeiro lugar uma casa por prazo novo feito pelo visitador em que pagava 40 reais cada ano e um quintal sem indicação da quantia a pagar⁴¹⁵. Ainda, na mesma rua, o foreiro tem uma casa por prazo feito pelo rei e neste segundo prazo indicam quanto deveriam pagar: pela primeira casa e quintal 130 reais e pela segunda casa 40 reais e terminam referindo que deveriam pagar 290 reais⁴¹⁶. Apesar de o tombo referir junto estas propriedades e de apresentar o total a pagar pelas duas propriedades, como a entidade que as emprazou é diferente decidimos apresentá-los em separado.

⁴¹⁰ Em Vale de Freires uma courela de terra e uma peça de terra em herdade tinham ficado devolutas, uma vez que as propriedades tinham sido retiradas aos foreiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109. Peça de terra em Cimalhas de Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121. E um casal junto do Ribeiro do Divor. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 126-127.

⁴¹¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 62-63.

⁴¹² Duas courelas que estavam na posse do comendador devido à sentença do conservador da Ordem. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

⁴¹³ Assentamento de casas na rua dos Mercadores. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 153-154. A adega na rua da Espartaria que vai para S. Francisco. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. Uma casa inserida na horta, que se localizava próximo da Porta de Mendo Esteves. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. Um ferragial no caminho que vai para a fonte coberta. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. E três courelas de vinha na Silveira. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156.

⁴¹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 114.

⁴¹⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 73-74.

⁴¹⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 75.

A exploração da comenda de Mendo Marques assentava no emprazamento dos seus bens. O tombo indica 5 casos em que vigorava o contrato, em enfiteuse⁴¹⁷, foram convertidos em emprazamentos por decisão da Ordem/visitador⁴¹⁸. Em Vale de Freires, a quintã de Álvaro Frágoso, cavaleiro e contador do rei, “...tem alvará de El Rei dirigido a D. Fernando que lhe faça prazo dela em pessoas por ate aqui trazia em fatiota”⁴¹⁹ e o olival que trazia Luís Beja⁴²⁰. Os outros 3 prazos localizam-se em Valcovo e dizem respeito à quintã que trazia Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia⁴²¹, a courela de vinha, que estava na posse de António, moço órfão de Duarte Rodrigues, escudeiro⁴²², e uma meia courela de vinha que estava na posse de Nuno Pereira⁴²³. Todavia, neste último caso o visitador remeteu o prazo para o conservador.

Quando não havia interessados, as propriedades eram colocadas em pregão como aconteceu com a courela inteira de vinha, em Valcovo, emprazada a Brígida Anes, viúva de João Rodrigues, tecelão. Dado que esta foreira não tinha título, a vinha foi colocada em pregão, mas não houve interessados. O visitador teve informação, que Brígida Anes tinha gasto muito dinheiro na vinha e, uma vez que, ia ficar vaga o visitador deixou ficar a vinha na sua posse⁴²⁴. Os foreiros podiam, ainda, ceder o contrato, contudo a Ordem ou o comendador tinham que dar consentimento à transferência. Assim aconteceu, na rua da Selaria, a casa que estava na posse de Afonso Martins, armeiro por título de compra com consentimento da Ordem⁴²⁵, ou a adega, na rua Correeiros, que estava na posse de Pero Borges, cavaleiro de Santiago⁴²⁶. Na rua dos

⁴¹⁷ Seguindo a definição apresentada por Ângela Beirante consiste num contrato em que o “proprietário transfere para um concessionário o seu domínio útil reservando para si o domínio directo, representado pelo pagamento de um foro”. BEIRANTE, Maria Ângela – A Propriedade. In *Évora na Idade Média...* p. 254. Sobre a enfiteuse ver, ainda, COSTA, Mário Júlio de Almeida – Enfiteuse. In *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. 3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 379-383.

⁴¹⁸ Caso da quintã, em Vale de Freires, de Álvaro Frágoso, cavaleiro, contador do rei. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 105. Ainda, em Vale dos Freires, o olival de Luís Beja. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 109. Em Valcovo, a quintã de Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 110-111. Em Quintos, Valcovo, a courela de vinha na posse António, moço, órfão de Duarte Rodrigues, escudeiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 117. E, ainda, em Quintos, Nuno Pereira, que trazia uma meia courela de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 120.

⁴¹⁹ A informação do detentor da quintã foi acrescentada posteriormente no tombo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 105.

⁴²⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 109.

⁴²¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 110-111.

⁴²² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 117.

⁴²³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 120.

⁴²⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 113-114.

⁴²⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 63-64.

⁴²⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 81-82.

Correeiros é de realçar, ainda, a casa de Diogo Fernandes que havia adquirido por título de compra com consentimento do comendador⁴²⁷.

Por fim, é de assinalar, que existem foreiros que detêm mais do que um prazo, como teremos oportunidade de explicitar no capítulo 5.2.3, em que estudaremos o estatuto social dos detentores dos bens da comenda.

4.4.1 Os prazos

Para estudar os rendimentos da comenda de Mendo Marques começamos por estudar a entidade que outorga os prazos. De assinalar que as 10 propriedades que pagam apenas um censo à Ordem serão apenas analisadas no capítulo 4.4.2⁴²⁸.

O tombo de propriedade em 93 prazos menciona o mestre da Ordem, D. Manuel, enquanto, duque e, também como rei como a entidade emissora. Enquanto duque, o tombo menciona 28 prazos que se localizam na sua maioria na rua dos Touros e na rua do Malforo, os 65 prazos emitidos enquanto rei localizam-se essencialmente na rua dos Touros, dos Correeiros, do Malforo e em Valcovo.

Na sequência da visitação iniciada a de 4 de Setembro de 1509⁴²⁹, realizada pelo bacharel Frei D. Diogo do Rego e pelo escrivão Francisco Freire foram emitidos 39 prazos novos. Como já fizemos referência, anteriormente, aquando da visitação, na cidade de Évora, ocorreu um surto de peste que levou à saída apressada dos visitantes. O que pode servir de justificação para este número elevado. Os prazos feitos pelo visitantes incidem, na sua maioria, em Valcovo, que se localiza no termo de Évora, o que poderá estar relacionado com o surto de peste. Em 6 prazos emitidos pelos visitantes ocorreu a atualização do foro, onde se valorizou o aumento da renda em numerário, típico do final da Idade Média e do mundo urbano. De sublinhar, ainda, a renovação do prazo pelos visitantes da quintã, em Valcovo, a Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia, que trazia em enfiteuse e pagava 1000 reais e duas galinhas e um frango; no novo contrato por pessoas passou a pagar 600 reais e um par de galinhas⁴³⁰. Ocorreu, assim, uma redução do foro, o que nos leva a suspeitar de falta de mão-de-obra, ou da fraca produtividade da exploração agrícola. Porém, na quintã, em Valcovo, que estava

⁴²⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 79.

⁴²⁸ Serão apenas analisados 174 prazos, uma vez que as 10 propriedades que pagam censo não serão analisadas.

⁴²⁹ DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510...*p. 163.

⁴³⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 110-111.

na posse de João Fernandes, cirieiro, morador na cidade, pagava 285 reais e passou a pagar 400 reais⁴³¹.

A entidade outorgante dos prazos



Gráfico 1 – A entidade outorgante dos prazos.

Nos prazos que foram outorgados pelo comendador e por um antigo comendador é de salientar que não indicam a duração nem o estado de vidas do prazo. Dentro dos prazos emitidos pelo comendador destacam-se o emprazamento da estrebaria/palheiro na rua da Selaria, a João Lopes, escudeiro do bispo de Évora⁴³². E, ainda, os 3 alvarás do comendador a emprazar: uma casa na rua dos Correeiros a Estevão Gil⁴³³, aljubeiro do bispo, onde apenas indica o valor a pagar, o ferragial de Cristóvão da Rosa⁴³⁴, notário apostólico, em Vale de Flores, e a meia courela de vinha em Valcovo que estava na posse de Filipa Gil, e que foi confirmado pelo feitor do comendador Rui Lopes⁴³⁵. E, ainda, o prazo em Vale de Freires, do olival a Luís Beja⁴³⁶. De assinalar, também, o prazo, em contrato de enfiteuse, emitido por um comendador estabelecido pelo mestre D. Frei Lopo Dias de Sousa sobre a courela de vinha, em Valcovo, a António, moço órfão, filho de Duarte Rodrigues, escudeiro⁴³⁷.

4.4.1.1 A duração dos prazos

Uma das grandes preocupações no tombo de propriedade consiste na indicação da duração dos prazos, o que é um indicador da consciência que os responsáveis tinham

⁴³¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 112.

⁴³² O tombo apenas indica o património e o detentor. Não faz menção ao valor do pagamento do foro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 63.

⁴³³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 77-78.

⁴³⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 103.

⁴³⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 119.

⁴³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 109.

⁴³⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 117.

em relação à gestão dos bens. Dos 174 prazos⁴³⁸ contabilizados na comenda de Mendo Marques, 130⁴³⁹ têm duração de 3 vidas, enquanto os restantes 44 não apresentam a duração. Em relação ao período de vigência encontravam-se 119 na primeira vida, 10 na segunda e 1 na terceira.

O tombo revela, ainda, um grande cuidado na contagem das vidas nos prazos que foram adquiridos por título de compra, de venda, de nomeação, de dote e de herança, referindo, também o anterior foreiro e a entidade que outorgara o documento. Nos prazos adquiridos por títulos de compra e venda apenas 5 não indicam o nome do anterior foreiro. No prazo das casas que trazia João Lopes, criado do bispo de Évora, e da sua mulher Joana Garcia, na rua do Malforo, indica o modo de contagem de pessoas “*casa pequena e o quintal trazem ambos por prazo novo feito pelo visitador, no qual prazo ambos são a primeira pessoa e o que deles derradeiro ficar nomeara a segunda etc...*”⁴⁴⁰. Nos 4 prazos por títulos de nomeação apenas a adega emprazada a João Baina, cavaleiro da Ordem de S. João, não indica o anterior foreiro, uma vez que este não mostrou o registo do prazo⁴⁴¹. Nos restantes 3 casos indica-se o anterior foreiro. Isto é de Maria Moça preta, escrava forra de Beatriz Amada⁴⁴² e de Rodrigo, filho de Rui Nunes, tabelião, por nomeação de Beatriz Rodrigues, ambos na rua dos Touros⁴⁴³. Em relação à quintã, em Vale dos Freires, de Francisco Vaz Pegas, o foreiro não mostrou o título de nomeação do pai. Esta situação levou a que fosse necessário que o irmão mais velho, Pero Vaz Pegas⁴⁴⁴, declarasse perante o notário “*que todo o direito que lhe podia sobrevir na dita quintã por sucessão de seu pai que ele o demitia de si e o trespassava*”⁴⁴⁵.

Registam-se 3 prazos em partilhas⁴⁴⁶. Destaca-se o pardieiro na rua dos Touros, que estava na posse dos filhos de Diogo Rodrigues, dourador⁴⁴⁷, o tombo refere que

⁴³⁸ Não inserimos neste ponto as 10 propriedades que pagam apenas um censo à Ordem.

⁴³⁹ Em 2 prazos, na rua dos Correeiros, o tombo não menciona a duração, contudo refere o estado atual de vida. A casa e o quintal na posse de Diogo Fernandes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 79. E a adega de Margarida Anes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 80. Consideramos que a duração seria de 3 vidas.

⁴⁴⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 75.

⁴⁴¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 93.

⁴⁴² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 83.

⁴⁴³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 87.

⁴⁴⁴ De assinalar a existência de um foreiro como o mesmo nome na rua da Espartaria, que trazia uma atafona. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 96. Contudo, não dispomos de elementos que comprovem este facto.

⁴⁴⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106.

⁴⁴⁶ Na rua dos Touros a casa na posse dos herdeiros de João Vaz, escrivão. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 154. Em Valcovo, uma courela de vinha na posse dos filhos de Pero Simão

ainda não tinha ocorrido as partilhas e o que viesse a suceder ao seu pai seria a terceira pessoa no prazo. Em relação ao prazo, por título de dote, de Estevão Fernandes, feito por João Fernandes de uma casa e na meia courela de vinha, em Vale dos Freires⁴⁴⁸.

4.4.1.2 As datas de pagamento

Outra das preocupações da Ordem e que é visível no tombo de propriedade consiste na indicação da data de pagamento. A apresentação da data no tombo encontra-se presente em 157 prazos.

A principal data de pagamento dos foros na comenda de Mendo Marques é o dia 1 de Maio. De sublinhar que esta data de pagamento tem maior expressão dentro da cidade de Évora, onde se destacam as ruas dos Touros, do Malforo e dos Correeiros⁴⁴⁹. Das 28 propriedades que pagam o foro a um de Janeiro apenas a quintã que estava na posse de Francisco Vaz Pegas⁴⁵⁰, não se localiza em Valcovo⁴⁵¹.

No tombo de propriedade existem, ainda, prazos que indicam que o foreiro paga a cada ano, não especificando a data de pagamento do foro. Ângela Beirante e João José Alves Dias⁴⁵² ao analisarem as datas de pagamento dos foros dos bens urbanos consideram que a expressão “*paga em cada ano*” têm como referência o dia 1 de Maio. No caso das vinhas que se chamam dos Quintos, em Valcovo, depois de apresentarem o património, indicam que a data de pagamento era o dia 1 de Janeiro⁴⁵³. Contudo, na nossa análise decidimos considerar esta expressão como uma data autónoma das anteriores por não termos nenhuma indicação segura que nos permita enquadrá-la numa data concreta.

Lavrador, ficou remetida para o conservador da Ordem. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 116.

⁴⁴⁷ O foro foi reavaliado na visitação. Anteriormente pagavam 60 reais e passaram a pagar 70 reais. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 89-90.

⁴⁴⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

⁴⁴⁹ Como já foi demonstrado por BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 66.

⁴⁵⁰ Quintã em Vale de Freires. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106.

⁴⁵¹ Destacam-se as vinhas que se chamam dos Quintos *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 116-121. A quintã de Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 110-111. E a quintã de João Fernandes Cirieiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 112.

⁴⁵² BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... pp. 61-79.

⁴⁵³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 121.

As datas de pagamento do foro

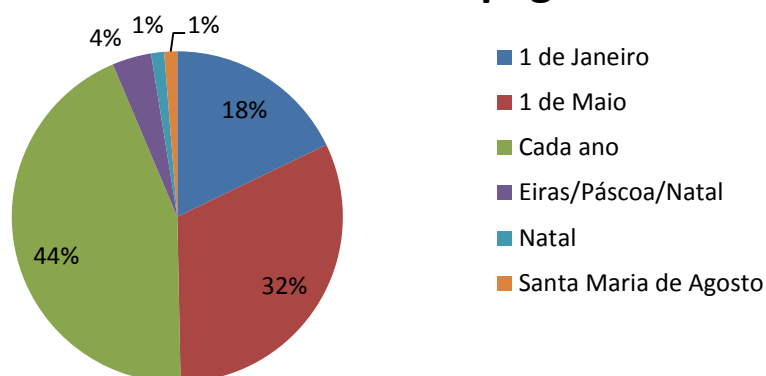


Gráfico 2 – As datas de pagamento do foro.

Existem ainda duas propriedades que pagam no dia Natal, a casa, na rua dos Touros, e que esta a emprazada a João Mateus⁴⁵⁴ e o ferragial na posse de Fernão Gil⁴⁵⁵. Outras duas propriedades que pagam no dia de Santa Maria de Agosto, a saber, o ferragial de Rui Lopes⁴⁵⁶, em Vale de Flores e a courela de herdade, em S. Manços, de Fernão Freire⁴⁵⁷. Por fim, os seis casais, em Mendo Marques pagavam por três vezes no ano: pelo dia da Páscoa, das Eiras e no Natal.

4.4.1.3 O modo de pagamento

Em relação ao tipo de pagamento na comenda de Mendo Marques é de salientar que dos 184 prazos que contabilizamos apenas 5 não referem o pagamento. As rendas são fixas, contudo o visitador procedeu a algumas atualizações do foro, o que seria de esperar dado o grande período de tempo dos contratos e do consequente imobilismo e desatualização das rendas⁴⁵⁸.

Em relação ao modo de pagamento do foro é de salientar a importância da moeda como o modo preferencial de pagamento. Encontra-se em 145 prazos, que se situam preferencialmente no espaço urbano. O foro é referido em reais, contudo existe o

⁴⁵⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 88. Ver BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p.72, nota nº 17.

⁴⁵⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 102.

⁴⁵⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 103.

⁴⁵⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 127-128.

⁴⁵⁸ Caso de Bartolomeu Fernandes, criado do duque de Bragança, que pagava 60 reais pela casa na rua dos Touros e passou a pagar 75 reais. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 85. Ver, ainda, os exemplos apresentados na pp.69-70.

censo da estalagem de Beatriz Pires, viúva de Álvaro Lopes que pagava pelo tombo antigo 50 soldos⁴⁵⁹, que equivale a 90 reais⁴⁶⁰.

O modo de pagamento do foro

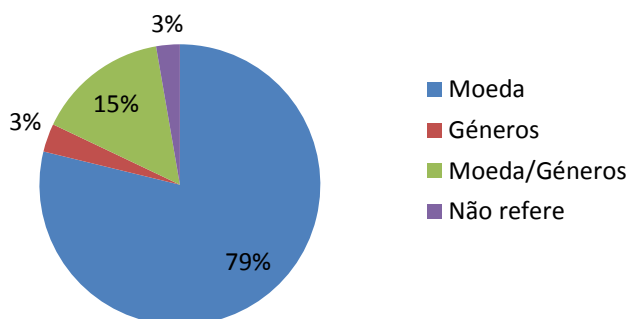


Gráfico 3 – O modo de pagamento do foro.

Em 28 prazos ocorre um pagamento que contempla uma parte do foro em moeda e o restante do pagamento com géneros alimentares, geralmente galinhas, ou frangos, onde se destacam as propriedades em Valcovo, de cariz agrícola, o que é bem sintomático. Em relação ao pagamento inserimos neste grupo o casal da Pedra da Missa que estava na posse de Afonso Pires, porque havia a possibilidade de pagar apenas em géneros, ou de pagar em dinheiro. Afonso Pires trazia o pagamento do foro, renda e pensão do seguinte modo: no tempo das Eiras quatro moios de trigo e dois moios de cevada e seis galinhas; no Natal um porco de três anos ou quinhentos reais e na Páscoa um carneiro e $\frac{1}{4}$ de manteiga. Tudo deveria ser colocado na casa do comendador à custa do foreiro⁴⁶¹.

O pagamento apenas em géneros alimentares centra-se nos cinco casais de Mendo Marques e na courela de herdade em S. Manços, ou seja, este tipo de pagamento contempla a zona rural da comenda. Os casais de Mendo Marques pagam de foro, renda e pensão três vezes no ano. No tempo das Eiras, um moio e meio de trigo, um moio de cevada de alças, oito galinhas, três cargas de lenha e três cargas de palha. No Natal um porco de três anos e na Páscoa um carneiro, $\frac{1}{4}$ de manteiga, um queijo e vinte e quatro ovos. Em relação aos moios do trigo e da cevada são primeiramente quartejados e só depois os lavradores pagam a Ordem. E pagam mais o $\frac{1}{4}$ de todo o pão,

⁴⁵⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 99.

⁴⁶⁰ Ver BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 72, nota 18.

⁴⁶¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 126.

linho, legumes que semeiam na terra⁴⁶². Para além dos casais em Mendo Marques, a courela de herdade em S. Manços pagava, também em géneros, no dia de Santa Maria de Agosto, 40 alqueires de trigo e 4 galinhas, sendo que tudo deveria ser colocado em casa do comendador⁴⁶³.

4.4.2 Os outros direitos

Na comenda de Mendo Marques, a Ordem de Cristo tem, ainda, direito aos censos de dez casas que estão na rua da Espartaria e à renda dos pretos. A informação em relação aos censos é muito limitada. O tombo de propriedade, apenas, indica os bens, o foreiro e o valor a pagar⁴⁶⁴. Há casas que pagam censo à Ordem e pagam foro a outras entidades, como à Sé, às igrejas e às albergarias⁴⁶⁵. De realçar os foreiros que pagam um censo à Ordem, constam Pero Gonçalves, bacharel e Diogo Dias, bacharel da Sé⁴⁶⁶. Em relação ao valor dos censos é de destacar a casa de Gregório Martins, sapateiro, que paga 135 reais e a estalagem de Beatriz Pires, que paga 50 soldos. Os restantes valores são baixos: seis foreiros pagam 18 reais e dois 13 reais.

Por fim, a renda dos pretos consiste numa compensação de D. Manuel à Ordem pela construção dos estaus e dos açougues da praça que D. Duarte mandara construir onde havia bens da Ordem⁴⁶⁷. Neste exemplo, vislumbra-se uma subalternização dos interesses da Ordem face aos régios, embora tenha sido compensada pela situação.

⁴⁶² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 124.

⁴⁶³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 124.

⁴⁶⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 99-100.

⁴⁶⁵ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 62.

⁴⁶⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 100.

⁴⁶⁷ BEIRANTE, Maria Ângela – A estrutura física da Évora medieval. In *Évora na Idade Média...* p. 83. BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 62.

5- A comenda de Mendo Marques como expressão de poder: comendadores e foreiros

Neste capítulo pretendemos estudar a componente humana da Ordem de Cristo na comenda de Mendo Marques, ou seja, os comendadores e demais oficiais da Ordem e identificar alguns aspetos relacionados com os caseiros. Iniciamos a nossa análise pela inserção da nobreza na Ordem de Cristo, para podermos enquadrar a atuação do comendador. Posteriormente iremos analisar os grupos sociais, para podermos traçar as redes clientelares dentro da comenda de Mendo Marques. Constitui, ainda, nosso objetivo, apresentar o património da comenda como um fator de afirmação social.

5.1 A nobreza e a Ordem de Cristo

Antes de analisar a atuação do comendador é necessário compreender a postura da nobreza face às Ordens Militares, bem como, a sua evolução no séc. XVI.

O interesse da nobreza pelas Ordens Militares começou, nos séculos XII-XIV, por ser reduzido e circunscrito aos ofícios de maior relevo, como de mestre⁴⁶⁸. Este facto deve-se à prevalência, em Portugal, do sistema de partilha hereditária⁴⁶⁹, o que motivou o interesse por parte deste grupo em relação às Ordens Militares, embora nesta fase mais recuada ainda não conhecesse uma atitude sistemática como viria a acontecer, sobretudo, a partir do séc. XV. Durante este período a entrada de professos para as Ordens residia em indivíduos provenientes das cidades: filhos de mercadores, de letrados, de proprietários urbanos, de cavaleiros, de tabeliães e de peões abastados⁴⁷⁰. Com o aumentar da importância económica e militar das Ordens Militares a coroa, desde o reinado de D. Dinis, pretendeu controlar estas instituições, nomeadamente, a nomeação dos mestres⁴⁷¹. Neste contexto é de referir a criação da Ordem de Cristo e a

⁴⁶⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI)*. Vol. 1. Porto: [Edição de Autor], 2008, p. 221.

⁴⁶⁹ PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto: [Edição do Autor], 1997, pp. 1176-1197. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>]

⁴⁷⁰ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* p. 221. De sublinhar o facto de as regras das Ordens Militares só a partir do séc. XIII mencionarem como condição de acesso o facto de ser fidalgo. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* pp. 132-134. Ver, ainda, OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

⁴⁷¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* p. 222.

sua intensa ligação à monarquia⁴⁷². A partir do séc. XIV a nobreza passou a encarar o ingresso nas Ordens como uma forma de manter o estatuto, uma vez que a divisão hereditária conduziu à fragmentação do património familiar⁴⁷³. A instituição do morgadio e a transmissão ao primogénito varão constituíram um fator preponderante no incremento da nobreza nas Ordens Militares⁴⁷⁴. Outro elemento que favoreceu a entrada de nobres foi o controlo, por parte da monarquia, das Ordens Militares ocorrido no reinado de D. João I, quando colocou como mestres das três principais Ordens os Infantes D. João (Ordem de Santiago, em 1418), D. Henrique (Ordem de Cristo, em 1420) e D. Fernando (Ordem de Avis, em 1434)⁴⁷⁵.

Desde os seus primórdios, as Ordens do Templo e do Hospital foram bastante atrativas para a aristocracia ibérica, em resultado da sua missão e prestígio internacional. Por sua vez, a Ordem de Santiago, entre 1385-1450, começou por ser a principal recetora dos elementos de origem nobre, devido à sua importância política e económica. A juntar a estes elementos há outras causas como a possibilidade do acesso de freires casados e, também, a permissão aos seus descendentes de serem admitidos na Ordem, para além, de poderem aceder ao sul do território português⁴⁷⁶. De acordo com António Pestana de Vasconcelos, a partir de 1450 a Ordem de Cristo passa a ser a primeira escolha dos nobres. Esta preferência deve-se à atuação do mestre da Ordem, o Infante D. Henrique, e à inserção desta instituição no processo dos descobrimentos, o que permitiu aumentar os rendimentos e prestígio desta instituição⁴⁷⁷. A administração dos bens das Ordens funcionou como um atrativo para a entrada nestes organismos e

⁴⁷² SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa...p. 26. Ver, ainda, SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 43-60.

⁴⁷³ A posse dos bens das Ordens, para algumas famílias, assumiu grande relevância, uma vez que permitiu manter o seu estatuto social, o que levou a mante-los sob a sua administração como se tratassem bens de família. Como exemplo ver SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – As Carreiras políticas e religioso-militares como vias de ascensão social. In *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa: séculos XIII-XV*. Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2000, pp. 149-172. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Mascarenhas, uma família da Ordem de Santiago. In *Comendas das Ordens Militares*...pp. 163-180.

⁴⁷⁴ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 222.

⁴⁷⁵ Ver FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – A nova dinastia e o governo das ordens militares: uma estratégia de entendimento. In COELHO, Maria Helena Cruz, GOMES, Saul Gomes, e REBELO; António Manuel Ribeiro (coords) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* - VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais. Vol. 2. Torres Novas: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça e Batalha, 2009, pp. 169-178.

⁴⁷⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 223.

⁴⁷⁷ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 224.

uma solução para os segundos filhos da nobreza, que acediam a um território, onde a presença da nobreza não era significativa⁴⁷⁸.

Com a subida ao trono de D. Manuel e a manutenção do cargo de mestre da Ordem de Cristo na pessoa do rei, criaram-se as condições que permitiram ao monarca usar uma fonte de rendimentos para agraciar os seus apaniguados, em que se destacam as comendas novas. Com esta nova conjuntura verificam-se mudanças nas estratégias de algumas linhagens, que optaram pela Ordem de Cristo, em detrimento da Ordem a que a sua família poderia ter tido ligação, devido à proximidade ao rei e, consequentemente, à possibilidade de atingir maiores proveitos⁴⁷⁹. O reinado de D. Manuel marca uma mudança de comportamento da nobreza em relação à participação nos descobrimentos. Com o Tratado de Toledo, de 1480, e a paz com Castela, a nobreza mudou de postura, para se adaptar à uma nova conjuntura. Neste novo cenário apresentam-se dois caminhos: as praças do Norte de África, ou o Oriente, isto é, a via militar ou a comercial⁴⁸⁰. A presença da nobreza no Norte de África, no reinado do Venturoso, não foi muito expressiva⁴⁸¹, todavia é de assinalar a presença de algumas casas importantes, que detinham as capitânias das praças, como era o caso da casa de Vila Real⁴⁸² e de Alcoutim, de Tarouca e do Redondo⁴⁸³. Na conquista de Azamor, em 1513, o duque de

⁴⁷⁸ Ver a posse das comendas pelas linhagens em VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* p. 227.

⁴⁷⁹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* pp. 231-232.

⁴⁸⁰ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais ...* p. 207. Ver atuação da nobreza nos descobrimentos entre D. João II a D. João III. João Paulo Oliveira e Costa (coord.). *Estudos Biográficos – A Nobreza e a Expansão*. Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 13-51. E, ainda, OLIVAL, Fernanda - Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI). In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

⁴⁸¹ Contudo, é de assinalar a presença de D. Jaime, duque de Bragança, no primeiro ataque a Azamor em 1508 e da sua conquista em 1513. Constitui o momento mais forte da presença da nobreza neste espaço. Nos restantes conflitos, apenas estiveram presentes os que detinham a administração de praças. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* p.208. A presença das principais famílias da nobreza só ocorreu, quando a coroa assumiu a direcção do processo expansionista. CARVALHO, Andreia Martins de, e PELÚCIA, Alexandra – Os primeiros fidalgos na Costa da Guiné. In *Anais de História de Além-Mar*. Vol.2. 2001, pp. 127-138.

⁴⁸² É de assinalar a atuação de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, que ganhou notoriedade na capitania de Ceuta. CAMPOS, Nuno Silva - *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004, pp.79-104.

⁴⁸³ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais...* p. 207. Em relação à casa de Tarouca é de assinalar D. João de Meneses, primeiro conde de Tarouca, mordomo e alferes de D. Manuel, capitão de Arzila e Tanger, comendador de Sesimbra, da Ordem de Santiago e Prior do Crato entre 1508-1522. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais ...* pp.447-448.

Bragança, D. Jaime, foi nomeado pelo monarca para dirigir a intervenção militar⁴⁸⁴. O Norte de África assumiu-se como um espaço privilegiado para os filhos segundos da nobreza, onde a ação militar era a principal fonte de lucros e de prestígio⁴⁸⁵. Em relação ao Oriente é de assinalar a atração exercida pela atividade comercial, devido à possibilidade de obter lucros de uma forma mais rápida⁴⁸⁶. De salientar que os nobres presentes no Oriente não eram detentores de qualquer título nobiliárquico⁴⁸⁷.

Em suma, podemos concluir que a nobreza evidenciou uma grande capacidade de adaptação às mudanças, bem como a definição de uma estratégia, visível em algumas linhagens, ou ramos, que lhes permitissem aceder a privilégios e cargos de relevo⁴⁸⁸. A entrada da nobreza nas Ordens Militares permitiu que este grupo acesse ao património destas instituições e aos círculos de poder, uma vez que muitos comendadores eram conselheiros régios na continuidade do que já acontecia desde cronologias anteriores⁴⁸⁹. Outro elemento importante que ocorreu, aquando da subida ao trono de D. Manuel, foi a extinção, por razões de ordem biológica, de algumas casas senhoriais do tronco régio, o que permitiu a renovação do topo do grupo⁴⁹⁰. A que se deve juntar, ainda, o impacto dos descobrimentos, a exploração comercial dos novos territórios e as novidades do aparelho governativo, que possibilitaram a mobilidade social dentro da nobreza.

⁴⁸⁴ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... p. 209.

⁴⁸⁵ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... pp. 208-209.

⁴⁸⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... p. 212.

⁴⁸⁷ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... pp. 213-214.

⁴⁸⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e a Monarquia. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 217-218. Ver o exemplo apresentado em VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Sousa Chichorro e as Ordens Militares: reflexões em torno desta linhagem. In ARAÚJO, Renata Malcher de (ed.), *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 1. Porto: FLUP, 2006, pp. 119-140. [Consultado 25.11.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4410.pdf>]. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Vasconcelos e as Ordens Militares. Algumas considerações em torno de uma linhagem. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares...pp. 247-258.

⁴⁸⁹ Ver o quadro II – Alguns comendadores referidos como Conselheiros régios de D. João I a D. Manuel. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Ser freire, ser comendador: as consequências sociais da ascensão institucional. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol.2...pp. 604-606.

⁴⁹⁰ CUNHA, Mafalda Soares da – Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões. In *Penélope*. Nº 29, 2003, p. 35. [Consultado 25.11.2013]. [Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_29/29_05_MCunha.pdf].

5.2 O caso da comenda de Mendo Marques

Apresentado a evolução da nobreza face às Ordens Militares, durante o séc. XVI, procuramos conhecer a atuação do comendador de Mendo Marques, bem como os grupos sociais presentes na comenda.

5.2.1 O comendador Frei D. Fernando de Meneses

O comendador de Mendo Marques, em 1509 era Frei D. Fernando de Meneses, cognominado de “o Roxo”, comendador de Penamacor, Senhor de Louriçal e membro do conselho régio⁴⁹¹. Era o quarto filho de Fernando de Meneses, Senhor de Cantanhede – mordomo da rainha D. Isabel, mulher de Afonso V – e de Isabel ou Beatriz de Andrade – filha de Rui Nunes Freire de Andrade comendador de Palmela da Ordem de Santiago – e foi o primeiro elemento desta família a ingressar na Ordem de Cristo⁴⁹².

Como já foi estudado, por António Pestana Vasconcelos⁴⁹³, a presença da família Meneses nas Ordens Militares apenas se fez notar a partir de 1450, com um membro na Ordem de Cristo e três na Ordem de Santiago. O reinado de D. Manuel fomentou o ingresso de membros desta família na Ordem de Cristo. Dos dois ramos da família Meneses – por um lado, do Conde de Viana do Minho e capitão de Alcácer Ceguer e, por outro lado, dos senhores de Cantanhede⁴⁹⁴ –, que entraram nas Ordens Militares, analisaremos apenas aquele a que pertence o comendador de Mendo Marques.

A família de Frei D. Fernando de Meneses detinha ligações à Ordem de Santiago, pela parte da mãe e, por isso, se compreende que duas das suas irmãs, Beatriz de Meneses, 14^a comendatária de Santos, e Leonor de Meneses, dona de Santos, entre 1504 e 1524, tenham ingressado nesta Ordem⁴⁹⁵. O seu irmão mais velho, João de Meneses, Senhor de Cantanhede, não ingressou em nenhuma Ordem. Talvez porque a sua condição de primogénito lhe exigisse outros compromissos. Porém os seus descendentes viriam a ingressar e a estabelecer ligações com membros da Ordem de

⁴⁹¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... pp. 456-457.

⁴⁹² VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*... p. 446. Ver a genealogia da família Meneses apresentada em VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder*...p. 443.

⁴⁹³ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *A Nobreza e a Monarquia*. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ... p. 213.

⁴⁹⁴ LACERDA, Teresa – Os Meneses de Cantanhede e o projecto Manuelino. In *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: CHAM/UNL/IICT/CEHCA, 2004, pp. 75-99.

⁴⁹⁵ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...p. 453.

Cristo, como é o caso da sua filha Catarina da Silva que casou com Vasco Coutinho, comendador de Almourol e primeiro conde de Borba⁴⁹⁶. E, ainda, o filho de D. Pedro de Meneses, primeiro Conde de Cantanhede, Aleixo de Meneses⁴⁹⁷, cavaleiro da Ordem de Cristo, que esteve presente na conquista de Azamor em 1513 e desempenhou funções importantes na Índia, como capitão-mor do mar e viria, ainda, a substituir D. Lopes de Sequeira como governador da Índia, o que demonstra a ligação desta família com a Ordem⁴⁹⁸.

O comendador de Mendo Marques casou com D. Maria de Castro, filha de D. Álvaro de Castro, alcaide de Torrão e de Sabugal, e de Isabel Pereira⁴⁹⁹. Desta união nasceram Fradique Meneses, morto no combate do castelo de Mazal, e Leonor de Meneses, que casaria com o Doutor Gonçalo de Azevedo, cavaleiro da Ordem de Cristo, Senhor de Ponte de Sôr, alcaide de Sintra e desembargador do paço de D. Manuel⁵⁰⁰. Os seus descendentes, embora por via ilegítima, continuariam ligados à Ordem de Cristo⁵⁰¹.

O exemplo deste comendador é mais um caso que ilustra a capacidade crescente de a Ordem de Cristo, convocar uma família de grande prestígio à semelhança de que tinha acontecido no passado com Ordem de Santiago.

5.2.2 Mendo Marques *uma comenda de família*

Um dos elementos a destacar no estudo da comenda de Mendo Marques consiste no facto de se ter transformado numa comenda de família, ou seja, dos Meneses.

Nesta família encontramos a comenda, pelo menos, ao longo de 4 gerações. Henrique de Meneses (1496-1526)⁵⁰² era filho de Constança Vaz e sucederia ao seu pai na administração das comendas de Mendo Marques e de Penamacor⁵⁰³, para além, de ter assumido o cargo de cavaleiro do conselho, em 1518⁵⁰⁴. O percurso de Henrique de

⁴⁹⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...pp. 459-460.

⁴⁹⁷ LACERDA, Teresa – Os Meneses de Cantanhede e o projecto Manuelino...pp. 84-87.

⁴⁹⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...pp. 454-455.

⁴⁹⁹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...p. 456.

⁵⁰⁰ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 225.

⁵⁰¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...p. 458.

⁵⁰² Ver MENEZES, D. Henrique de – *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Dir. Luís de Albuquerque. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 732-733.

⁵⁰³ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...pp. 456-457.

⁵⁰⁴ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 228.

Meneses assenta no caminho que descrevemos da nobreza deste período, tendo estado presente no Norte de África e no Oriente, onde desempenhou as funções de capitão de Goa e de Governador da Índia entre 1524-26⁵⁰⁵. Viria a ser legitimado a pedido do seu pai⁵⁰⁶. Casou com Guiomar da Cunha, filha de Simão da Cunha⁵⁰⁷, capitão da Índia. Nasceram deste casamento Simão de Meneses⁵⁰⁸, que herdaria a comenda de Penamacor, e Diogo de Meneses⁵⁰⁹, que ficaria com a comenda de Mendo Marques⁵¹⁰.

Diogo de Meneses, da 3ª geração desta família em Mendo Marques, casou com Violante de Castro Henriques, filha de Simão Miranda, comendador de Povos da Ordem de Cristo, copeiro-mor do cardeal D. Henrique⁵¹¹. Por fim, o seu filho, D. Simão de Meneses, receberia a comenda de Mendo Marques. Casou com D. Guiomar de Blasuet e Gusmão, filha de D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo e vice rei da Índia, mas não teve sucessão, porque viria a morrer na batalha de Alcácer Quibir “*deixando de seu nome uma ilustre memória*”, como nos diz D. António Caetano de Sousa⁵¹². Este dado é interessante e permite colocar a hipótese de renovação dos titulares de algumas comendas na sequência do desastre político-militar de Alcácer Quibir, em particular ao nível das clientelas políticas.

Em suma, é de assinalar a permanência da comenda de Mendo Marques na posse da família ao longo de quatro gerações. Outro elemento a destacar da análise da comenda reside na ligação dos comendadores à expansão ultramarina, o que comprova a mudança ocorrida, durante o séc. XVI, nas Ordens Militares, que se foram transformando, paulatinamente, como uma forma de pagamento ou recompensa pelos serviços prestados à coroa⁵¹³.

⁵⁰⁵ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...p. 457.

⁵⁰⁶ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 228.

⁵⁰⁷ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 220.

⁵⁰⁸ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 236-237.

⁵⁰⁹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...pp. 220-221.

⁵¹⁰ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais* ...p. 457.

⁵¹¹ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Linhagens e seus membros presentes nas Ordens Militares. In *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais*...p. 221.

⁵¹² SOUSA, D. António Caetano – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora Lda., 1954, Tomo XII, 2ªpt., p. 57.

⁵¹³ OLIVAL, Fernanda – Structural changes within the 16th-century Portuguese Military Orders. In *e-Journal of Portuguese History*. Vol.2, nº 2, Winter 2004.

5.2.3 A componente humana da comenda de Mendo Marques

O conhecimento do estatuto social dos foreiros da comenda de Mendo Marques constitui um indicador para aferir a importância da Ordem de Cristo no território em estudo⁵¹⁴. Por este motivo, o nosso estudo, incidirá na apresentação dos dados essenciais sobre os foreiros, incluindo sobre as elites e as redes clientelares existentes na comenda⁵¹⁵.

5.2.3.1 Identificação dos foreiros

O estudo sobre os detentores de títulos de exploração da propriedade da comenda de Mendo Marques tem por base o tombo de propriedade. Para identificar e caracterizar os foreiros recorreremos às indicações dos apodos⁵¹⁶. Os apodos incidem na sua maioria sobre as profissões e grupos sociais⁵¹⁷. Contudo, existem, ainda, indicações sobre a condição etária dos foreiros, como “o moço”⁵¹⁸, “o velho”⁵¹⁹, “a moça”⁵²⁰, ou sobre o parentesco, como se pode verificar pelas referências a “mulher de”, a “viúva de”, ou “solteira”⁵²¹ ou, ainda, “genro de”⁵²². O tombo fornece, ainda, informações sobre a origem geográfica dos foreiros como são exemplos: Luís de Beja⁵²³, Luís de Carmona, castelhano⁵²⁴, Afonso Alvares, morador no Sardoal⁵²⁵, ou Afonso Eanes Garduxo, escudeiro do rei, morador em Tomar⁵²⁶.

⁵¹⁴ Ver os exemplos de estudo sobre o aspecto humano nas Ordens: ALVES, Cristina Vinagre - Contributos para o conhecimento da sociedade de Palmela no séc. XVI: o caso dos foreiros da Ordem de Santiago. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as ordens de cavalaria entre o ocidente e o oriente*, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2009, pp. 827-845.

⁵¹⁵ Ver as propostas apresentadas em BARATA, Filipe Themudo – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Actas do Colóquio. Lisboa: Colibri, 2001. COSTA, Adelaide Millán – O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV-XV). In VILAR, Hermínia Vasconcelos, e BARROS, Maria Filomena Lopes de (eds.) – *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana entre o Islão e a Cristandade*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 99-128.

⁵¹⁶ Sobre este assunto ver GONÇALVES, Iria – Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. In *Medievalista*. Nº5, 2008, p. 14. [Consultado 03.04.2014]. [Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-iria.htm>].

⁵¹⁷ Não apresentamos neste ponto os apodos que remetem para as profissões, uma vez que serão analisados quando apresentarmos os grupos sociais presentes na comenda.

⁵¹⁸ António, moço, órfão de Duarte Rodrigues, escudeiro, que trazia uma courela de vinha em Quintos. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117.

⁵¹⁹ João Rodrigues Preto, o velho. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 88.

⁵²⁰ Maria moça preta, escrava forra de Beatriz Amada. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 83.

⁵²¹ Catarina Rodrigues, “mulher solteira”. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 86.

⁵²² Fernão Rodrigues, genro do Fadungo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 116. O genro de Fernão Martins Misericórdia. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156.

⁵²³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 109.

⁵²⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117.

Sobre o uso das alcunhas destaca-se a viúva de Afonso Eanes Godinho de alcunha “cinzeira”, que trazia em Valcovo, uma courela inteira de vinha⁵²⁷ e Luís Gonçalves, “botafofo”, que trazia duas meias courelas de vinha juntas, em Quintos, Valcovo⁵²⁸. E, ainda, Rodrigo Eanes e Brás Eanes, irmãos, de alcunha “alcatrazes”, que traziam um casal em Mendo Marques⁵²⁹. Em relação à identificação dos foreiros, salientamos, ainda, o caso de Estevão Godinho, cristão-novo, que trazia uma courela de vinha em Valcovo⁵³⁰.

O acervo documental que usamos coloca, ainda, outras restrições ao nosso estudo, uma vez que nem sempre as profissões, ou o estatuto social dos foreiros é mencionado. Perante estas limitações decidimos contabilizar as propriedades e os respetivos detentores para compreender, de forma aproximada, a dimensão humana na comenda de Mendo Marques.

Existem, ainda, outras limitações no estudo dos foreiros, uma vez que alguns deles possuem mais que um prazo, mas o tombo nem sempre fornece elementos que possam confirmar que se trata do mesmo detentor de outras propriedades. Apesar de alguns foreiros apresentarem o mesmo nome, não temos a certeza que seja o mesmo foreiro, como é o caso de Beatriz Pires, viúva, que trazia duas casas juntas na rua da Malforo⁵³¹, e provavelmente trazia na mesma rua outra casa⁵³². Segundo Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias⁵³³ a mesma foreira trazia na rua dos Touros uma adega⁵³⁴ e uma estrebaria⁵³⁵ e, também, uma estalagem na rua da Espartaria⁵³⁶. Encontramos, também, dois prazos onde se menciona Filipa Bota, porém só nas casas da Rua da Espartaria menciona que é mulher de João Rodrigues Preto, cavaleiro⁵³⁷. Em

⁵²⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 114. De referir, ainda, o caso de Fernão Freire, barbeiro, morador na cidade, que trazia uma courela de herdade em S. Manços. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 128. A quintã, em Valcovo, na posse de João Fernandes, cirieiro, morador na cidade. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 112. E, ainda, em Valcovo, Rui Lopes, morador na cidade, que trazia dois quartos de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 113.

⁵²⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 73.

⁵²⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 115.

⁵²⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 118.

⁵²⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 124.

⁵³⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 115.

⁵³¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 68.

⁵³² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 71-72.

⁵³³ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 66.

⁵³⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 89.

⁵³⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 91.

⁵³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 99.

⁵³⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 97-98.

relação à adega⁵³⁸ na rua dos Touros, o tombo, apenas indica o nome do foreiro. Apesar das dificuldades encontradas decidimos seguir os dados apresentados por Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias, que consideram ser a mesma pessoa⁵³⁹.

A juntar às limitações mencionadas anteriormente, o tombo nem sempre apresenta todos os elementos na identificação dos foreiros, como acontece no caso de João Lopes, escudeiro e criado do bispo, e da sua mulher Joana Garcia, que traziam dois prazos, na rua do Malforo, no primeiro prazo é apresentado como criado do bispo e no segundo como escudeiro⁵⁴⁰. Conseguimos afirmar que se trata do mesmo foreiro, porque os prazos apresentam o nome da sua mulher e no primeiro prazo refere que o foreiro trazia mais um quintal e na descrição da contagem de vidas do segundo prazo mencionam uma casa térrea⁵⁴¹. E, ainda, Catarina Gil, viúva de Luís Gomes, com três casas, que o tombo apresenta marcadas com um sinal⁵⁴².

O tombo fornece, também, elementos que auxiliam a identificação dos foreiros como a indicação do nome das mulheres, caso na rua dos Touros de uma adega e de uma casa de lagar, que estava na posse de Brás Rodrigues, preto e da mulher Isabel Gomes⁵⁴³. Em Valcovo Rui Jorge, cavaleiro da casa régia e escrivão da casa da suplicação, e a mulher Leonor Rodrigues traziam três prazos: uma quintã⁵⁴⁴, juntamente uma courela de vinha⁵⁴⁵ e uma courela que ficava junto das vinhas, que se chamam dos Quintos, dentro das delimitações de Valcovo⁵⁴⁶. No caso de Vasco Eanes, regatão da corte, trazia uma casa na rua do Malforo⁵⁴⁷ e outra casa na rua dos Touros⁵⁴⁸, em prazos separados e ficaram apenas num prazo. De assinalar, ainda, que muitos foreiros vendem o seu contrato, o que nos leva a pensar que possam existir mais foreiros com mais que um contrato.

⁵³⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 95.

⁵³⁹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...* p. 66.

⁵⁴⁰ Uma casa térrea e uma casa sobrada com um quintal *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 73-74 e na p. 75.

⁵⁴¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 75.

⁵⁴² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 72-73 e p. 76.

⁵⁴³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 91-92.

⁵⁴⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 112.

⁵⁴⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 112.

⁵⁴⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 117.

⁵⁴⁷ O primeiro prazo menciona que não se conhecia o título do prazo porque o foreiro estava ausente. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 74-75.

⁵⁴⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 83.

Em relação às adegas da rua dos Correeiros surgem dois exemplares que estão na posse de dois foreiros que se chamam Brás Linhares⁵⁴⁹, porém não podemos afirmar que seja o mesmo foreiro. No primeiro prazo, o tombo menciona que o foreiro estava ausente e não foi possível verificar o título, enquanto o foreiro estava presente, porque o contrato era conhecido. Ou, ainda, Margarida Anes com uma casa na rua da Espartaria⁵⁵⁰; e, ainda, na mesma rua existem uma adega na posse de uma foreira com o mesmo nome. Apesar de indicarem o mesmo nome não dispomos de informação que comprove ser a mesma foreira⁵⁵¹.

Pensamos que poderiam existir relações de parentesco entre alguns foreiros, como é o caso de Pero Vaz Pegas, cavaleiro⁵⁵², e de Francisco Vaz Pegas⁵⁵³. O tombo menciona que Francisco Vaz Pegas não mostrou o título de nomeação do pai, sendo necessário que o irmão mais velho, Pero Vaz Pegas, transferisse os seus direitos sobre a quintã para o seu irmão⁵⁵⁴.

5.2.3.2 Grupos sociais

O tombo apresenta em 43%⁵⁵⁵ das propriedades a informação sobre a profissão, ou o grupo social do foreiro. Perante os dados fornecidos foi possível apresentar 6 grupos para analisar os detentores de propriedade: clero, fidalgos e cavaleiros, escudeiros e criados, mesterais, letrados e outros. Ao procuramos apresentar a dimensão social associada ao património destaca-se o grupo dos escudeiros e criados⁵⁵⁶ com 33 propriedades. Dentro dos foreiros pertencentes a este grupo destacam-se os escudeiros com ligação ao bispo de Évora, onde surgem 4 escudeiros com o nome de João Lopes⁵⁵⁷. E, ainda, na rua dos Correeiros destaca-se Estevão Gil, aljubeiro do

⁵⁴⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 82.

⁵⁵⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 96.

⁵⁵¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.98.

⁵⁵² Detinha uma atafona na rua da Espartaria. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 96.

⁵⁵³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp. 105-106.

⁵⁵⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 106.

⁵⁵⁵ A comenda de Mendo Marques é constituída por 246 referências de património. Contudo, para o estudo dos foreiros não contabilizamos as 4 propriedades que estavam sem foreiros.

⁵⁵⁶ MATTOS, Gastão de Mello de – Escudeiros. In *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. 3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 430-431.

⁵⁵⁷ João Lopes, escudeiro do bispo de Évora, que trazia uma estrebaria/palheiro na rua da Selaria. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p.63. João Lopes, escudeiro e criado do bispo, e a mulher Joana Garcia, com duas casas e um quintal na rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*pp.73-74 e p.75. E uma adega na rua dos Touros na posse de João Lopes, escudeiro do bispo de Évora e da mulher Aldonça Rodrigues *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 95. Em Quintos trazia uma courela de vinha e uma meia courela João Lopes, escudeiro do bispo D. Afonso. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 120.

bispo⁵⁵⁸, e Afonso Eanes Garduxo, escudeiro do rei e morador em Tomar⁵⁵⁹. Nos restantes casos apenas surgem mencionados como escudeiro. Em relação aos criados destacam-se Filipe Dias, criado do comendador⁵⁶⁰, Branca Lopes Lamprea, ama de D. Fernando, o magro⁵⁶¹, e Fernão Rodrigues, amo de Garcia de Melo⁵⁶². E, ainda, Bartolomeu Fernandes⁵⁶³, criado do duque de Bragança.

Os fidalgos e cavaleiros⁵⁶⁴ surgem com o segundo grupo social mais importante, com 30 propriedades. Neste ponto é de realçar que a nossa análise inclui as propriedades que estavam na posse do comendador, Frei D. Fernando de Meneses⁵⁶⁵ e o assentamento de casas e as propriedades inseridas nos bens administrados pelo Frei D. Lopo Mendes de Oliveira e que estavam sem foreiro⁵⁶⁶, o que contribuiu para o reforço da preponderância deste grupo social.

Grupos sociais dos foreiros

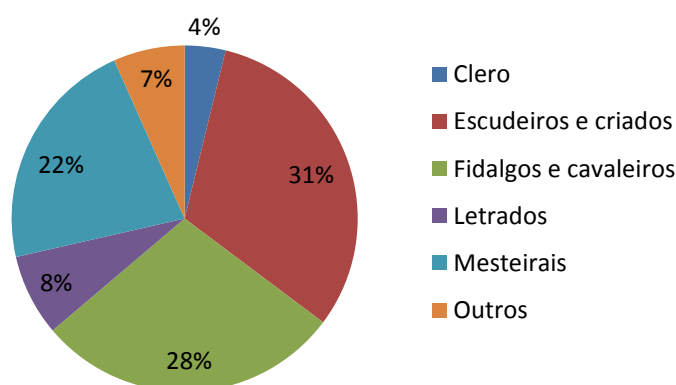


Gráfico 4 – Grupos sociais dos foreiros.

⁵⁵⁸ Uma casa na rua dos Correiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 77.

⁵⁵⁹ Casa e uma estrebaria na rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 73.

⁵⁶⁰ Uma courela e meia courela de vinha, em Quintos. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117.

⁵⁶¹ Uma casa na rua dos Touros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 88.

⁵⁶² Meia courela de vinha, em Vale de Freires. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

⁵⁶³ Uma casa na rua dos Touros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 85.

⁵⁶⁴ MARQUES, A. H. Oliveira de – Nobreza. In *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. 4. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 385-388. Ver a nobreza em Évora em BEIRANTE, Maria Ângela – A sociedade. In *Évora na Idade Média*... pp. 522-568.

⁵⁶⁵ Aposento do comendador na rua da Selaria. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.62-63. E duas courelas que estavam na posse do comendador devido à sentença do conservador da Ordem. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 108.

⁵⁶⁶ Assentamento de casas na rua dos Mercadores. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp.153-154. Adega na rua da Espartaria que vai para S. Francisco. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. Uma casa e horta Próximo da Porta de Mendo Esteves *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. Um ferragial no caminho que vai para a Fonte Coberta. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156. E três courelas na Silveira *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 156.

Dos foreiros pertencentes ao grupo dos fidalgos e cavaleiros destacam-se Heitor de Sousa, fidalgo com uma casa e um aposento na rua do Malforo⁵⁶⁷. A casa sobradada na posse de Nuno Vaz, cavaleiro na rua dos Correeiros⁵⁶⁸. E, ainda, na rua dos Touros a casa térrea⁵⁶⁹ e a estalagem⁵⁷⁰ na posse de Álvaro Dias, cavaleiro, contador dos feitos da cidade. Nas propriedades dentro da cidade de Évora destacam-se, também, na rua da Espartaria a atafona na posse de Pero Vaz Pegas, cavaleiro⁵⁷¹.

| Grupo Social Localização da propriedade | Clero | Escudeiros e Criados | Fidalgos e Cavaleiros | Letrados | Mesterais | Outros | Total |
|--|--------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------|------------------|---------------|--------------|
| Fonte coberta | | | 1 | | | | 1 |
| Louredo | 2 | | | 2 | 4 | 1 | 9 |
| Praça para a Judiaria | | | | | 1 | | 1 |
| Próximo da Porta de Alconchel | | 1 | | | | | 1 |
| Próximo da Porta de Mendo Estevens | | | 2 | | | | 2 |
| Quintos (Valcovo) | | 8 | 1 | | 4 | 1 | 14 |
| Rua da Espartaria | | | 2 | 2 | 2 | | 6 |
| Rua da Lavança | | | | | 1 | | 1 |
| Rua da Selaria | | 1 | 1 | | 2 | | 4 |
| Rua do Malforo | 1 | 8 | 2 | | 2 | 1 | 14 |
| Rua do Poço de S. Mamede | | 1 | | | | | 1 |
| Rua dos Correeiros | | 1 | 3 | 1 | | | 5 |
| Rua dos Mercadores | | | 1 | | | | 1 |
| Rua dos Touros | 1 | 6 | 4 | | 2 | 4 | 17 |
| S. Brás | | | | | 1 | | 1 |
| São Manços | | | | | 1 | | 1 |
| Silveira | | | 3 | | | | 3 |
| Valcovo | | 6 | 6 | | 1 | | 13 |
| Vale Bom | | | | | 1 | | 1 |
| Vale de Flores | | | | 1 | | | 1 |
| Vale de Freires | | 1 | 4 | 2 | 1 | | 8 |
| Total | 4 | 33 | 30 | 8 | 23 | 7 | 105 |

Quadro 9 – As categorias sociais na comenda de Mendo Marques.

⁵⁶⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 65-66.

⁵⁶⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 96.

⁵⁶⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 90.

⁵⁷⁰ Traz juntamente com a sua mulher Beatriz Landina. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 91.

⁵⁷¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 77.

De realçar, ainda, a posse de 4 adegas, ou seja, duas na rua dos Correeiros⁵⁷² e outras duas na rua dos Touros⁵⁷³, por foreiros pertencentes a este grupo, o que comprova vocação urbana da nobreza instalada em Évora⁵⁷⁴. Outro elemento que demonstrava a importância deste grupo era posse de uma quintã⁵⁷⁵. Na comenda de Mendo Marques este facto é visível, em Vale de Freires, na quintã na posse de Álvaro Frágoso, cavaleiro, contador do rei⁵⁷⁶. Em Valcovo, as quintãs na posse de Duarte Moniz, cavaleiro da casa régia, e da mulher Margarida Rodrigues de Carvalho⁵⁷⁷ e de Rui Jorge, cavaleiro da casa do rei, escrivão da casa da suplicação, e da mulher Leonor Rodrigues⁵⁷⁸.

Os mesterais⁵⁷⁹ detinham 23 propriedades na comenda de Mendo Marques, onde se destacam os seguintes ofícios: armeiro, cutileiro, sapateiro (2), albardeiro, tendeira, almocreve, regateiro da corte, regateira ourives, alfaiate (2), tosador, carreteiro, cirieiro, coronheiro, ferreiro, oleiro e barbeiro.

A categoria dos letrados⁵⁸⁰ detinha 8 propriedades. Vasco Pescoço, tabelião⁵⁸¹, com uma adega, na rua dos Correeiros e nas casas que pagavam um censo à Ordem na rua da Espartaria estavam presentes Pero Gonçalves, bacharel⁵⁸², e Diogo Dias, bacharel da Sé⁵⁸³. O ferragial, em Vale de Flores, na posse de Cristóvão da Rosa, notário apostólico⁵⁸⁴. Em Vale de Freires, João Figueira, tabelião e da mulher Catarina Dias traziam duas courelas de olival⁵⁸⁵. Em Valcovo, uma courela de vinha, na posse de João

⁵⁷² João Paaes, cavaleiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 80. Pero Borges, cavaleiro da Ordem de Santiago. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 81.

⁵⁷³ João de Barros cavaleiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 92. João Baina, cavaleiro da Ordem de S. João. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 93.

⁵⁷⁴ BEIRANTE, Maria Ângela – A sociedade. In *Évora na Idade Média*... p. 563.

⁵⁷⁵ BEIRANTE, Maria Ângela – A sociedade. In *Évora na Idade Média*... p. 523.

⁵⁷⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 105.

⁵⁷⁷ Junto da quintã traziam mais três meias courelas. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 110-111.

⁵⁷⁸ Junto da quintã traziam uma courela de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.112. Dentro das vinhas, que se chamam de Quintos, traziam mais uma courela de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117.

⁵⁷⁹ Inserimos no grupo dos mesterais os trabalhadores dos ofícios, bem como os pequenos comerciantes, caso do almocreve, a tendeira, a regateira e o regateiro da corte. Ver MARQUES, A. H. Oliveira de – Mesterais. In *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. 4. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 280-282.

⁵⁸⁰ COSTA, João – *Palmela nos finais da idade média. Estudo do código da visitação e tomo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*...pp.74-76.

⁵⁸¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 81.

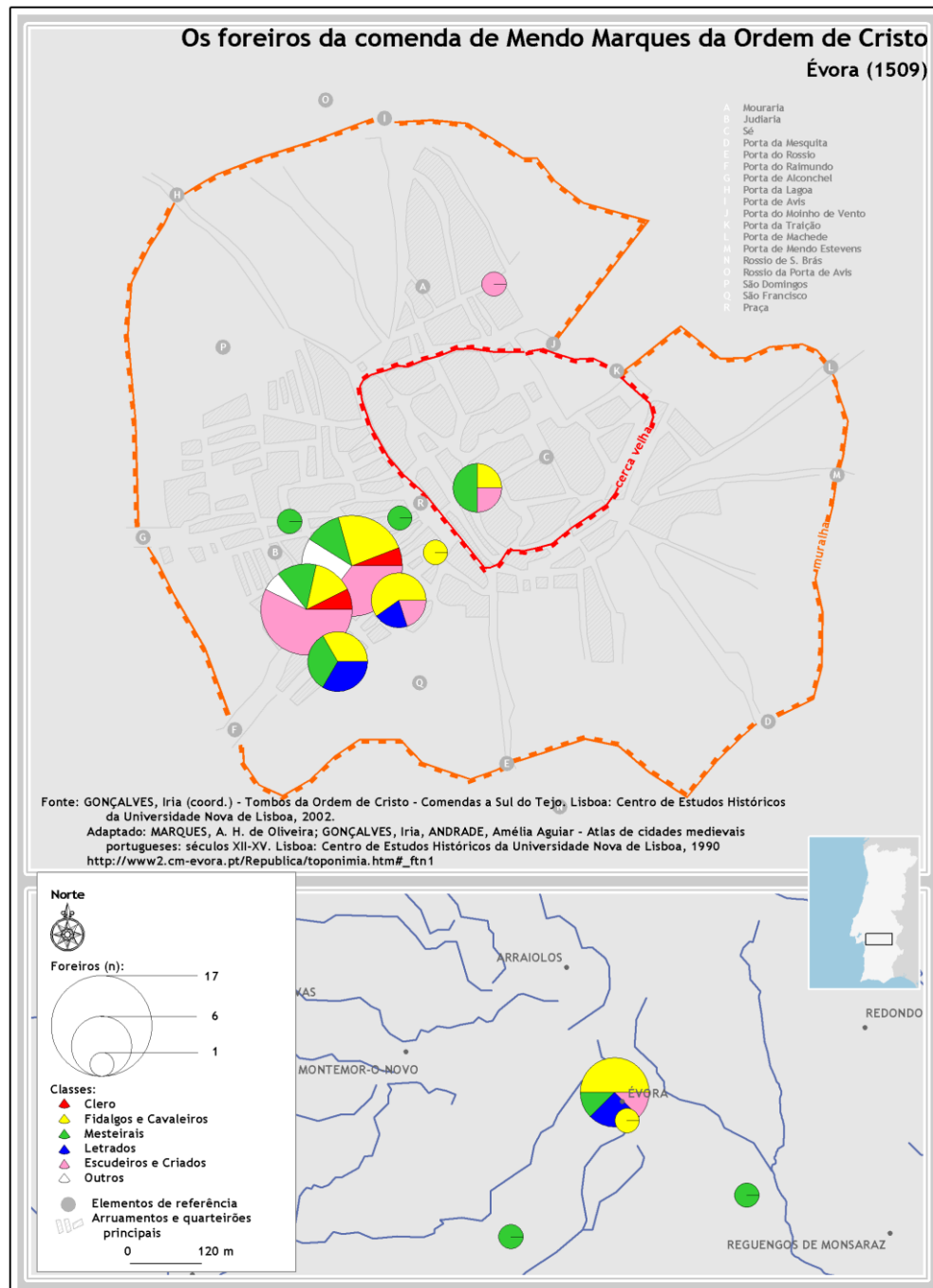
⁵⁸² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 100.

⁵⁸³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 100. Este foreiro poderia ser incluído na categoria do clero, porém optamos por enquadrá-lo neste grupo pela sua referência enquanto bacharel.

⁵⁸⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 103.

⁵⁸⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 107.

Fernandes, bacharel do duque⁵⁸⁶. E, ainda, uma meia courela de vinha, que trazia Amadis Gonçalves, antigo tabelião na cidade⁵⁸⁷.



Mapa 5 – Os foreiros da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo.

⁵⁸⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p.115.

⁵⁸⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*p. 116.

Relativamente ao grupo do clero, podemos afirmar que a sua presença é reduzida. Destacam-se a adega, na rua do Malforo, na posse de Isabel Estaça, freira, priora de Santa Mónica⁵⁸⁸, e uma casa de João Mateus, clérigo de missa⁵⁸⁹, na rua dos Touros. E, por fim, em Louredo, as duas courelas que trazia Rui Boto, clérigo⁵⁹⁰.

Por fim, na categoria que designamos por “outros” incluímos as referências que não foi possível integrar nas outras categorias. Este grupo é composto por Lourenço Martins, trapeiro⁵⁹¹, Maria, moça, preta, escrava forra de Beatriz Amada⁵⁹², Afonso Pires, lavrador⁵⁹³, Rodrigo Anes, hortelão⁵⁹⁴, Manuel Dias, lavrador⁵⁹⁵ e João Dias Morato, lavrador⁵⁹⁶.

Para além dos casos apresentados o tombo fornece ainda informações sobre o estatuto social e profissões dos foreiros. Dentro da classificação por referência consideramos os casos, onde o tombo mencionava alguma informação do grupo social do foreiro, mas remetendo para algum parente próximo caso das mulheres casadas⁵⁹⁷, onde se evidencia Filipa Bota, mulher de João Rodrigues preto, cavaleiro⁵⁹⁸, ou nas viúvas⁵⁹⁹, onde se destaca Beatriz Pires, viúva de Álvaro Lopes, mercador⁶⁰⁰. O tombo menciona, também, 4 casos em que constatamos pais⁶⁰¹ e, ainda, 3 propriedades que estavam em partilhas⁶⁰².

⁵⁸⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 66.

⁵⁸⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 88.

⁵⁹⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 114.

⁵⁹¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 67.

⁵⁹² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 83.

⁵⁹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 84-85.

⁵⁹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 94.

⁵⁹⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 115.

⁵⁹⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 119-120

⁵⁹⁷ Margarida Fernandes, mulher de Pedro Dias escudeiro de El Rei, que trazia uma casa na rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 76. Inês Rodrigues mulher de Antão Gonçalves escudeiro, que trazia uma adega na rua dos Correeiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 80-81.

⁵⁹⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 95 e pp. 97-98.

⁵⁹⁹ Por exemplo a casa na rua da Selaria na posse de Catarina Gonçalves, viúva de Cristóvão Martins, armeiro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 64. O chão na rua da Selaria na posse de Joana Lucena, viúva do Doutor Fernão da Mesquita. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 65. Brígida Anes, viúva de João Rodrigues, tecelão, que trazia uma courela inteira de vinha em Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 113-114.

⁶⁰⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.68, pp.71-72, p.89, p.91, p.99.

⁶⁰¹ Rodrigo, filho de Rui Nunes, tabelião, que trazia uma casa e uma adega na rua dos Touros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.87. Em Vale de Freires, a casa e a courela na posse Maria, filha de Pero Dias, tabelião e de D. Ana Carvalha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 106. António, moço, órfão de Duarte Rodrigues, escudeiro, que trazia uma courela de vinha em Quintos. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 117. E a filha de Álvaro Ferreira, com uma casa na rua Espartaria, que pagava um censo à Ordem. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*... p. 99.

⁶⁰² Os filhos de Diogo Rodrigues, dourador, que traziam um pardieiro na rua dos Touros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 89-90. Os filhos de Pero Simão, lavrador, com uma

| Identificação Localização | Escudeiros e Criados | Fidalgos e Cavaleiros | Letrados | Mesteirais | Outros | Total |
|--------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------|-------------------|---------------|--------------|
| Rua dos Correeiros | 2 | | | | | 2 |
| Rua da Espartaria | | 2 | | | 1 | 3 |
| Louredo | | | | 1 | 1 | 2 |
| Rua do Malforo | 1 | | | | 3 | 4 |
| Rua da Selaria | | | 1 | 2 | | 3 |
| Rua dos Touros | | 1 | 3 | 1 | 2 | 7 |
| Vale de Freires | | | 2 | | | 2 |
| Quintos (Valcovo) | 1 | | | | | 1 |
| Total | 4 | 3 | 6 | 4 | 7 | 24 |

Quadro 10 – Identificação por referência dos foreiros.

5.2.3.3 Género dos Foreiros

Na caracterização pelo género dos foreiros é de assinalar a presença masculina com um valor de 53%, que correspondem a 128 propriedades. Contudo, é de assinalar que a presença feminina, que detinham 55 propriedades (22,7%). A presença do casal como entidade conjunta corresponde a 23%. De assinalar, ainda, 3 situações, que são mencionados os herdeiros sem mais distinções⁶⁰³.

Em relação à distribuição por género dos grupos sociais é de assinalar a presença masculina nos grupos dos fidalgos e cavaleiros e dos escudeiros e criados. Em relação às foreiras da Ordem, destaca-se Isabel Estaça, prioresa de Santa Mónica⁶⁰⁴; no grupo dos escudeiros e criados Branca Lopes Lamprea, ama de D. Fernando, o magro⁶⁰⁵; e no grupo dos mesteirais Maria Rodrigues tendeira, mãe de Brás Rodrigues boticário⁶⁰⁶ e a Maria Rodrigues, regateira, viúva, com uma casa na rua do Malforo⁶⁰⁷.

| Grupo Social Género | Clero | Escudeiros e Criados | Fidalgos e Cavaleiros | Letrados | Mesteirais | Outros | Total |
|--------------------------------|--------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------|-------------------|---------------|--------------|
| Feminino | 1 | 1 | | | 2 | 1 | 5 |
| Masculino | 3 | 15 | 22 | 6 | 15 | 3 | 64 |
| Homem e Mulher | | 17 | 8 | 2 | 6 | 3 | 36 |
| Total | 4 | 33 | 30 | 8 | 23 | 7 | 105 |

Quadro 11 – O géneros dos foreiros, segundo os grupos sociais.

Da análise dos foreiros da Ordem de Cristo na comenda de Mendo Marques é de realçar a presença das mulheres. A sua presença centrava-se, maioritariamente, na rua

courela de vinha em Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 116. E a casa na rua dos Touros, na posse dos herdeiros de João Vaz de Britões, escrivão. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.154.

⁶⁰³ Ver a nota 602. Não incluímos as 4 propriedades que estavam sem foreiros ver nota 410, p. 67.

⁶⁰⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 66.

⁶⁰⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 88.

⁶⁰⁶ Trazia em Vale de Freires uma vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 107.

⁶⁰⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 74.

do Malforo, onde se destaca Beatriz Gonçalves, viúva de João de França, com três casas, um quintal, uma estrebaria e uma casa de lagar⁶⁰⁸. E, ainda, Catarina Gil, viúva de Luís Gomes, com três casas⁶⁰⁹. De assinalar, também, as mulheres casadas, como Margarida Fernandes, mulher de Pedro Dias, escudeiro do rei⁶¹⁰ e, seguindo ainda as indicações de Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias⁶¹¹, em relação a Filipa Bota, mulher de João Rodrigues preto, cavaleiro podemos registar que titulava duas casas na rua da Espartaria e uma adega na rua dos Touros⁶¹².

E, ainda, os casos onde surge a indicação de uma forma indireta, onde se menciona o nome do marido por referência à sua própria identificação. Na apresentação do nome das foreiras surgem apenas 2 casos em que a referência ao nome do marido é omitida. No ferragial próximo do caminho para S. Bento na posse de mulher de Antão Álvares⁶¹³ e uma courela inteira de vinha na posse da viúva de Afonso Eanes Godinho, de alcunha “cinzeira”⁶¹⁴.

Para além de deterem propriedades individualmente é de assinalar as 56 propriedades, onde as mulheres surgem juntamente com os maridos, sendo estes os titulares dos contratos de exploração da propriedade⁶¹⁵. De assinalar, ainda, que neste caso, o casal era contabilizado apenas como uma vida, como se pode verificar no caso de João Lopes, escudeiro e criado do bispo, e da mulher Joana Garcia, onde se descreve o modo de contagem das vidas⁶¹⁶.

Ao analisarmos a presença feminina no contexto da comenda de Mendo Marques, verificamos que 56% das mulheres associadas à exploração da propriedade da comenda são viúvas (das 55 propriedades que eram administradas por mulheres 31

⁶⁰⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 69-70.

⁶⁰⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 72-73 e p.76.

⁶¹⁰ Uma casa na Rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 76.

⁶¹¹ BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI... p. 66.

⁶¹² Trazia duas casas na rua da Espartaria *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 97-98. Adega na rua do Touros na posse de Filipa Bota *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 95.

⁶¹³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 103.

⁶¹⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 115.

⁶¹⁵ É de assinalar a indicação dos nomes das mulheres nos contratos em conjunto. Situação que difere da apresentada para Palmela, onde o nome das mulheres surge mencionado COSTA, João – *Palmela nos finais da Idade Média...* pp. 63-64.

Existem três casos onde o tombo apenas refere “mulher”: na adega na rua dos Correeiros na posse de João Pires dos Pesos. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 81. No empraçamento a João Fernandes, em Vale de Freires, de duas courelas de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 106. E no prazo de Rui Lopes de dois quarteis de vinha em Valcovo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 113.

⁶¹⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 74-75.

estão na posse de viúvas). A presença centra-se na Rua do Malforo, onde se destaca Beatriz Gonçalves, viúva de João de França⁶¹⁷.

Um dos elementos a reter no estudo dos prazos consiste no facto de a indicação do nome da mulher estar associado a uma figura de apoio, geralmente, masculina⁶¹⁸. A utilização do nome do homem como figura de identificação da mulher encontra-se nos casos das viúvas. Situação semelhante ocorre também no uso do nome dos maridos vivos, como se verifica no prazo de Margarida Fernandes, mulher de Pedro Dias, escudeiro do rei⁶¹⁹, de Inês Rodrigues, mulher de Antão Gonçalves, escudeiro⁶²⁰, de Margarida Rodrigues, mulher de Diogo Pires, escudeiro⁶²¹, de Margarida Anes, mulher de Rui Martins⁶²², ou de Filipa Bota, mulher de João Rodrigues preto, cavaleiro⁶²³. Contudo, é de assinalar 7 prazos onde as mulheres são mencionadas sem necessitarem de uma figura de apoio na sua identificação⁶²⁴. Por fim, na rua dos Touros, havia um prazo de Catarina Rodrigues, “mulher solteira”⁶²⁵.

No grupo das viúvas, apenas 7 prazos não indicam o nome do marido⁶²⁶. Dentro do grupo das viúvas é de referir os casos, onde surgem mencionado o nome do marido, como no prazo de Joana Lucena, viúva do Doutor Fernão da Mesquita, que trazia um pequeno chão na rua da Selaria⁶²⁷ e, em Mendo Marques, um casal que estava na posse

⁶¹⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 69-70.

⁶¹⁸ GONÇALVES, Iria – Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista*.Nº5, 2008, pp. 7-8.

⁶¹⁹ Uma casa na rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 76.

⁶²⁰ Uma adega na rua dos Correeiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 80-81.

⁶²¹ Uma adega na rua dos Correeiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 77.

⁶²² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 80.

⁶²³ Ver *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 95. E, ainda, *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 97-98.

⁶²⁴ Catarina Lopes Bouzelha trazia uma casa na rua dos Correeiros. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 78. Uma casa na rua da Espartaria na posse de Margarida Anes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 96. Uma adega na rua da Espartaria na trazia de Margarida Anes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.98. Um ferragial, perto de S. Brás, que estava na posse de Isabel Lobata. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 102. Em Quintos, Catarina Mendes trazia uma courela de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.119. E Filipa Gil trazia uma meia courela de vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 119. E a casa na rua dos Mercadores que estava na posse de Isabel Gil. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 155.

⁶²⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 85-86.

⁶²⁶ Na rua do Malforo uma adega na posse de Leonor Mendes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 68-69. Na mesma rua uma adega emprazada a Maior Cerveira, viúva. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 72. Ainda, no Malforo, as casas aforadas a Maria Fernandes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 72. Na mesma rua a casa emprazada a Maria Rodrigues, regateira. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 74. A casa na rua dos Correeiros na posse Inês Fernandes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 78-79. E na rua dos Touros as casas aforadas a Isabel Pires. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 86. Ainda, na mesma rua uma casa na posse de Constança Gomes. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 86.

⁶²⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 65.

de Maria Fernandes, viúva de Diogo Mendes Nabo⁶²⁸. Ou, ainda, Catarina Gonçalves, viúva de Cristóvão Martins, armeiro⁶²⁹, de Brígida Anes, viúva de João Rodrigues, tecelão⁶³⁰ e da viúva de Afonso Eanes Godinho – de alcunha “*cinzeira*” –, que trazia uma courela inteira de vinha, em Valcovo⁶³¹.

No tombo foi possível identificar o uso do nome de parentes masculinos – pais, ou filhos –, como figuras de identificação das mulheres, como aconteceu no caso de Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha⁶³² e nas casas que pagavam censo à Ordem, na rua da Espartaria, limita-se a referir o nome do pai⁶³³. Surge, também, um prazo onde a identificação ocorre por referência ao filho⁶³⁴. Na indicação da figura masculina destaca-se, ainda, o caso de Branca Lopes Lamprea, ama de D. Fernando, o magro⁶³⁵. No caso de Maria Moça, preta, escrava forra, a identificação remete para a antiga proprietária Beatriz Amada⁶³⁶.

5.2.3.4 Elite(s) na comenda de Mendo Marques: as redes clientelares

Ao analisarmos os foreiros da comenda de Mendo Marques é possível observar três centros de poder: o rei, o comendador e os cavaleiros, escudeiros e letrados.

Na comenda de Mendo Marques verifica-se a proximidade de alguns foreiros ao rei. Destacam-se, em Valcovo, Duarte Moniz, cavaleiro da casa do rei⁶³⁷, que foi testemunha na publicação da visitação⁶³⁸. Igualmente importante é Rui Jorge, cavaleiro da casa régia, e escrivão na casa da suplicação, que trazia uma quintã, uma courela em Valcovo⁶³⁹ e, ainda, outra courela, nas vinhas que se chamam de Quintos⁶⁴⁰. Em Vale de Freires, a quintã na Álvaro Frágoso, cavaleiro contador do rei, que tinha um alvará régio dirigido ao comendador D. Fernando para alterar o contrato de enfiteuse para um prazo

⁶²⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 123.

⁶²⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 64.

⁶³⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...pp. 113-114.

⁶³¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 115.

⁶³² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.108.

⁶³³ Uma casa na rua da Espartaria que pagava censo à Ordem e estava na posse da filha de Álvaro Ferreira. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*... p. 99.

⁶³⁴ Maria Rodrigues tendeira, mãe de Brás Rodrigues boticário, que trazia, em Vale de Freires, uma vinha. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 107.

⁶³⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 88.

⁶³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p. 83.

⁶³⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*...p.111.

⁶³⁸ O início da visitação à comenda de Mendo Marques ocorreu 4 de Setembro de 1509, mas a sua publicação aconteceu apenas a 11 de Outubro de 1511. A visitação foi publicada a Filipe Dias criado do comendador. As testemunhas da visitação foram Duarte Moniz cavaleiro da casa régia e Garcia Rodrigues seu cunhado. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*...pp. 163-165.

⁶³⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*... p. 112.

⁶⁴⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo*... p. 117.

em vidas⁶⁴¹. Em relação ao património urbano evidenciam-se na rua do Malforo a casa e o aposento na posse de Heitor de Sousa, fidalgo⁶⁴² e a estrebaria e a casa de Afonso Eanes Garduxo, escudeiro do rei, morador em Tomar, por prazo do rei comprovado com o registo da carta⁶⁴³. Porém, o foreiro não estava presente e, por esse motivo, não mostrou a carta, o que nos leva a supor que o feitor, ou o criado do comendador forneceram informação aos visitantes. Na rua dos Touros destaca-se a casa térrea⁶⁴⁴ e estalagem na posse de Álvaro Dias, cavaleiro, contador dos feitos da cidade⁶⁴⁵. O ferragial, entre as portas de Alconchel, na posse de Fernão Gil, escudeiro, tinha sido emprazado por Pero Sousa, antigo visitador da Ordem, para além de ter sido confirmado pelo rei⁶⁴⁶. Existem, ainda, ligações do rei à comenda como é visível no prazo de Beatriz Pires, referente há propriedade na rua do Malforo, que trazia por compra a “*Manuel Serrão, moço da camara de El Rei que as trazia por prazo de sua alteza*”⁶⁴⁷. Em Valcovo, a propósito da quintã de Duarte Moniz são referidas as obras empreendidas pelo mestre António, cavaleiro da casa do rei e seu bombardeiro mor⁶⁴⁸. Como é sabido, Évora era um local onde a presença da corte era significativa, facto que permite compreender melhor esta vertente da propriedade em estudo.

Verifica-se, também, a influência do comendador, como é visível nos prazos que outorgou, e que tinham como objeto a estrebaria/palheiro na rua da Selaria, a João Lopes, escudeiro do bispo de Évora⁶⁴⁹ e, em Vale de Freires, o olival de Luís Beja⁶⁵⁰. E, ainda, os três alvarás emitidos pelo comendador em benefício de Estevão Gil, aljubeiro do bispo⁶⁵¹, da casa, na rua dos Correeiros, a Cristóvão da Rosa, notário apostólico⁶⁵², do ferragial, em Vale de Flores, e a Filipa Gil⁶⁵³, da courela de vinha, em Quintos.

Em relação ao grupo dos cavaleiros, escudeiros e letrados destacam-se, na rua dos Correeiros, Nuno Vaz, cavaleiro⁶⁵⁴, João Paes, cavaleiro⁶⁵⁵ e Pero Borges, cavaleiro

⁶⁴¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 105.

⁶⁴² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 65-66.

⁶⁴³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 73.

⁶⁴⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 90.

⁶⁴⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 91.

⁶⁴⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 102.

⁶⁴⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 68.

⁶⁴⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 111.

⁶⁴⁹ O tombo apenas indica o património e o detentor não indica o valor do pagamento do foro. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 63.

⁶⁵⁰ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 109.

⁶⁵¹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 77-78.

⁶⁵² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 103.

⁶⁵³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 119.

⁶⁵⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 77.

⁶⁵⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 80.

da Ordem de Santiago⁶⁵⁶. Na rua dos Touros evidenciam-se João de Barros, cavaleiro⁶⁵⁷ e João Baina, cavaleiro da Ordem de S. João⁶⁵⁸. E na rua da Espartaria Pero Vaz Pegas, cavaleiro⁶⁵⁹. Podemos, também, mencionar o grupo de foreiros com ligação ao bispo de Évora, onde surgem 4 escudeiros com o nome de João Lopes⁶⁶⁰ e, ainda, na rua dos Correeiros, Estevão Gil, aljubeiro do bispo⁶⁶¹.

As relações da Ordem com o poder episcopal podem ser analisadas de acordo com dois vetores: a complementaridade e o conflito. A complementaridade é comprovada pelo número de propriedades que estavam na posse de foreiros com ligações ao prelado de Évora. Enquanto os problemas sobre as duas courelas, em Vale de Freires, que ficaram na posse de Filipe Dias, procurador do comendador, devido a uma sentença, porque o bispo reclamava a sua posse, são prova dos diferendos que dividiam interesses⁶⁶².

Neste grupo podemos incluir os foreiros que mencionamos no grupo dos escudeiros e criados, bem como os letrados. Podemos, ainda, referir a presença do grupo dos letrados, onde podemos incluir Rodrigo, filho de Rui Nunes, tabelião⁶⁶³ e Maria, filha de Pero Dias, tabelião, e de D. Ana Carvalha sua mulher⁶⁶⁴. E, ainda, de Branca Lopes Lamprea, ama de D. Fernando, o magro⁶⁶⁵ e de Fernão Rodrigues, amo de Garcia de Melo⁶⁶⁶.

Ao procurarmos apresentar a arquitetura social da comenda de Mendo Marques, podemos sublinhar que assenta na posse da terra, ou seja, o património assume um poder simbólico. A elite da comenda Mendo Marques não se situa dentro da área urbana – embora tenha alguns imóveis da Ordem (caso das adegas) – mas no termo de Évora,

⁶⁵⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp. 81-82.

⁶⁵⁷ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 92.

⁶⁵⁸ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 93.

⁶⁵⁹ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 96.

⁶⁶⁰ João Lopes, escudeiro do bispo de Évora, que trazia uma estrebaria/palheiro na rua da Selaria. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p.63. João Lopes, escudeiro e criado do bispo, e a mulher Joana Garcia, com duas casas e um quintal na rua do Malforo. *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* pp.73-74 e p.75. E uma adega na rua dos Touros na posse de João Lopes, escudeiro do bispo de Évora e da mulher Aldonça Rodrigues *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 95. Em Quintos trazia uma courela de vinha e uma meia courela João Lopes, escudeiro do bispo D. Afonso *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 120.

⁶⁶¹ Uma casa na rua dos Correeiros *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 77.

⁶⁶² *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...*, p. 108.

⁶⁶³ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 87.

⁶⁶⁴ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 106.

⁶⁶⁵ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 88.

⁶⁶⁶ *Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...* p. 108.

onde se destaca Vale de Freires e Valcovo, onde a Ordem possui um conjunto de quintãs.

Ao pretendermos estudar o património da comenda de Mendo Marques como uma expressão de poder é de sublinhar que através da análise da propriedade é possível verificar a sobreposição de vários patamares de poder como o rei, o bispo, ou comendador, ou seja, a análise dos foreiros da comenda aponta para a interligação de poderes.

Contudo, o nosso estudo é parcelar, uma vez que seria necessário analisar a importância dos outros detentores de património em Évora, bem como no espaço envolvente, para aferir a importância do património da Ordem. Neste ponto seria importante comparar o património da Ordem de Cristo com o de outra Ordem com mais património na região Évora, como Avis, ou mesmo, em muito menor escala, Santiago. Igualmente, importante seria analisar os foreiros com maior detalhe, o que levaria ao recurso de outras fontes, como os registos dos prazos, pelo menos, nos casos em que a documentação assim o sustentasse.

Em suma, podemos concluir, como já foi referido para a análise dos foreiros do espaço urbano, que predominam os escudeiros e criados⁶⁶⁷. Todavia, é necessário, ter presente que os dados apresentados correspondem a 43% das propriedades listadas no tomo, onde foi possível identificar a categorização socioprofissional. Apesar das limitações apontadas podemos concluir do prestígio em ser foreiro da comenda de Mendo Marques. Como se comprova, por exemplo, pela proximidade de alguns foreiros ao rei e pelo facto de o comendador surgir como o expoente da ligação ao monarca, uma vez que era um membro do conselho régio.

⁶⁶⁷ Como já tinha sido referido por BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI...pp. 66-67.

Conclusão

A Ordem de Cristo desde a sua fundação demonstrou uma profunda ligação à monarquia, atendendo ao contexto em que foi criada. Contudo, seria apenas no reinado de D. Manuel, que ocorreria a união definitiva com a coroa, precisamente no momento em que D. Manuel já mestre da Ordem assume o trono de Portugal, acumulando as duas funções. Os 37 anos de mestrado de D. Manuel (1484-1521) ficam marcados por dois acontecimentos estruturantes: o capítulo geral de 1503 e a criação das comendas novas, em 1515. Estas reformas procuraram reorganizar a instituição, devido à sua inserção nos descobrimentos, e reforçar a complementaridade com a monarquia. Os sinais que daqui podemos extrair são múltiplos. Por exemplo, no capítulo de 1503, em Tomar, ordenou-se a elaboração de um novo cadastro dos bens. Deste modo, iniciaram-se as visitas, que permitiram a realização de diversos tombos. É neste contexto de uma vasta reforma que é necessário enquadrar a reorganização que atingiu a estrutura da Ordem de Cristo, uma vez que a monarquia, ao ter como objetivo a aposta na centralização, utilizou esta instituição, nomeadamente a sua organização comendatária, como forma de veicular o seu programa político. Neste sentido, a vertente militar desta instituição fica completamente secundarizada, ganhando primazia a sua função de agente ao serviço da monarquia.

Em relação ao estudo das visitas empreendidas pela Ordem, entre 1504/1505-1510, e não sendo possível aprofundar este assunto, porque ultrapassava o objetivo desta dissertação, optamos por nos fixar num estudo de caso. Seria necessário um estudo com maior detalhe, uma vez que das visitas resultou a elaboração de 46 tombos de propriedade⁶⁶⁸. Contudo, apenas temos conhecimento da visita a 32 comendas, de acordo com a memória depositada na Torre do Tombo. Porém, a existência dos diversos tombos de propriedade aponta para a possibilidade de se terem levado a efeito mais visitas.

É nesta conjuntura, que se insere o tombo que serviu de base ao estudo sobre a comenda de Mendo Marques. Aliás, o estudo da comenda incidiu sobre a visita e o tombo de propriedade, onde se verifica a preocupação por parte da instituição em inquirir o estado de conservação e proceder à avaliação dos foros. Da análise da administração da comenda de Mendo Marques é de registar a ausência do comendador e

⁶⁶⁸ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521)...pp. 191-192.

a presença de um procurador, bem como do feitor e de um conservador. Porém, as razões que terão justificado esta ausência são difíceis de apurar e podem ir de um impedimento circunstancial de carácter pessoal a uma atitude absentista, passando por uma acumulação de compromissos ou de cargos assumidos.

Em relação aos mecanismos de controlo territorial, expressos pela própria visitação e pelo tombo, é de assinalar também a sua importância ao nível do estudo da propriedade. Neste ponto esperamos ter contribuído para a valorização do estudo destas fontes documentais tão importante para melhor conhecermos o perfil e a situação que caracterizava a propriedade, bem como as práticas de gestão que as Ordens Militares implementaram nos finais da Idade Média⁶⁶⁹.

O objetivo da nossa dissertação residiu na apresentação do património da comenda de Mendo Marques como uma expressão de poder. Ao encontrarmos a administração da comenda, pelo menos, ao longo de quatro gerações, na mesma família, isto é, a dos Meneses, não podemos deixar de salientar o significado deste dado. De facto, esta situação parece comprovar a transformação sofrida pelas Ordens Militares em instituições de mérito muito vinculadas a determinadas famílias, à medida que se avança para a modernidade.

Em relação aos grupos sociais predominantes na comenda evidenciam-se os escudeiros e criados, os fidalgos e cavaleiros e os mesterais. Apesar das informações sobre o estatuto social residirem na sua maioria sobre o grupo de pessoas mais identificadas com o espaço rural, é de assinalar também a vocação urbana dos grupos apresentados. De resto, do estudo das propriedades sobressaiu a complementaridade, entre o espaço urbano e o rural, sendo difícil estabelecer uma divisão entre ambos. Por exemplo, o número de adegas em espaço urbano e a produção de vinho são bons indicadores desta mesma complementaridade.

Por sua vez, da análise dos foreiros foi possível observar três centros de poder na comenda: o rei, o comendador e a elite local. Todavia, os dados apresentados correspondem, apenas, a 43% das propriedades, uma vez que nos restantes casos o tombo não menciona o grupo social, o que impede de apresentar conclusões com maior profundidade. Seria, ainda, importante conhecer as relações com as outras entidades detentoras de património, caso da Sé de Évora, da coroa, ou do concelho, bem como

⁶⁶⁹ COSTA, João Tiago dos Santos – As visitas das Ordens Militares (século XV-XVI) na historiografia medieval portuguesa. Estado da Arte. *Revista Sapiens*. Nº1, Junho de 2009, pp. 34-63. [Consultado 22.02.2013]. [Disponível em: http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero1/As_visitacoes_das_ordens_militares.pdf].

analisar os registos dos prazos, que poderiam fornecer mais elementos para o estudo dos foreiros e, deste modo, permitir o desenvolvimento do estudo sobre os foreiros. Desta forma, o estudo poderia ter um pendor mais comparativo e não apenas descritivo. Apesar das limitações das fontes que consultamos, as quais decorrem sobretudo da sua tipologia única, acreditamos que é sempre importante valorizar o estudo da componente humana das Ordens Militares, tanto mais que os estudos até agora publicados têm focalizado a sua atenção sobretudo na atuação dos mestres e na apresentação de dados sobre alguns comendadores, por vezes deixando de lado os contextos mais alargados da sua atuação a nível local (das comendas). Como já referimos, o desenvolvimento da investigação deste tema permitirá conhecer as estratégias familiares dos foreiros e dos freires, o que possibilitará a apresentação de uma vertente das Ordens, até agora, menos conhecida.

Fontes documentais

As Gavetas da Torre do Tombo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1960-1977.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo – comendas da Ordem de Cristo (documentos para a sua história). In *O Archeólogo Português*. Vol. XXVI. Lisboa, 1924, pp. 186-248.

DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1979.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo – *Mesa da Consciência e Ordens*. Lisboa: ANTT, 1997.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*, 3 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar* m. 66, nº 2, fls. 113-129.

MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Monumenta Henricina. Vol. I e vol. XV Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.

ROMAN, Fr. Jerónimo – História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis. In *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Relegioso-Militares*. Nº10. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 2008, pp.21-190.

SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas[...]*. 18 vol.. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1869.

SANTARÉM, Visconde de – *Corpo Diplomático Portuguez [...]*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1846.

SARAIVA, José Mendes da Cunha – *Uma visitação da Ordem de Cristo no ano de 1505*. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944.

SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1946-54.

Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo. Coordenação de Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Bibliografia citada

ALBUQUERQUE, Martim de – *O poder político no renascimento português*. 2ª ed. Lisboa: Verbo, 2012.

ALVES, Cristina Vinagre – Contributos para o conhecimento da sociedade de Palmela no séc. XVI: o caso dos foreiros da Ordem de Santiago. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as ordens de cavalaria entre o ocidente e o oriente*, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2009, pp. 827-845.

AUBIN, Jean – *Le latin et l'astrolabe, Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Vol. 2. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/ Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2000.

AUBIN, Jean – *Le latin et l'astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel (1485-1521)*. Vol.3. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos [et al.] – Las Órdenes Militares en la Edad Media Peninsular. Historiografía. II. Corona de Aragon, Navarra y Portugal. In *Medievalismo, Boletín de la Sociedad Espanola de Estudios Medievales*. Nº 3. Madrid: Sociedad Espanola de Estudios Medievales, 1993, pp.87-144. [Consultado 23.02.2013]. [Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revistabusqueda=933&clave_busqueda=16394].

AYALA MARTÍNEZ, Carlos – La corona de Castilla y la incorporación de los maestrazgos. In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp.259-290. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20%20vol.%201_final.pdf].

BARATA, Filipe Themudo – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Actas do Colóquio. Lisboa: Colibri, 2001.

BARBOSA, Isabel Maria Gomes Fernandes de Carvalho Lago – A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (Normativa e prática). In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº 2. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp.98-288. [Consultado 28.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-2>].

BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves – O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do séc. XVI. In *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp.61-79.

BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Gulbenkian/JNICT, 1995.

BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dir.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Éditions Fayard, 2009.

CARVALHO, Andreia Martins de, e PELÚCIA, Alexandra – Os primeiros fidalgos na Costa da Guiné. In *Anais de História de Além-Mar*. Vol.2. 2001, pp. 127-138.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004.

COELHO, Maria Helena Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural*. Vol. 1. Coimbra: FLUC, 1983.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal na época dos descobrimentos. In *Revista da História das Ideias, Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional*. Vol. 14

Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 7-21.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*. Vol. 1. Cascais: Patrimonia, 2000.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – A habitação corrente nos finais da Idade Média. Morfologias, materialidades, funcionalidades. In *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 227-231.

COSTA, Adelaide Millán – O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV-XV). In VILAR, Hermínia Vasconcelos, e BARROS, Maria Filomena Lopes de (eds.) – *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana entre o Islão e a Cristandade*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 99-128.

COSTA, João – *Palmela nos finais da idade média. Estudo do código da visitação e tomo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*. Lisboa: FCSH-UNL, 2010. [Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5694/1/joacosta.pdf>].

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e – The Beginnings of the Portuguese Overseas Expansion. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*, ed. MATTOSO, José; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 591-605.

COSTA, João Tiago dos Santos – As visitas das Ordens Militares (século XV-XVI) na historiografia medieval portuguesa. Estado da Arte. *Revista Sapiens*. Nº1, Junho de 2009, pp. 34-63. [Consultado 22.02.2013]. [Disponível em: http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero1/As_visitacoes_das_ordens_militares.pdf].

COSTA, Mário Júlio de Almeida – Enfiteuse. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 379-383.

COSTA, Paula Pinto – The Military Orders established in Portugal in the Middle Ages: historiographical overview. In *e-Journal of Portuguese History*, vol. 2, nº1, Summer, 2004. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20133>].

COSTA, Paula Pinto – Ordens militares e fronteira: um desempenho militar, jurisdicional e político em tempos medievais. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Nº7. Porto: da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.79-92. [Consultado 19.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3405.pdf>].

COSTA, Paula Pinto – As comendas: enquadramento e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp.9-24. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>].

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – *A leitura do espaço na perspetiva das Ordens Militares: memória documental*. Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (FLUP, 13 e 14 de Novembro de 2009). [Consultado 25.02.2013]. [Disponível em: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/PaulaPintoCosta_Texto.pdf].

COSTA, Paula Pinto – As visitas: as Ordens Militares portuguesas entre poderes? In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol.1. Palmela: Câmara Municipal/ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2012, pp. 415-437.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. In *Estudos sobre a Ordem de Avis: séc. XII-XV*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2009, pp. 97-103. [Consultado 19.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>].

DAVEAU, Suzanne – A descrição territorial do *Numeramento* de 1527-32. In *Penélope*, nº 25, Lisboa, 2001, pp. 7-39 [Consultado 19.03.2012]. [Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm>].

DIAS, João José Alves – *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

DUARTE, Luís Miguel – Os “Forais novos”: uma reforma falhada? *Revista Portuguesa de História*. t.36, vol. II, 2002/2003. Coimbra, pp. 391-404.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *Estudos Biográficos – A Nobreza e a Expansão*. Cascais: Patrimonia, 2000.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem do Templo em Portugal: (das origens à extinção)*. Porto: Edição do Autor, 2009. [Consultado 22.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20317>].

FERRO, Maria José Pimenta – As doações de D. Manuel duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo. *Do Tempo e da História*. Vol. IV. Lisboa: Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 153-172. [Consultado 18.02.2013]. [Disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/VIII%20As%20doacoes%20de%20D.%20Manuel%20Duque%20de%20Beja.pdf].

FERRO, Maria José Pimenta – A vigairaria de Tomar, nos finais do século XV. *Do Tempo e da História*. Vol. IV. Lisboa: Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 859-868. [Consultado 18.02.2013]. [Disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/VII%20A%20Vigairaria%20de%20Tomar%20nos%20finais%20do%20s%C3%A9culo%20XV.pdf].

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – A nova dinastia e o governo das ordens militares: uma estratégia de entendimento. In COELHO, Maria Helena Cruz, GOMES, Saul Gomes, e REBELO; António Manuel Ribeiro (coords) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média - VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais*. Vol. 2. Torres Novas: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça e Batalha, 2009, pp. 169-178.

FONSECA, Luís Adão da – Ordens Militares. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.). V.3. [J-P]. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 334-345.

FONSECA, Luís Adão da – As Ordens Militares e a Expansão. In COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.) *A Alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: Centro de Estudo de Além-Mar/ Instituto de Investigação Tropical, 2004, pp. 321-347.

FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

GALEGO, Júlia — *A Comarca d'antre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532*. Relatório n.º 1, Linha de Acção n.º 6, Lisboa: C.E.G./I.N.I.C, 1983.

GOMES, Saul António – The Editions of Archival Sources and Documents. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*, ed. MATTOSO, José; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 25-43.

GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989.

GONÇALVES, Iria – Uma aldeia de finais da Idade Média nas suas explorações agrícolas (Puços–comenda da Ordem de Cristo). *Revista Portuguesa de História*. Vol. 1º, tomo XXXVI, Coimbra, 2002-2003, pp. 201-227.

GONÇALVES, Iria – Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo: Marmeleiro, uma aldeia da Beira Interior e a sua periferia. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares, Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 537-553.

GONÇALVES, Iria – Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas. *Media Aetas*, IIª Série, vol. 2, 2005/2006, pp. 67-100.

GONÇALVES, Iria – Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média. In ARAÚJO, Renata Malcher de (ed.). In *Estudos de Homenagem ao Prof.*

Doutor José Amadeu Coelho Dias. Vol. 1. Porto: FLUP, 2006, pp. 321-350. Consultado 26.02.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4419.pdf>].

GONÇALVES, Iria – Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista*. Nº5, 2008. [Consultado 03.04.2014]. [Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-iria.htm>].

HOMEM, Armando Luís Carvalho – O medievismo em liberdade: Portugal, anos 70/90. *Signum: Revista da ABREM*. Vol. 3. São Paulo, 2001, pp. 173-207.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Este Reino a que o Gama voltou...: em torno da “modernidade” do Portugal manuelino. In MAGALHÃES, Joaquim Romero; FLORES, Jorge Manuel (Coord.) – *Vasco da Gama: Homens, Viagens e Culturas*. Actas do Congresso Internacional. Vol. 1, Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 495-512.

JANA, Ernesto José Nazaré Alves – A actuação dos priores da Ordem de Cristo durante o século XVI. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares, Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 343-381.

LACERDA, Teresa – Os Meneses de Cantanhede e o projecto Manuelino. In *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: CHAM/UNL/IICT/CEHCA, 2004, pp. 75-99.

LOMAX, Derek W. – Las Ordenes Militares en la Peninsula Iberica durante la Edad Media. *Repertorio de Historia de las Ciencias Ecclesiasticas en Espana*. Nº6. Salamanca: Instituto de Historia de la Teologia Espanola, 1976, pp. 9-110.

MATA, Joel Silva Ferreira – Os livros de visitas quinhentistas das comendas da Ordem de Santiago. In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp. 131-143. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>].

MATTOS, Gastão de Mello de – Ordem de Cristo. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p. 236.

MATTOS, Gastão de Mello de – Escudeiros. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 430-431.

MATTOSO, António Mancelos – *Subsídios para o Estudo das Comendas da Ordem de Cristo de Soure e de Ega*. Coimbra: FLUC, 1970.

MARQUES, A. H. Oliveira de – Nobreza. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 4. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp.385-388.

MARQUES, A. H. Oliveira de – Mesterais. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. Vol. 4. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 280-282.

MENDONÇA, Manuel – Furtado de Mendonça portugueses. Um caso de ascensão social alavancada nas Ordens Militares. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarum Ordinum Analecta*. N°11*. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp.181-215. [Consultado 23.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>]

MEA, Elvira Cunha de Azevedo – A Igreja em reforma. In MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (coords) – *Nova História de Portugal, do renascimento à crise Dinástica*. Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Vol. V. Lisboa: Editorial presença, 1998, pp. 413-446.

MONTEIRO, João Gouveia – Arcaísmo ou modernidade do Exército Português nos finais da Idade Média? O contributo das Ordens Militares. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, (coord.), *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura*. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Vol.2. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 259-275.

MORENO, Humberto Baquero – As conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança. In *Arquivos de Centro Cultural Português*. Vol. II. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 47- 103.

OLIVAL, Fernanda – Structural changes within the 16th -century Portuguese Military Orders. In *e-Journal of Portuguese History*. Vol.2, nº 2, Winter 2004. [Consultado

11.03.2012].

[Disponível

em:

http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/].

OLIVAL, Fernanda – Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI). In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

OLIVAL, Fernanda – As Comendas das Ordens Militares Portuguesas na Época Moderna: um ponto de situação historiográfico. In Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarum Ordinum Analecta*. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp. 119-130. [Consultado 23.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>].

OLIVEIRA, Luís Filipe – Ordens Militares. In *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa...[et al.].Lisboa: Livros Horizonte, 2005. 2.^a ed., 2006, pp. 455-557.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – The Military Orders. In *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010*, ed. MATTOSO, José; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 425-457.

PEREIRA, Paulo – As grandes edificações (1450-1530). In *História da arte portuguesa. Do «Modo» Gótico ao maneirismo*, dir. Paulo Pereira. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1995, pp. 11-101.

PIMENTA, Maria Cristina e BARREIRO, Poliana – As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso. In Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarum Ordinum Analecta*. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp.89-104. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>].

PIMENTA, Maria Cristina – Calatrava em Portugal: notas para uma revisão. In MADRID MEDINA, A. e VILLEGAS DIAZ, L. (coords.), *El nacimiento de la Orden de Calatrava. Primeros tempos de expansión (siglos XII-XIII)*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 2009, pp. 189-204.

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto: [Edição do Autor], 1997. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>]

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

RIBEIRO, Orlando – O campo e a árvore em Portugal. In *Opúsculos geográficos. O Mundo Rural*. Vol. 4. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkien, 1991, pp. 71-79.

RIBEIRO, Orlando – *Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal. Opúsculos geográficos. O mundo rural*. Vol. 4 Lisboa: Fundação Calouste Glubenkien, 1991, pp. 85-170.

RIBEIRO, Orlando – Aglomeração e dispersão do povoamento rural. In *Opúsculos geográficos. O mundo rural*. vol. 4. Lisboa. Fundação Calouste Glubenkien, 1991, pp. 299-316.

SERRA, Joaquim Bastos – O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média. Uma aproximação ao seu estudo. In *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*, 2ª Série, vol. 2, 2005/2006, pp. 125-143.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. O século de Ouro (1495-1580.) 2º ed. Lisboa: Verbo, 1980.

SILVA, Alcino Manuel – *Oito mestres da Ordem de Cristo: sua acção em lutas, conquistas e descobrimentos*. Coimbra: FLUC, 1946.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – Concórdia entre o “Mestre” de Cristo e o concelho de Tomar. In PACHECO, Paulo e ANTUNES, Luís Pequito (coords.), *As Ordens Militares em Portugal*, Actas I Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. Divisão Sócio-Cultural e Informação, 1991, pp. 273-314.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As relações luso-castelhanas na segunda metade do séc. XIV e os seus reflexos na Ordem de Cristo: análise de um caso sintomático. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed), ROMERO-CAMACHO, Isabel Montes, e GARCÍA MARTÍNEZ, Antonio Claret (coords.), *La Península Iberica en la Era de los Descubrimientos 1391-1492*. Sevilha: Junta de Andalucia/Universidade de Sevilha, 1991, pp. 1759-1769.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – O Infante D. Henrique Mestre da Ordem Militar de Jesus Cristo. *Mare Liberum*. Nº 7, 1994, pp. 9-22.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Jesus Cristo. Do Mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique. *Oceanos*. Nº 17, 1994, pp. 20-24.

SILVA, Isabel Morgado – Concelhos de Soure versus a Ordem de Cristo: um processo de conflito em finais do século XIV. *Revistas de Ciências históricas*. Nº 12, 1997, pp. 109-117.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417). In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20%20vol.%201_final.pdf].

SILVA, Isabel Morgado e PIMENTA, Maria Cristina – As Ordens de Avis e de Cristo na Baixa Idade Média e a Monarquia Portuguesa: percursos de complementaridade. In *Estudos de Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*. Porto: Fundação Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, pp. 805-824.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – D. Manuel, duque de Beja, governador da Ordem de Cristo, senhor dos arquipélagos atlânticos: uma estratégia de actuação (1484-1495). *Africana*. Nº 6, 2001, pp. 211-227.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – A Ordem de Cristo (1417-1521). In *Militarum Ordinum Analecta*. Nº6. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

[Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20%20vol.6_final.pdf.]

SILVA, Isabel Morgado e PIMENTA, Maria Cristina – As Ordens de Santiago e de Cristo e a Fundação do Estado da Índia: uma perspectiva de estudo. In COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.), *A Alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa: Centro de Estudo de Além-Mar/ Instituto de Investigação Tropical, 2004, pp. 349-361.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do século XVI: a criação das comendas novas. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006, pp. 249-261. [Consultado 16.03.2012]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4858.pdf>].

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa – As Comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarum Ordinum Analecta**. Nº11. Porto: CEPESE/ Livraria Civilização, 2009, pp. 105-118. [Consultado 20.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11>].

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – Fazer a cura das almas. A intervenção manuelina na Ordem de Cristo. FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal/ GEsOS, 2009, pp. 809-826.

SILVA, João Pedro Morgado da – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010, pp.62-68. [Consultado 28.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4184>].

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa: séculos XIII-XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2000.

SUBTIL, José – Modernidade e Arcaísmos no Estado de Quinhentos. In COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords), *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval. Ciclo de Conferências*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 317-370.

THOMAZ, Luís Filipe R. – L' idée imperiale Manueline. In *Arquivos do Centro Cultural Português. (Actas do colóquio La Découverte, le Portugal et L' Europe)*. vol. XXVII Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103.

TORRES, Ruy d' Abreu – Comendas. In *Dicionário da História de Portugal*. dir. Joel Serrão. vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p.106.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago no Início da Idade Moderna. In *Militarum Ordinum Analecta* Nº 2. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp.23-92. [Consultado 28.02.2013]. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-2>].

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI)*. 2 Vol. Porto: [Edição de Autor], 2008. [Consultado 25.02.2013]. [Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9376>].

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Sousa Chichorro e as Ordens Militares: reflexões em torno desta linhagem. In ARAÚJO, Renata Malcher de (ed.), *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 1. Porto: FLUP, 2006, pp. 119-140. [Consultado 25.11.2013]. [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4410.pdf>].

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Vasconcelos e as Ordens Militares. Algumas considerações em torno de uma linhagem. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o*

Oriente, Actas do V Encontro Sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal/ GEsOS, 2009, pp. 247-258.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Ser freire, ser comendador: as consequências sociais da ascensão institucional. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol.2. Palmela: Câmara Municipal/ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2012, pp. 599-615.

VIANA, MÁRIO – Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas. In *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 3, Universidade dos Açores, 1999, pp. 487-493. [Consultado 04.12.2014]. [Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/294/1/Mario_Viana_p487-493.pdf].

VILAR, Hermínia – *As dimensões de um Poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Índice dos Mapas

| | |
|---|----|
| Mapa 1 – As visitas da Ordem de Cristo entre 1505-1510 | 31 |
| Mapa 2 – Património da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo | 44 |
| Mapa 3 – A propriedade urbana da comenda de Mendo Marques | 50 |
| Mapa 4 – Principais cultivos na comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo | 66 |
| Mapa 5 – Os foreiros da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo | 90 |

Índice dos Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – A entidade outorgante dos prazos | 70 |
| Gráfico 2 – As datas de pagamento do foro | 73 |
| Gráfico 3 – O modo de pagamento do foro | 74 |
| Gráfico 4 – Grupos sociais dos foreiros | 87 |

Índice dos Quadros

| | |
|--|-------|
| Quadro 1 – A propriedade da comenda de Mendo Marques | 42 |
| Quadro 2 – A propriedade urbana na comenda de Mendo Marques | 47 |
| Quadro 3 – Os meios de produção na comenda de Mendo Marques | 49 |
| Quadro 4 – As propriedades com dimensão em sementeira | 53 |
| Quadro 5 – As dimensões das vinhas | 53-54 |
| Quadro 6 – A propriedade rural na comenda de Mendo Marques | 58 |
| Quadro 7 – As dimensões das propriedades em braças de craveira | 60 |
| Quadro 8 – Os principais cultivos na comenda de Mendo Marques | 63-64 |
| Quadro 9 – As categorias sociais na comenda de Mendo Marques | 88 |
| Quadro 10 – Identificação por referência dos foreiros | 92 |
| Quadro 11 – Os géneros dos foreiros, segundo os grupos sociais | 92 |